



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS**

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**Contribuições para definição de Estrutura  
Ecológica Urbana da cidade de Montemor-o-  
Novo**

**Flávia Mariana Teixeira Gouveia**

Orientação: Maria da Conceição Marques Freire

Co-orientação: Helena Maria Freire Paixão

**Mestrado em Arquitectura Paisagista**

Relatório de Estágio

Évora, 2015

*Esta dissertação inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.*



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS**

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**Contribuições para definição de Estrutura  
Ecológica Urbana da cidade de Montemor-o-  
Novo**

**Flávia Mariana Teixeira Gouveia**

Orientação: Maria da Conceição Marques Freire

Co-orientação: Helena Maria Freire Paixão

**Mestrado em Arquitectura Paisagista**

Relatório de Estágio

Évora, 2015

*Esta dissertação inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos pelo apoio e a ajuda que me facultaram, durante a realização deste relatório de estágio.

Agradeço principalmente à minha orientadora de estágio, a Arquitecta Paisagista Maria da Conceição Marques Freire, pelo auxílio, amparo, conversas e confiança transmitida.

Agradeço à minha co-orientadora de estágio, Arquitecta Paisagista Helena Maria Freire Paixão também pela sua orientação, ajuda, disponibilidade, apoio, confiança e conhecimentos fornecidos durante os nove meses de estágio na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Agradeço a todos os funcionários da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, principalmente os da Divisão de Administração Urbanística, que também me orientaram, auxiliaram, colaboram e facultaram os dados à elaboração deste relatório de estágio.

Agradeço também aos meus pais, pela grande ajuda, apoio, paciência que disponibilizaram.

E gostaria de agradecer também a todos os meus amigos, pelo apoio, compreensão e paciência que demonstraram durante este período de estágio.

## **RESUMO**

A evolução da cidade, desde a sua génese, passou por uma época de gradual expansão e posterior industrialização, a que se associa um maior crescimento demográfico e urbanização. A cidade contemporânea encontra-se expressivamente fragmentada e desordenada, a que se agregam vários problemas ambientais, sociais e económicos.

Este fenómeno não é alheio à cidade de Montemor-o-Novo. Uma cidade de pequena dimensão onde, ainda que menos expressivas, tais dinâmicas se encontram patentes. É neste contexto que urge salvaguardar os sistemas naturais e culturais com a finalidade de promover a continuidade ecológica e cultural.

O presente trabalho concretiza a elaboração da Estrutura Ecológica Urbana para a cidade, com o fim de ir mais além da Estrutura Verde existente.

Palavras-chave: Estrutura Verde; Estrutura Ecológica Urbana; cidade de Montemor-o-Novo.

## **ABSTRACT**

### **Contributions for definition of Urban Ecological Structure of the Montemor-o-Novo city**

The evolution of the city, since its genesis, passed for a time of gradual expansion and posterior industrialization, the one that if associates a bigger demographic growth and urbanization. The city contemporary manifestly meets fragmented and disordered, the one that if some ambient problems add, social and economic.

This phenomenon is not other people's to the Montemor-o-Novo city. The city of dimension small, despite less expressive, such dynamic if find patents. It is in this context that urges to safeguard the natural and cultural systems with the purpose to promote ecological and cultural the continuity.

The present work, materialize the elaboration of the Urban Ecological Structure for the city, with the end to go more beyond the existing Green Structure.

Keywords: Green structure; Urban Ecological structure; Montemor-o-Novo city.

# ÍNDICE GERAL

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	i
<b>RESUMO</b> .....	ii
<b>ABSTRACT</b> .....	iii
<b>ÍNDICE DAS FIGURAS</b> .....	vi
<b>ÍNDICE DOS QUADROS</b> .....	viii
<b>ÍNDICE DOS ANEXOS</b> .....	ix
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	x
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. A paisagem da cidade de Montemor-o-Novo e envolvente rural próxima</b> .....	3
1.1. Caracterização geral da paisagem .....	3
1.2. Breve caracterização da génese e evolução da cidade de Montemor-o-Novo. Unidades urbanas .....	10
<b>2. Plano de Estrutura Verde existente da cidade de Montemor-o-Novo</b> .....	20
<b>3. Estrutura Ecológica Urbana e Estrutura Rural próxima à cidade de Montemor-o-Novo</b> .....	24
3.1. Enquadramento teórico .....	24
3.2. Proposta de estrutura ecológica para a cidade de Montemor-o-Novo e envolvente rural mais próxima.....	30
3.2.1. Estrutura Ecológica Fundamental.....	30
3.2.2. Estrutura Ecológica Rural .....	33
3.2.3. Estrutura Ecológica Urbana.....	36
3.2.4. Proposta de categorias de espaço a integrar a EEU .....	42
<b>4. Estrutura Verde existente vs Estrutura Ecológica Urbana Proposta. Uma proposta de valorização da Estrutura verde da cidade de Montemor-o-Novo</b> .....	51
<b>5. Áreas prioritárias de intervenção</b> .....	63

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>72</b>
<b>LEGISLAÇÃO.....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>77</b>

## ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 – Castelo de Montemor-o-Novo e o Rio Almansor.....	3
Figura 2 – Montemor-o-Novo entre a colina do castelo (direita) e uma outra colina (esquerda) .....	4
Figura 3 – Montemor-o-Novo entre a colina do castelo (direita) e a colina da Ermida de Nossa Senhora da Visitação (esquerda) .....	4
Figura 4 – Carta de síntese fisiográfica.....	5
Figura 5 – Castelo de Montemor-o-Novo .....	6
Figura 6 – Moinho Italiano .....	7
Figura 7 – Carta de Humanização da Paisagem e Valores Naturais .....	8
Figura 8 – Locais excepcionais de tomada de vistas panorâmicas (base extrato da carta de fisiografia e dados altimétricos) .....	9
Figura 9 – Antigo núcleo urbano do Castelo de Montemor-o-Novo (esquerda) e seus espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) .....	10
Figura 10 – Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XIII e XIV.....	11
Figura 11 - Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XV .....	12
Figura 12 - Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XVI.....	12
Figura 13 - Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XVIII.....	13
Figura 14 – Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XX.....	15
Figura 15 – Unidades urbanas .....	18
Figura 16 – Carta de Unidades urbanas .....	19
Figura 17 – Estrutura verde principal integrante do Plano de Urbanização da cidade de Montemor-o-Novo.....	22
Figura 18 – Componentes ecológicas a considerar no planeamento da ocupação do território.....	26
Figura 19 – Carta de Estrutura Ecológica Fundamental.....	32
Figura 20 – Carta de Estrutura Ecológica Rural .....	35

Figura 21 – Sistema de mobilidade suave existente: Ecopista (esquerda) e Pista livre de obstáculos (direita) .....	37
Figura 22 – Exemplos de espaços abertos existentes .....	40
Figura 23 – Exemplos de espaços abertos previstos .....	40
Figura 24 – Carta de tipologias de espaços existentes e classes de ordenamento do PU .....	41
Figura 25 – Carta de Estrutura Ecológica Urbana – Componente cultural e ecológica .....	44
Figura 26 – Articulação entre a EEU e a EER.....	46
Figura 27 – Estrutura Ecológica Urbana (EEU) – Proposta de categoria de espaço.....	50
Figura 28 – Troço da ribeira localizado a este da cidade – parte mais a montante .....	53
Figura 29 – Troço da ribeira localizado a este da cidade – parte mais a jusante do Rio Almansor.....	54
Figura 30 – Troço da ribeira localizado a noroeste da cidade .....	55
Figura 31 – Estrutura verde no Castelo de Montemor-o-Novo .....	56
Figura 32 – Estrutura Ecológica no Castelo de Montemor-o-Novo .....	57
Figura 33 – Vazio urbano situado a norte da cidade inscrito na categoria de espaço cabeceira da REN.....	58
Figura 34 – Vazio urbano afeto a REN.....	58
Figura 35 – Bairro de S. Domingos e loteamento de Horta da Nora .....	60
Figura 36 – Loteamento de Horta da Nora .....	61
Figura 37 – Vazio urbano considerado como inapto ecologicamente à edificação .....	61
Figura 38 – Vazio urbano, situado no Bairro Vale Flores .....	62
Figura 39 – Espaço aberto, situada a oeste da Avenida Gago Coutinho .....	62
Figura 40 – Carta de espaços abertos públicos afetos a REN e/ou RAN que requerem intervenção prioritária .....	64
Figura 41 – Exemplos de espaços abertos públicos afeto a REN e/ou RAN, identificados na figura anterior .....	65
Figura 42 – Carta de espaços abertos públicos existentes a requalificar .....	67
Figura 43 – Exemplos de espaços abertos públicos existentes a requalificar, identificados na figura anterior .....	68

## ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 – Estrutura Ecológica Fundamental – Subestruturas e componentes que a integram .....	27
Quadro 2 – Estrutura Ecológica Rural – Subestruturas e componentes que a integram .....	28
Quadro 3 – Estrutura Ecológica Urbana – Subestruturas e componentes que a integram .....	30

## ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1 – Carta de solos .....	78
Anexo 2 – Valores culturais .....	79
Anexo 3 – Carta de sistema de Vistas .....	80
Anexo 4 – Carta de abrangência visual a partir do Castelo de Montemor-o-Novo .....	81
Anexo 5 – Carta de abrangência visual a partir do Ermida de N. S. da Visitação .....	82
Anexo 6 – Carta de abrangência visual a partir do Convento de N. S. da Conceição .....	83
Anexo 7 – Carta de abrangência visual a partir de alguns locais no interior da cidade .....	84
Anexo 8 – Aptidão ecológica à edificação .....	85
Anexo 8.1 – Carta de aptidão ecológica à edificação .....	86
Anexo 9 – Proposta de Pista livre de obstáculos (PLO), da CMMN .....	87

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CEAP-PCC** – Centro Estudos de Arquitectura Paisagista – Prof. Caldeira Cabral

**CHE** – Cooperativa de habitação económica

**CMMN** – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

**DPH** – Domínio Público Hídrico

**EEF** – Estrutura Ecológica Fundamental

**EEU** – Estrutura Ecológica Urbana

**EER** – Estrutura Ecológica Rural

**EN** – Estrada Nacional

**N. Sr.<sup>a</sup>** – Nossa Senhora

**PLO** – Pista Livre de Obstáculos

**PU** – Plano de Urbanização

**RAN** – Reserva Agrícola Nacional

**REN** – Reserva Ecológica Nacional

**S1** – Superfície de urbanização primária

**S2** – Superfície de urbanização secundária

**UOPG** – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

**ZEP** – Zona Especial de Protecção

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho diz respeito ao relatório de Estágio realizado no âmbito da conclusão do Mestrado em Arquitetura Paisagista da Universidade de Évora. O Estágio foi realizado na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (CMMN), entre 13 de Janeiro de 2014 a 31 de Outubro de 2014, na Divisão de Ordenamento, Ambiente e Serviço Urbanos (DOASU)<sup>1</sup>, no período de funcionamento laboral da entidade de acolhimento compreendido entre 09h30 e as 17h30.

Todo o trabalho realizado durante os nove meses teve por objetivo contribuir para a definição de uma Estrutura Ecológica Urbana da cidade de Montemor-o-Novo, valorizando a Estrutura Verde existente. No essencial essa definição, da mencionada estrutura, tem como objetivo a proteção e valorização dos sistemas biofísicos, fundamentais ao equilíbrio ecológico da paisagem e à requalificação do ambiente urbano. Tal definição traduz-se na necessidade de fundamentar, de modo sustentado um conjunto de sistemas, espaços e elementos presentes na cidade. Consequentemente torna-se necessário limitar as atividades humanas (quando confrontadas com riscos e recursos naturais tendo em atenção as aptidões do espaço), constituir as conexões através dos corredores ecológicos, com resultados importantes na requalificação do ambiente urbano existente e estabelecer estratégias de planeamento e gestão, potenciando e valorizando os sistemas ecológicos e naturais.

A metodologia de abordagem ao trabalho realizado durante o período de estágio assentou nas seguintes fases: na caracterização da Paisagem da cidade de Montemor-o-Novo e envolvente próxima; na compreensão e análise crítica da Estrutura Verde que consta no Plano de Urbanização (PU) de Montemor-o-Novo (2003); na identificação dos principais problemas e potencialidades associados ao espaço urbano da cidade de Montemor-o-Novo; e no desenvolvimento de uma proposta de Estrutura Ecológica Urbana para a cidade de Montemor-o-Novo. A definição desta estrutura teve como abordagem metodológica, a seleção de um conjunto de espaços, que pelas suas características morfológicas e ecológicas devem estar integradas na Estrutura Ecológica Urbana. Esta seleção procurou responder à melhoria da qualidade

---

<sup>1</sup> Atualmente denominada por Divisão de Administração Urbanística (DAU)

ambiental e paisagística da cidade, e integrar a continuidade da paisagem rural para o interior da cidade, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

O relatório estrutura-se assim em cinco capítulos. O primeiro incide sobre a caracterização da paisagem da cidade de Montemor-o-Novo e envolvente rural próxima, concretamente, a morfologia do terreno, a pedologia, humanização e valores naturais e a génese e evolução da cidade. E este capítulo termina com a definição e respetiva caracterização das unidades urbanas de Montemor-o-Novo.

Uma vez que já existe definida a Estrutura Verde no Plano de Urbanização da cidade de Montemor-o-Novo, o segundo capítulo recai sobre a interpretação e análise desta estrutura.

O terceiro capítulo concretiza uma proposta de Estrutura Ecológica Urbana, que se inicia com um enquadramento teórico sobre o conceito de estrutura ecológica. Segue-se uma caracterização da paisagem com base nos níveis de desenvolvimento da estrutura ecológica e finaliza-se com a proposta de Estrutura Ecológica Urbana.

O quarto capítulo consiste na confrontação das propostas e objetivos da Estrutura Verde existente e a Estrutura Ecológica Urbana.

O quinto e último capítulo incide sobre a delimitação e fundamentação das áreas prioritária de intervenção da Estrutura Ecológica Urbana.

# **1. A paisagem da cidade de Montemor-o-Novo e envolvente rural próxima**

## **1.1. Caracterização geral da paisagem**

A **morfologia da paisagem** da cidade de Montemor-o-Novo e sua envolvente próxima evidencia-se, particularmente, pela presença do sistema húmido - aliado ao Rio Almansor – em articulação com o mais evidente sistema seco - marcado por situações suaves de base de encostas e de pequenas colinas<sup>2</sup>. O Rio Almansor insere-se na bacia hidrográfica do rio Tejo sendo o grande estruturador da paisagem juntamente com alguns dos seus principais afluentes (figura 1).



Figura 1 – Castelo de Montemor-o-Novo e o Rio Almansor.  
(Fonte do dados: Morbase)

Por questões de defesa, a cidade teve a sua génese na, hoje designada, “colina do castelo” de Montemor-o-Novo e expandiu-se para noroeste, numa zona de relevo mais suave, portanto numa situação fisiográfica mais favorável, a meio encosta, entre colinas (figura 2, 3).

---

<sup>2</sup> Conjunto que se inscreve na parte mais a montante da bacia hidrográfica do Rio Almansor.



Figura 2 – Montemor-o-Novo entre a colina do castelo (direita) e uma outra colina (esquerda).



Figura 3 – Montemor-o-Novo entre a colina do castelo (direita) e a colina da Ermida de Nossa Senhora da Visitação (esquerda).

Na área de desenvolvimento da cidade assinalam-se diferenças de altitude pouco significativas (compreendidas entre os 220-240m), em contraponto com a envolvente colinar, onde se destaca a colina do castelo (com uma altitude compreendida entre os 249-302m) (figura 4).

A morfologia dada pelo relevo expressa então várias colinas – do Castelo do Montemor-o-Novo, do Convento de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição e da Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> da Visitação - e uma situação de base da encosta e de áreas mais planas e ligeiramente onduladas. As situações de maiores declives (colinas e encostas mais declivosas) foram poupadas à edificação desenvolvendo-se grande parte da área urbana em áreas de declive suave (entre os 0 a 5 %) (figura 4). De modo geral podemos afirmar que toda a área urbana apresenta um conforto bioclimático temperado, circunstância que decorre essencialmente do facto de se espalhar por encostas voltadas a oeste e este, ou por situações mais aplanadas (figura 4).

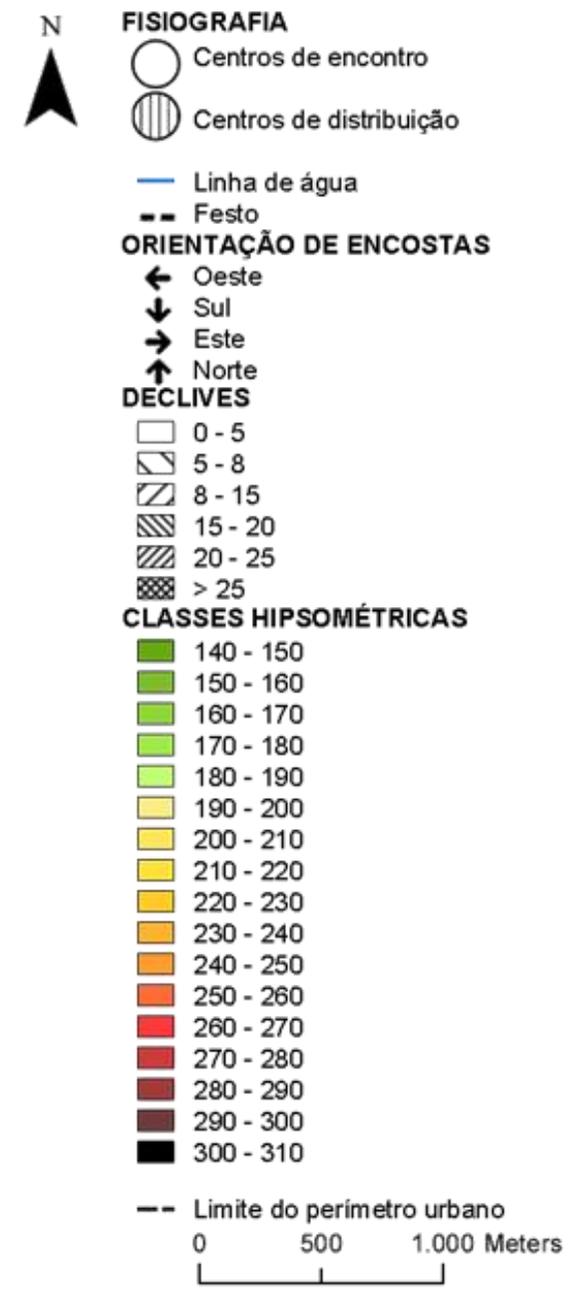
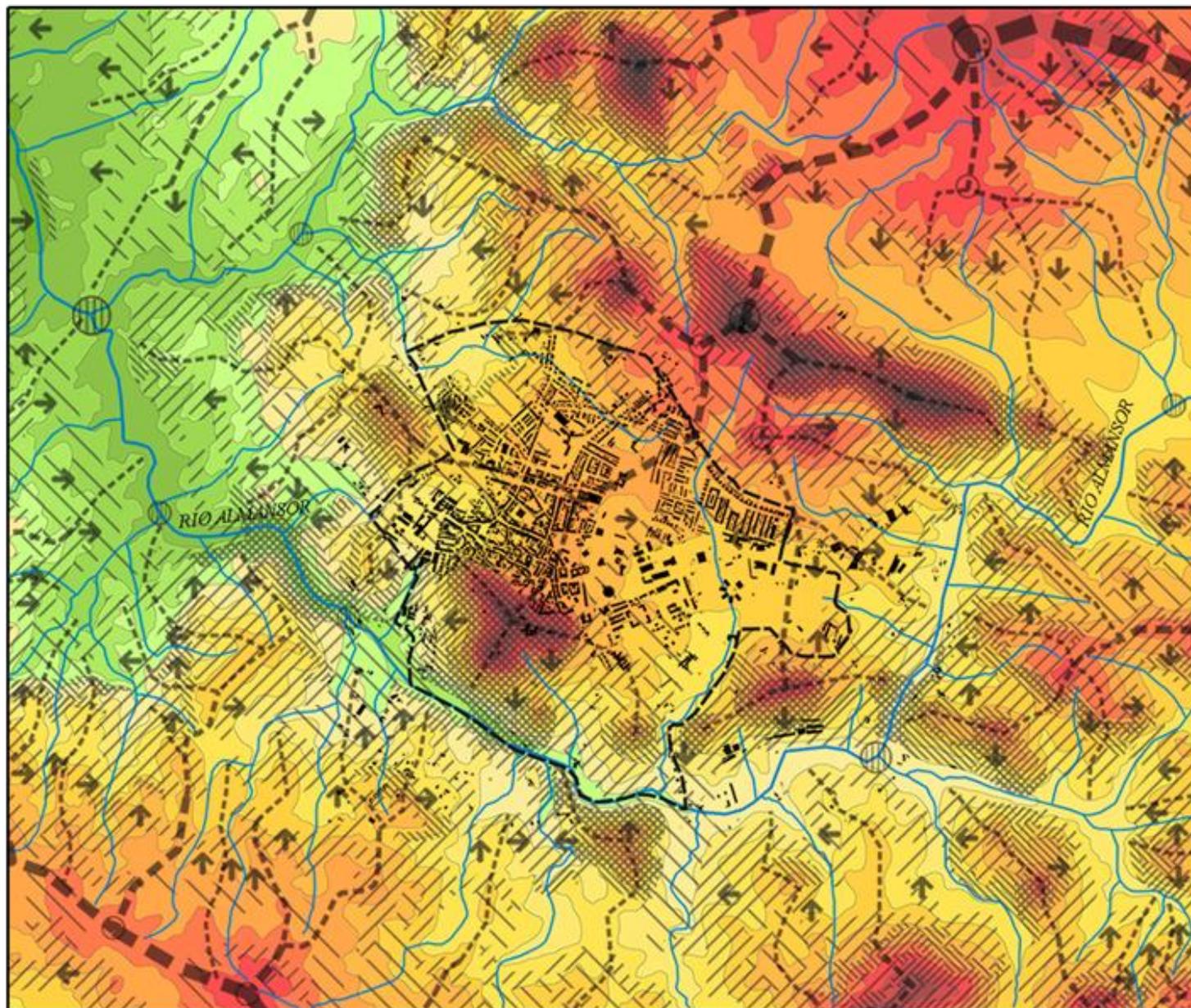


Figura 4 - Carta de síntese fisiográfica  
(Fonte dos dados: CMMN)

Os **solos** presentes nesta área urbana abarcam os solos litólicos e os solos mediterrânicos, os mais comuns ao território concelhio. Ao longo das linhas de água verificam-se os aluviossilos e os coluviossilos, classificados com maior capacidade de produção de biomassa (anexo 1).

Em redor da cidade de Montemor-o-Novo, verifica-se um **uso do solo** onde se evidenciam essencialmente as oliveiras, que se conjuga com manchas dispersas arbóreo-arbustivas (como vinha e outros pomares) e com áreas hortícolas e arvenses (figura 7). Na envolvente mais apartada da cidade ocorre a presença agro-silvo-pastoril, onde se assinala o sistema de montado de sobro e de azinho.

Montemor-o-Novo apresenta um significativo **património arquitetónico e paisagístico** com elevado valor histórico-cultural. A maior concentração do património arquitetónico situa-se na parte mais antiga da cidade, concretamente no centro histórico (figura 7). A área patrimonial que mais marca esta paisagem consiste no conjunto associado à Fortaleza de Montemor-o-Novo (Monumento Nacional), o morro do castelo e ainda o Rio Almansor e o seu vale (figura 5). Além deste património há que assinalar algumas azenhas ao longo do rio Almansor, um moinho de vento e algumas igrejas e/ou ermidas a encimarem os principais morros (figura 6).



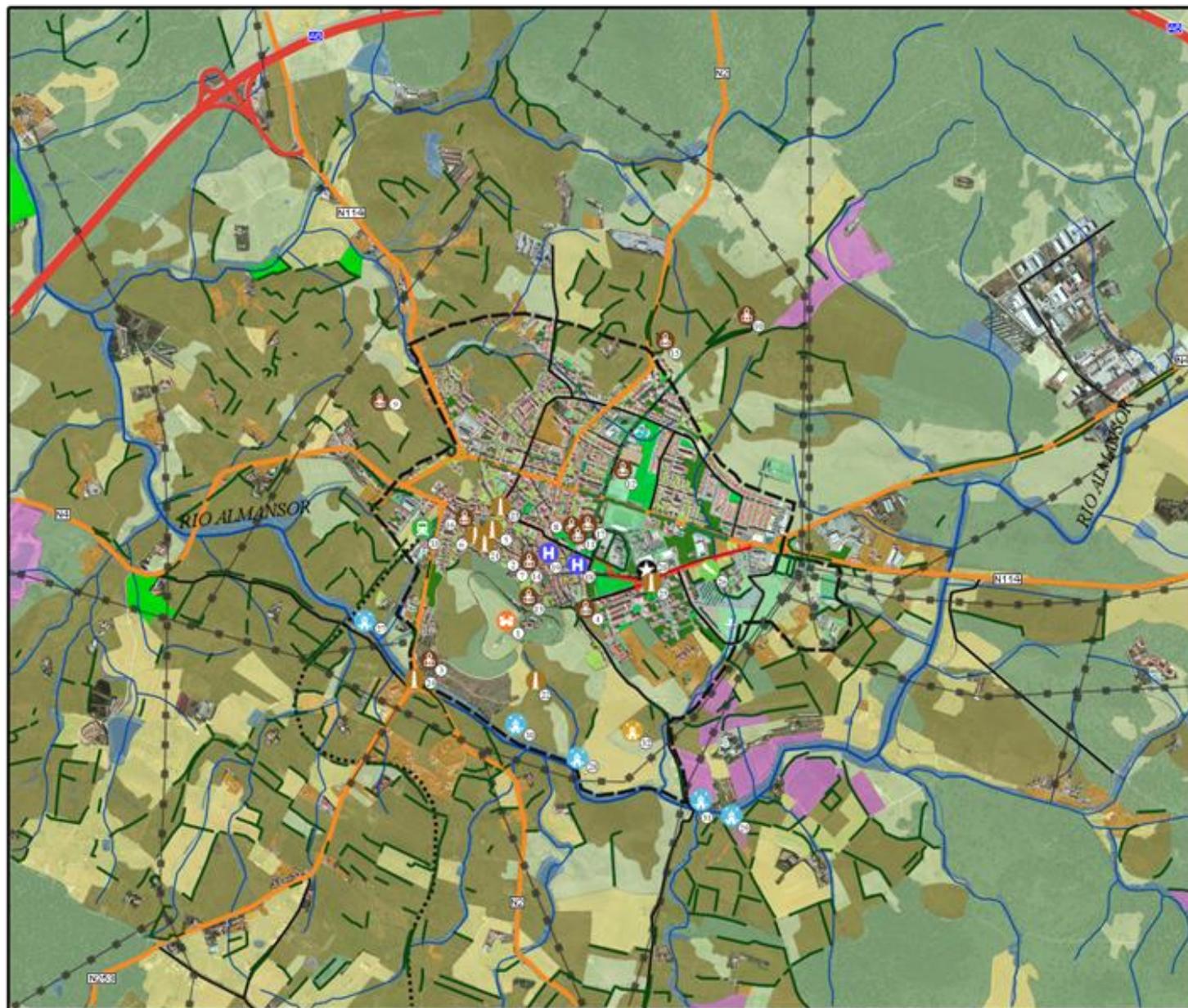
Figura 5 – Castelo de Montemor-o-Novo



Figura 6 – Moinho Italiano

Dentro dos **valores naturais** mais assinaláveis encontram-se as galerias ripícolas (nos talvegues principais), as manchas arbóreas e arbustivas (associadas a declive acentuado, como por exemplo ao longo da encosta do castelo de Montemor-o-Novo) e o montado de sobro e azinho (em áreas mais afastadas do núcleo urbano) (figura 7). Estas manchas, até agora preservadas, devem continuar a ser valorizadas dado o seu valor ecológico e paisagístico.

A norte da cidade, de modo afastado da área urbana, inscreve-se a autoestrada (A6) que liga Lisboa a Espanha, cujo traçado apresenta alguma dificuldade ao respeitar o relevo ondulado, que caracteriza esta área envolvente à cidade. De entre a **rede viária** nacional que conflui com a área urbana assinalam-se quatro estradas nacionais: a EN114, EN4 (que se desenvolvem de modo longitudinal à cidade, estruturando todo o crescimento da cidade a norte), a EN2 e a EN253 (figura 7). A nível de mobilidade suave há que salientar um troço de 156m de ecopista (cujo traçado corresponde a uma antiga linha férrea), que se desenvolve a sudoeste da cidade e o troço de 920m de uma Pista Livre de obstáculos (PLO), cujo traçado ocorre no sector a sudeste da área urbana (figura7).



### OCUPAÇÃO DO SOLO

- Prados naturais e seminaturais
- Montado de sobre e azinho
- Olival
- Policultura
- Culturas arvenses e pratenses de sequeiro
- Vinha
- Espaços abertos associados a equipamentos
- Espaços abertos
- Arruamentos arborizados
- Espaços expetantes
- Logradouros
- Culturas arvenses e pratenses de regadio

### ESTRUTURAS VIÁRIA

- Auto-estrada
- Estrada Nacional
- Rede viária secundária
- Ecopista
- Pista livre de obstáculos

### VALORES NATURAIS

- Galeria ripícola e charcas lagunares
- Sebe de compartimentação
- Linhas de água
- Linha de alta tensão
- Limite do perímetro urbano



Património (ver anexo 2)



Figura 7 - Carta de Humanização da Paisagem e Valores Naturais  
(Fonte dos dados: CMMN)

O sítio de implantação da cidade e o contexto morfológico envolvente, antes mencionado, determinam que nesses locais mais elevados se consiga ter uma grande abrangência visual sobre a cidade de Montemor-o-Novo e paisagem envolvente. Por este motivo salienta-se **o sistema de vistas** que lhe está associado. Entre esses locais com maior domínio visual encontram-se (figura 8):

- ❖ Castelo de Montemor-o-Novo (a sul do perímetro urbano);
- ❖ Convento de Nossa Senhora da Conceição (fora do perímetro urbano, a oeste);
- ❖ Ermida de Nossa Senhora da Visitação (fora do perímetro urbano, a norte).

No interior da cidade, verificam-se ainda alguns locais de abrangência visual, sobre algumas partes da cidade e da sua envolvente, bem como alguns corredores cénicos (Anexo 2,3,4,5) (figura 8).

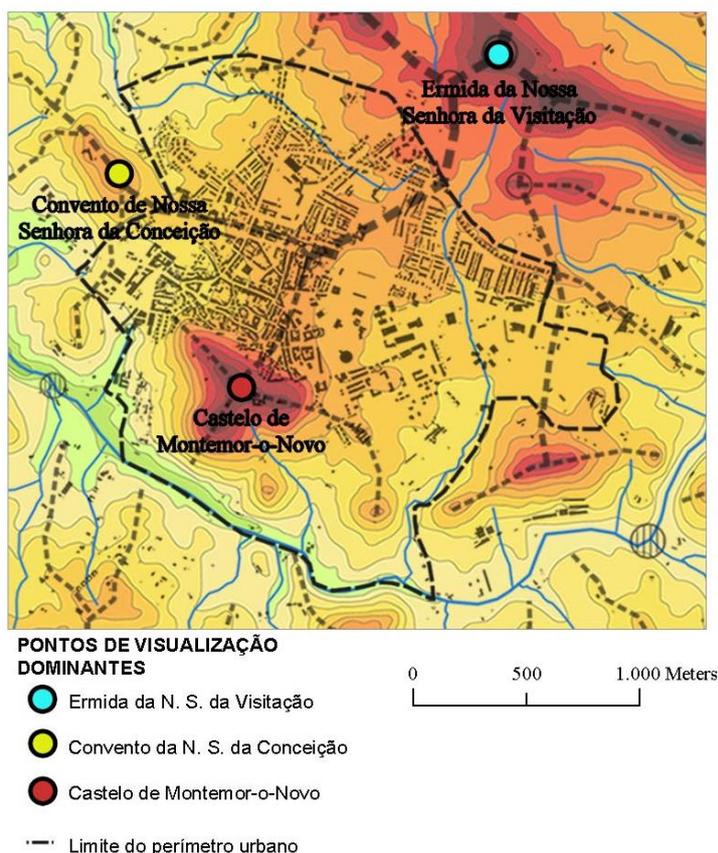


Figura 8 – Locais excepcionais de tomada de vistas panorâmicas (base extrato da carta de fisiografia e dados altimétricos)  
(Fonte do dados: CMMN)

## 1.2. Breve caracterização da génese e evolução da cidade de Montemor-o-Novo. Unidades urbanas.

Como referido anteriormente, a cidade de Montemor-o-Novo teve a sua génese no cimo de uma colina, onde se implantou o castelo. Esta posição e sítio, de domínio sobre o território envolvente, era naturalmente à altura fundamental dada a necessidade de defesa.

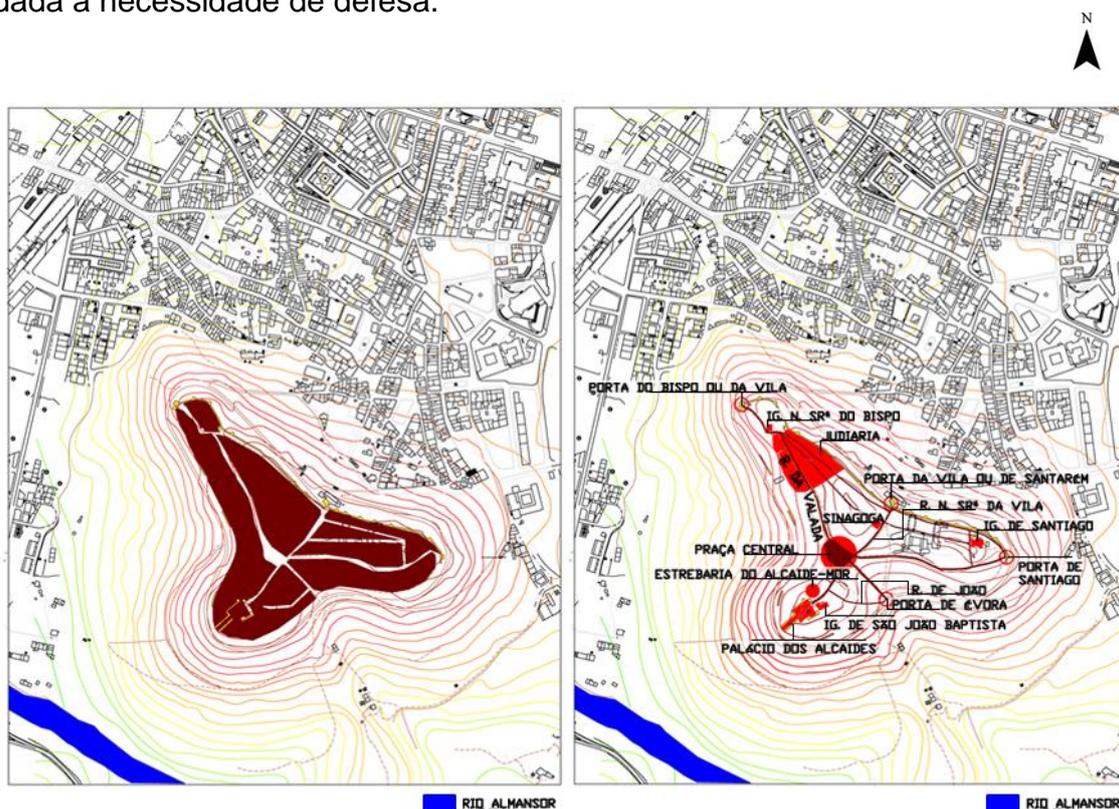


Figura 9 – Antigo núcleo urbano do castelo de Montemor-o-Novo (esquerda), e seus espaços abertos e equipamentos coletivos (direita).

(Fonte: CMMN)

Até ao século XIII e XIV, a cidade desenvolvia-se no interior do recinto muralhado do castelo (figura 9). Nesta época, devido à elevada densidade populacional que vivia dentro da muralha do castelo, a cidade estende-se para fora das muralhas criando arrabaldes a norte da colina (figura 10). Uma implantação que se fundamenta em algumas especificidades mais favoráveis a tal implantação: o relevo mais suave<sup>3</sup> e maior conforto (abrigada do vento e geadas), onde havia maior abundância de água mas também a maior

<sup>3</sup> Por oposição à parte mais a sul da colina, onde o declive era mais acentuado (muitas vezes escarpado), para além de envolver o obstáculo associado à presença do Rio Almansor.

proximidade com as vias de comunicação. O facto de a expansão passar a decorrer nos terrenos exteriores ao recinto muralhado permitiu a construção de casas de maiores dimensões, a que estão associados logradouros privados. Esta malha mais antiga da cidade é “caraterizada pela sua forma orgânica, marcada pela relação do edificado com o terreno e pela presença de arruamentos e praças definidos por edifícios nem sempre alinhados” (CMMN, 2014, p.8). Entre as ruas mais antigas, evidenciam-se a das Estopas, a de S. Vicente, a do Quebra-Costas, a das Ricas e a dos Almocreves, que se implantaram de modo perpendicular ao sentido de maior declive da colina.

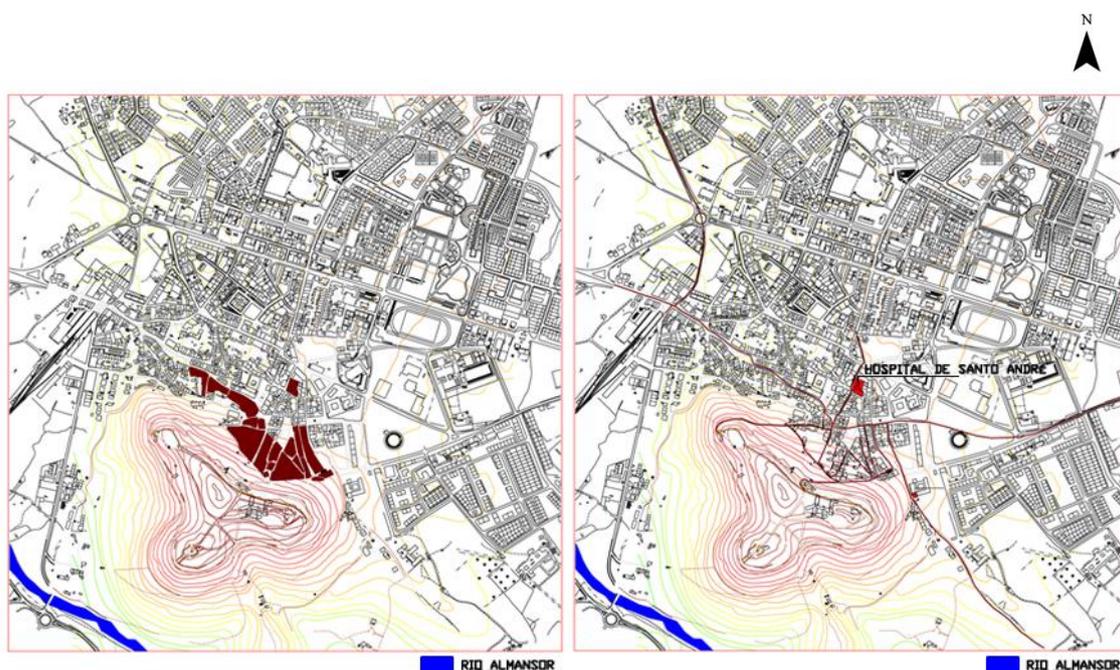


Figura 10 – Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XIII e XIV.

(Fonte: CMMN)

Até ao final da idade média desenvolveu-se o cruzamento da rede viária que estabelecia a ligação entre o norte e o sul e a ligação de Lisboa a Espanha (CMMN, 2014). No século XV o centro administrativo e comercial ainda prosseguiram no interior da muralha e a “malha urbana era delimitada a nordeste pelo Rossio, a norte pela Rua Nova (atual Rua 5 de Outubro) e a ocidente pelo Terreiro do Poço Tapado (atual Largo dos Paços do Concelho)” (CMMN, 2014, p.9). Nesta época a malha urbana era descrita pelo seu traçado orgânico como acontecia na vila muralhada (figura 11 e 12).

A estrutura desta área é assegurada por um sistema de ruas que estabelecia a ligação às estradas e caminhos que ligavam a vila à região. Salienta-se neste conjunto a Praça do Arrabalde (designada mais tarde por Praça Velha e atualmente por Praça Cândido dos Reis), donde partiam as ruas de acesso à vila muralhada (figura 10).

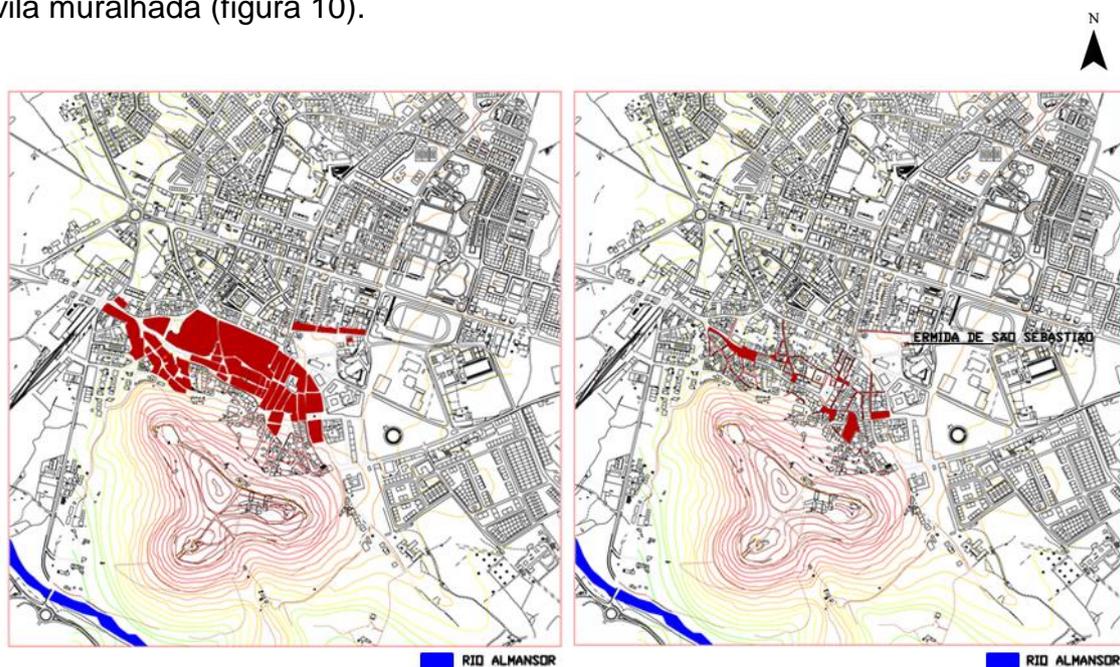


Figura 11 – Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XV.

(Fonte: CMMN)

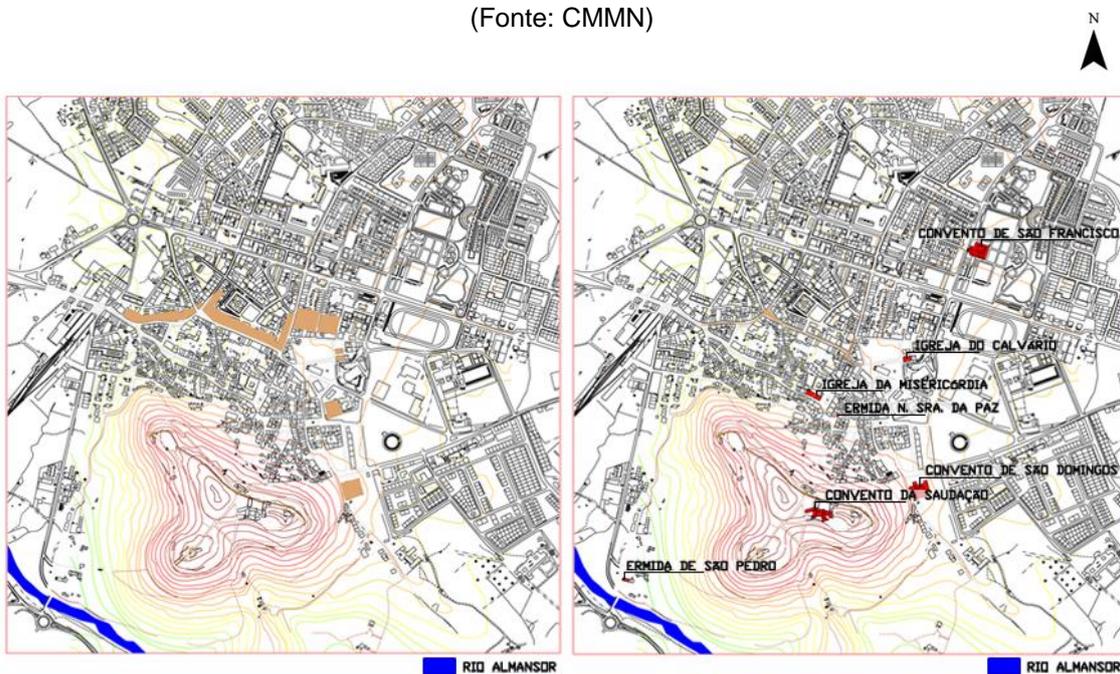


Figura 12 – Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XVI.

(Fonte: CMMN)

No século XVII e XVIII o arrabalde amplia-se formando um extenso aglomerado, conjuntamente com as funções administrativas e outras, “assistindo-se ao desenvolvimento da vila ao longo dos eixos de ligação ao exterior, bem como à consolidação da estrutura urbana já formada” (CMMN, 2014, p 11) (figura 13).

Os espaços abertos na altura equivaliam essencialmente aos logradouros dos quarteirões, à colina do castelo e à praça. Em redor desta vila, o uso do solo apresentava-se essencialmente com carácter produtivo, como é comum à maior parte dos aglomerados urbanos nessa época e o sugere alguma toponímia<sup>4</sup>.

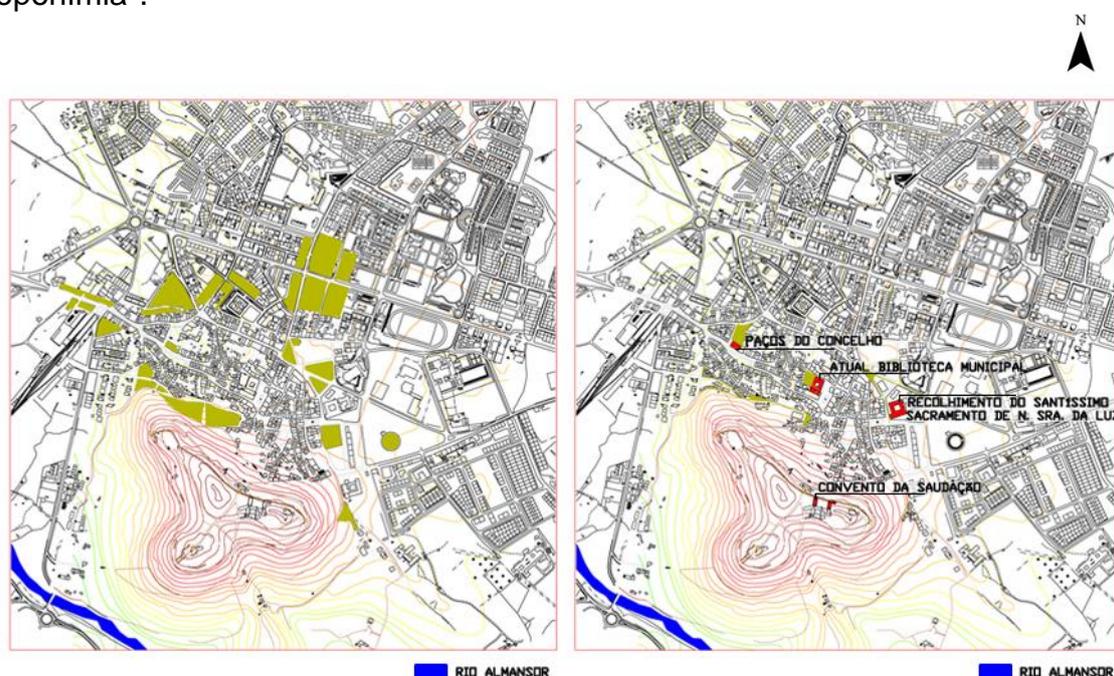


Figura 13 – Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XVIII.

(Fonte: CMMN)

No séc. XIX constroem-se alguns equipamentos públicos significativos, como as sociedades recreativas, o jardim público, o edifício do hospital e o mercado municipal (CMMN, 2014). “No final desse século é também construída a praça

<sup>4</sup> Como é o caso da Rua das Parreiras (atual rua Germano Vidigal), Rua dos Marmelos (atual rua 31 de janeiro), entre outras que aludem a ofícios e atividades, relacionadas com a produção agrícola e seus derivados, como é o caso da Rua da Adega Funda, (identifica a produção de Vinho) e Rua do Forno Caldeireiro (identifica a produção de azeite) (Fonseca, 2000).

de touros no Rossio. A Rua Nova (atual Rua 5 de Outubro) estabelecia então o limite da vila a norte” (CMMN, 2014, p.12). Ainda nesta fase a colina do castelo foi dividida em talhões e vendida a agricultores, que a passaram a cultivar <sup>5</sup>.

No século XX, por volta dos anos 40, é aberta a Avenida Gago Coutinho (a que corresponde o traçado da EN114 e EN4) que marca o limite da malha urbana mais antiga. Os primeiros instrumentos de planeamento surgem na década de 60, os quais determinam o implementar de novos arruamentos e urbanizações a norte da mencionada avenida e a quase total ocupação do rossio com equipamentos coletivos<sup>6</sup>. Assim são construídos equipamentos como o teatro Curvo Semedo (principal cenário de realizações artísticas e sociais) e as escolas (secundária e preparatória). Mais tarde e já no sector a norte da cidade surge o clube de ténis e o parque urbano (com funções recreativas, sociais e culturais) (figura 14).

Entretanto a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo adquire o castelo e seguem-se um conjunto de políticas de recuperação e reabilitação paisagística. Simultaneamente, a construção da Avenida Gago Coutinho determina uma mudança na forma de desenvolvimento da cidade. O seu perfil (traçado linear e largura), a frequência e a velocidade dos veículos que a percorrem, torna-se numa barreira à articulação da vila para norte. Corresponde-lhe então um eixo polarizador ao desenvolvimento da cidade, onde surgem os lotes de maiores dimensões (com edifícios de maior volumetria, acompanhados de logradouros) e conjugam-se as funções de residência, comércio e serviços (figura 14).

---

<sup>5</sup> Para mais informações veja ao site: <http://morinvest.cm-montemornovo.pt/infraestrutura-desportiva-lazer.php?id=16> consultado a 7 de julho de 2014

<sup>6</sup> O que não deixa de surpreender (caso comum à maioria dos rossios), uma vez que se tratava de propriedade do município.

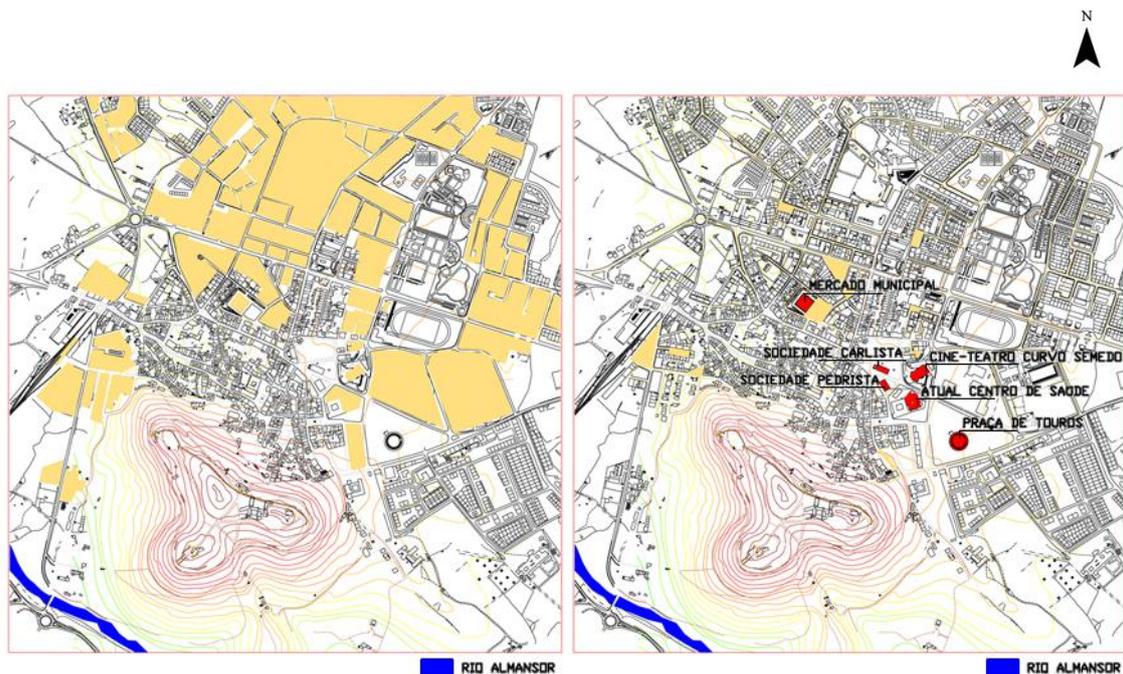


Figura 14 – Aglomerado urbano de Montemor-o-Novo (esquerda), espaços abertos e equipamentos coletivos (direita) no século XX.

(Fonte: CMMN)

Atualmente existem múltiplos espaços abertos públicos e privados na malha urbana da cidade. Entre os espaços abertos privados assinala-se o conjunto de espaços pontuais, designadamente, logradouros ou quintais no interior dos quarteirões e alguns espaços com ocupação agrícola residual. Entre os espaços abertos públicos destaca-se o parque urbano e o jardim público e algumas praças e largos (com carácter essencialmente de recreio e lazer). Além destes há os espaços expectantes, que não têm por enquanto nenhuma função e afiguram-se sem identidade, aguardando uma ocupação habitacional, de serviços ou de espaços abertos, de acordo com o PU.

Em síntese, a estrutura de espaços abertos dentro do perímetro urbano é marcada pela existência de:

- ❖ Espaços especialmente vocacionados ao recreio e lazer, como o jardim público, o jardim do largo Machado dos Santos, o parque urbano e o jardim do largo Dr. Bento Jesus Caraça, o jardim do rossio, entre outros;
- ❖ Espaços abertos associados a equipamentos, que funcionam como espaços de enquadramento e de apoio a algumas funções, como o jardim do Hospital São João de Deus, os espaços envolventes às

escolas, ao clube de ténis, ao teatro Curvo Semedo, às piscinas e entre outros espaços;

- ❖ Espaços expectantes, que ficaram estáticos no tempo devido a mudanças de funções, e/ou de proprietário ou à incapacidade de resposta à função entretanto lhe foi destinada no PU, tornando-se espaços abandonados.

Face à caracterização geral efetuada da paisagem e à síntese sobre a génese e desenvolvimento urbano, passamos agora a efetuar uma breve leitura do que podem ser consideradas as principais **unidades urbanas** da cidade de Montemor-o-Novo (figura 16).

A primeira unidade urbana que salientamos, corresponde à área hoje denominada por *Centro Histórico* (vila oitocentista), localizada na parte sudoeste da cidade. Esta foi considerada uma unidade urbana dadas as suas características mais ou menos homogéneas. Corresponde-lhe uma malha urbana apertada, marcada pela irregularidade dos quarteirões, arruamentos estreitos, numa forte afinidade com a morfologia do terreno, onde os edifícios apresentam uma cêrcea mais ou menos constante e os logradouros apresentam reduzidas dimensões e distribuição dispersa. Esta unidade é composta por um grande número de elementos patrimoniais, testemunho da história da cidade de Montemor-o-Novo (figura 15 e 16).

A unidade urbana nomeada por *Área urbana I* inscreve-se numa área aplanada, localizada maioritariamente a norte da Avenida Gago Coutinho onde domina a função residencial. Aduz esta unidade uma malha urbana regrada de prévio planeamento, com arruamentos largos e quarteirões regulares. A tipologia de habitação mais comum é representada pelo loteamento em bandas unifamiliares e moradias isoladas (de 1 a 2 pisos), frequentemente com logradouro em torno do edificado. Inclui os bairros Dr. Augusto Cunhal (ou Bairro da Misericórdia), o Bairro da Lusitânia, o Bairro Vale das Flores, Bairro do Abadinho, Bairro Fonte Torres e a Quinta Caldeira (ambos construídos entre a década de 60 e 70 do século XX) (figura 15 e 16).

A unidade designada por *Área urbana II* assenta também numa área aplanada, com função essencialmente residencial, de malha urbana regular planeada e com arruamentos espaçosos. As tipologias de habitação mais frequentes são os edifícios de habitação e as moradias unifamiliares isoladas (com 2 ou 3 pisos) e com pequenos logradouros. A construção desta unidade percorre parte do século XX e vai até ao século XXI. Abrange os Bairros da CHE (Cooperativa de habitação económica), o Bairro da Courela da Pedreira, Loteamento de São Domingos e Horta da Nora, situados a Nordeste, Norte e Sudeste da Avenida Gago Coutinho (figura 15 e 16).

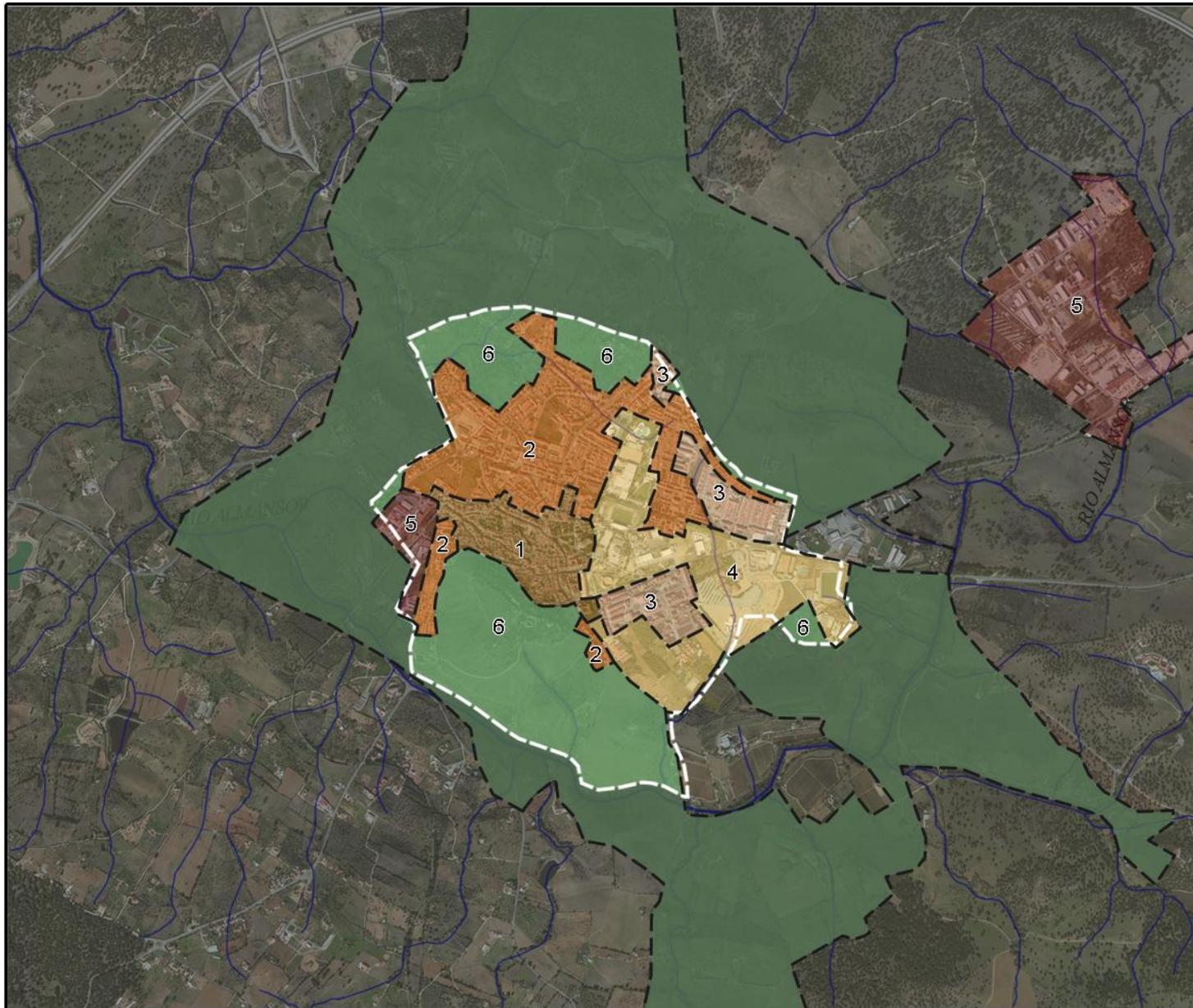
A sudeste da cidade de Montemor-o-Novo, numa zona também aplanada, ocorre a área eleita de implantação dos *Equipamentos e Serviços coletivos*, que equivale ao antigo rossio de São Pedro de Montemor-o-Novo e áreas adjacentes. Abarca equipamentos educativos, desportivos, fúnebres, sociais, comerciais, agrícolas (horta da janelinha) e de recreio (jardim do rossio) (figura 15 e 16).

Mais apartado e isolado da cidade de Montemor-o-Novo, a cerca de aproximadamente de 2 km, numa situação de relevo aplanada, há a *Zona Industrial* da Adua, que se diferencia pelas características funcionais e arquitetónicas (função industrial dominante e grande volumetria). Acresce ainda outra área industrial no interior da cidade, mais concretamente no sector mais a sudoeste, antecessora da antiga zona industrial, que classificámos por Zona industrial, que possui características similares (figura 15 e 16).

Designámos como *Zona Periurbana* a envolvente mais próxima da malha urbana, a norte e a sul do perímetro urbano. Corresponde-lhe um espaço em que as atividades rurais e urbanas se misturam, onde está presente uma implantação dispersa do edificado, a atividade agrícola e a implantação de indústrias e de alguns serviços. Esta unidade particulariza-se por um relevo ondulado, de vales encaixados (associado a linhas de água), com coberto arbóreo de olival, conjugado com dispersas manchas de policultura, culturas arvenses e pratenses de sequeiro, entre outras (figura 15 e 16).



Figura 15 – Unidades urbanas. 1 – ‘Centro histórico’ de Montemor-o-Novo; 2 – ‘Área urbana I’; 3 – ‘Área urbana II’ (Bairro CHE); 4 – ‘Área de equipamentos e serviços coletivos’ (Antigo Rossio de S. Pedro); 5 – ‘Zona Industrial’; 6 – ‘Zona Periurbana’ de Montemor-o-Novo.



**UNIDADES URBANAS**

- 1 Centro histórico
- 2 Área urbana I
- 3 Área urbana II
- 4 Área de equipamentos e serviços coletivos
- 5 Zona industrial
- 6 Zona periurbana

— Limite das unidades urbanas

— Linha de água

▬ Limite do perímetro urbano

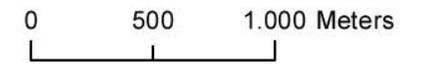


Figura 16 - Carta de Unidades Urbanas

## **2. Plano de Estrutura Verde existente da cidade de Montemor-o-Novo**

Como antes mencionado o Plano de Estrutura Verde da cidade é parte integrante do Plano de Urbanização (PU), aprovado em Junho de 2003<sup>7</sup>.

Segundo o Regulamento do Plano de Urbanização (Regulamento 54/2005, 7 de Março de 2005, artº.13, nº 6 e 7), a estrutura verde proposta é dividida em duas partes:

- ❖ A estrutura verde principal (equivalente a S2), integra áreas de média e grande dimensão, como “espaços destinados a equipamentos de utilização coletiva e a espaços verdes e de utilização e de enquadramento e proteção, (parque urbano, proteção e enquadramento dos monumentos e conjuntos históricos, proteção das linhas de água, etc.)”;
- ❖ A estrutura verde secundária (equivalente a S1), integra áreas de pequena dimensão, como “áreas destinadas a infraestruturas viárias, faixas para instalação de infraestruturas urbanas, espaços verdes e de utilização coletiva e de enquadramento e proteção (jardins, pracetas arborizadas, zonas de remate das áreas edificadas, etc.)”.

De acordo com o regulamento, todos os espaços que compõem a estrutura verde “devem ser objeto de estudos paisagísticos específicos e regulamentados no âmbito de plano de pormenor ou projeto de loteamento que venham a ser implementados na UOPG<sup>8</sup> onde se inserem” (Regulamento 54/2005, 7 de Março de 2005, artº.13, nº 4).

Nos espaços destinados à estrutura verde estão interditas construções exceto os equipamentos de apoio ao usufruto dos espaços verdes pela população e construções de recuperação, ampliação e alterações de construções existentes (Regulamento 54/2005, 7 de Março de 2005, artº.13, nº 5).

---

<sup>7</sup> Posteriormente em 2008 é publicado em Diário da República uma retificação do Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo, onde se fez uma alteração das dimensões dos “espaços verdes” e de outras tipologias de espaços, para uma pequena área da cidade, a norte.

<sup>8</sup> Unidade operativa de planeamento e gestão.

A estrutura verde principal é composta maioritariamente pela área envolvente ao castelo (conjunto com valor histórico-cultural), que apresenta cerca de 70ha, onde é proposto um “tratamento paisagístico visando a preservação e dinamização da sua relação com o castelo e com rio Almansor, a beneficiação e o enquadramento da rede viária” (Regulamento 54/2005, 7 de Março de 2005, artº.17, nº 4).

Os outros espaços, que totalizam esta estrutura verde principal, distribuem-se dentro da malha urbana, de modo mais ou menos descontínuo, e com áreas muito mais pequenas e variáveis (entre os 0,13ha e os 4,75ha) (figura 17). De um modo geral, localizam-se ou na periferia do perímetro urbano (situações mais a oeste, sul e este da cidade) ou no seu interior (particularmente ligados às unidades urbanas *‘Equipamentos e serviços coletivos’*, *‘Área urbana II’* e *‘Centro histórico’*).

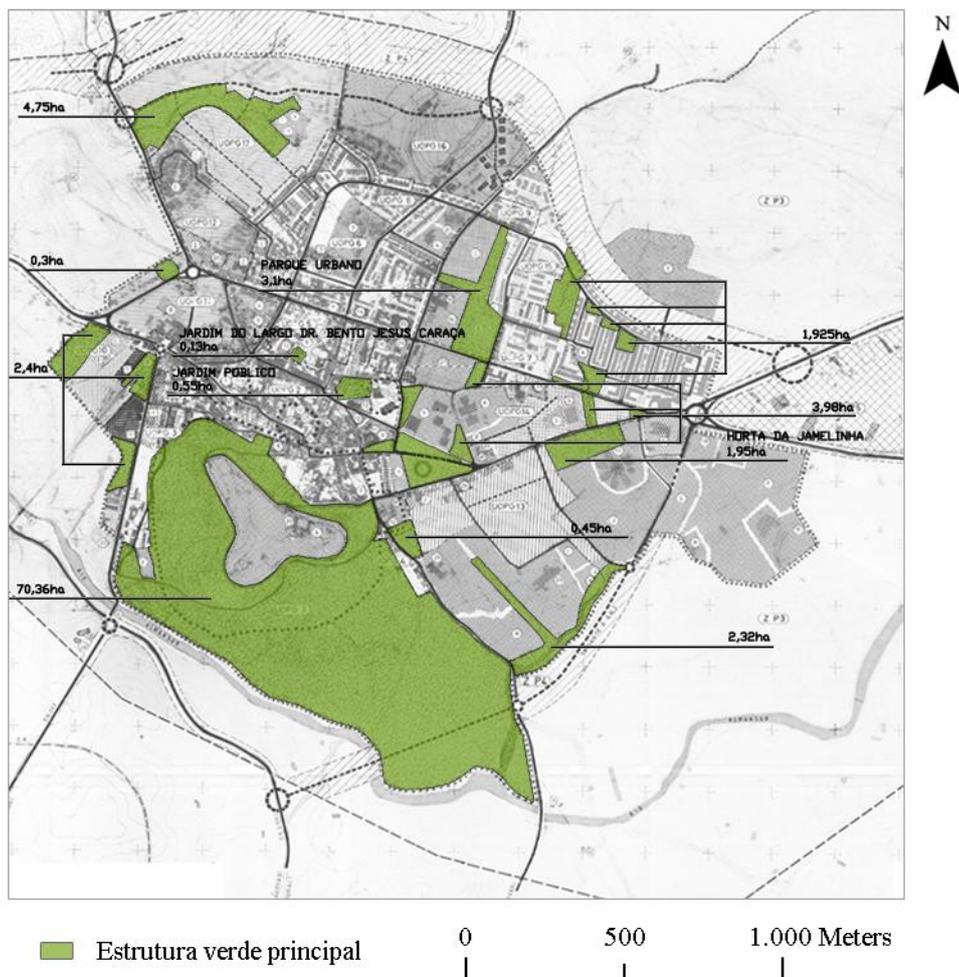


Figura 17 – Estrutura verde principal integrante do Plano de Urbanização da cidade de Montemor-o-Novo.

(Fonte: Adaptado de PU da CMMN)

Face aos objetivos do mesmo estudo procurou-se analisar mais detalhadamente a estrutura verde proposta pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Verifica-se que esta estrutura verde principal ocupa cerca de 121,644ha (36% da área total do perímetro urbano). A maior parte desta área é constituída pela envolvente ao morro do castelo, como vimos anteriormente. A capitação de áreas verdes da estrutura verde principal atinge o valor de 69,76m<sup>2</sup>/hab para uma população de 17437 habitantes (INE, 2011). Tal significa que o resultado supera o valor apontado pelas orientações estabelecidas pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), onde se defende uma estrutura verde principal com o mínimo 30m<sup>2</sup> por habitante (CNADS, 2004). O mencionado

valor encontrado, como afirmámos antes, deve-se à grande área associada ao castelo, sendo que as restantes áreas apresentam dimensões significativamente reduzidas, que nem sempre se encontram com fundamento na base ecológica ou cultural, fundamentos que consideramos imprescindível ao conjunto de espaços abertos que integra a cidade.

Relativamente à estrutura verde secundária, não há referência à sua área total, nem identificação dos espaços que a integram, não se achando cartografado qualquer elemento desta estrutura na planta de zonamento do Plano de Urbanização (PU). Porém, dadas as tipologias de espaço que a integram referidas no PU, são áreas com pouca expressão, de carácter pontual e residual, face à leitura que fazemos da cidade, mas nitidamente muito importantes na construção de um contínuo – ecológico e cultural – fundamental à qualidade de vida urbana e à valorização do sistema ecológico e cultural da cidade.

### **3. Estrutura Ecológica Urbana e Estrutura Rural próxima à cidade de Montemor-o-Novo**

#### **3.1. Enquadramento teórico**

A delimitação de estrutura ecológica tem por objetivo “reunir e integrar todos os espaços necessários à conservação dos recursos naturais entendidos como fatores dinâmicos que interagem entre si” (Magalhães, 2007, p.32), assegurando a sustentabilidade da paisagem.

A definição deste conceito tem subjacente o conceito *continuum naturale*, o “sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território;” (Lei de Bases do Ambiente nº11/87 de 7 de Abril – artº.5, nº 2d).

A Estrutura Ecológica procura respeitar os princípios inerentes ao conceito de *continuum naturale* que, segundo Caldeira Cabral (1980, 1978), são indispensáveis à proteção e valorização da paisagem, nomeadamente:

- ❖ Princípio da continuidade: certificar a circulação da água, do ar, do solo, da vegetação e da fauna dentro dos limites impostos pela ocupação humana;
- ❖ Princípio da elasticidade: significa a capacidade de o sistema se adaptar à variabilidade de situações que representa a vida, estabilizando ou compensando<sup>9</sup>;
- ❖ Princípio da meandrização: compreende o aumento das interfaces ou superfícies limite dos vários elementos da paisagem, maximizando a intensidade biológica<sup>10</sup>;
- ❖ Princípio da intensificação: de modo a garantir uma otimização daqueles mesmos parâmetros, é necessário contrabalançar o empobrecimento ecológico das áreas mais artificializadas.

---

<sup>9</sup> Por exemplo a irregularidade das quedas pluviométricas tem de replicar com um sistema de estabilização apto de reter e escoar o caudal, sem causar uma catástrofe.

<sup>10</sup> Por exemplo o aumento do efeito de orla resulta em elevados gradientes de parâmetros físicos e biológicos.

A estrutura ecológica está traduzida na Reserva Ecológica Nacional (REN), uma “estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial” (decreto-lei 166/2008, 22 de Agosto, artº.2, nº 1), salvaguardando “os processos indispensáveis a uma boa gestão do território e para favorecer a conservação da natureza e da biodiversidade, componentes essenciais do suporte biofísico” (decreto-lei 166/2008, 22 de Agosto). Esta estrutura biofísica constitui também um regime de restrição pública, que estabelece “um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas” (decreto-lei 166/2008, 22 de Agosto, artº.2, nº 2).

Esta estrutura, além de valorizar os sistemas naturais da paisagem, também engloba um “contínuo cultural”, que é essencial para a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável (Magalhães, 1996). Assim sendo, esta estrutura ecológica admite espaços de carácter natural, para o efeito de suporte à vida silvestre, que podem ser compatibilizados com funções culturais, sociais e económicas.

A continuidade natural e cultural, que a estrutura ecológica pretende alcançar, é basilar ao conceito defendido por Ribeiro Telles de Paisagem global, em que “o espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, quer digam respeito ao mundo rural, quer à vida urbana” (Telles, 1994 *in* Serrão, 2011, p.482)

“Para isso há que restabelecer o *continuum naturale* no espaço urbano e no rural como elo entre as respectivas paisagens, permitindo a aproximação dos dois modos de vida e das pessoas. A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das atividades, nomeadamente da expansão urbana tem que estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente” (Telles, 1994 *in* Serrão, 2011, p.483).

Em espaço urbano a continuidade que se pretende estabelecer com a estrutura ecológica, de modo geral, é determinada por um conjunto de espaços abertos, que são interligados com “corredores verdes”, formando uma rede contínua ecológica e cultural. Em termos espaciais, há quatro componentes ecológicos essenciais na definição de estrutura ecológica (Forman, 1995 *in* ICNB, 2008) (figura 18):

- ❖ Grandes manchas de vegetação natural;
- ❖ Corredores ripícolas ao longo dos principais cursos de água;
- ❖ Áreas de conectividade que permitam a movimentação das espécies chave através de corredores ou sequências de pequenas ilhas;
- ❖ Pequenos espaços naturais heterogêneos em áreas de desenvolvimento humano.

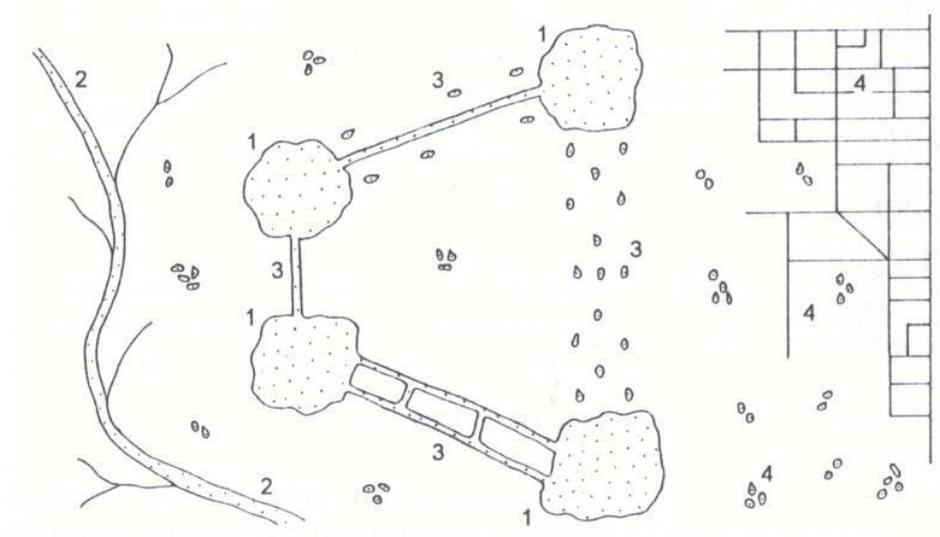


Figura 18 – Componentes ecológicos a considerar no planeamento da ocupação do território. 1 – Grandes manchas de vegetação natural; 2 – Curso de água e corredor ripícola; 3 – Áreas de conectividade; 4 – Pequenas áreas naturais numa diferente matriz.

(Fonte: Forman, 1995 *in* ICNB, 2008)

Devido à heterogeneidade de situações ecológicas e culturais na paisagem, a estrutura ecológica é composta por diferentes níveis de desenvolvimento – **Fundamental, Rural e Urbana** (Magalhães *et al*, 2002). A estes equivalem um conjunto de áreas, valores e sistemas, necessários para sustentabilidade do território, aos quais são justapostas propostas e estratégias de gestão, consentâneas com os objetivos da Estrutura Ecologia (CML, 2006).

## Estrutura Ecológica Fundamental

“A Estrutura Ecológica Fundamental integra as áreas que constituem o suporte dos sistemas ecológicos fundamentais e cuja proteção é indispensável à sustentabilidade do território. Esta Estrutura representa o essencial e o determinante do funcionamento ecológico da Paisagem e a sua constituição deve-se a elementos da Paisagem Primordial” (CML, 2006, p.94).

Esta Estrutura Ecológica Fundamental (EEF) engloba genericamente: os recursos naturais de valor indiscutível que devem ser protegidos de usos suscetíveis, que conduzem a destruição e degradação sem retorno; e as áreas com riscos à atividade humana, que requerem avultados investimentos à sua infraestrutura de modo a salvaguardar as populações (Quadro 1).

A medida de gestão da EEF assume um carácter *non aedificandi*, ou seja, é interdita a construção de edifícios, contudo é permitido usos e atividades que potenciem os recursos existentes, segundo as políticas de gestão do território. Esta estrutura constitui objeto de ordenamento do território concelhio.

	<b>Subestruturas</b>	<b>Componentes</b>	<b>Medidas de gestão</b>
Estrutura Ecológica Fundamental	Sistema seco	Solos de elevado valor ecológico	<i>non aedificandi</i> - interdita a construção de edifícios, contudo é permitido usos e atividades que potenciem os recursos existentes
		Áreas de proteção às cabeceiras das linhas de água	
		Áreas de risco de erosão	
		Áreas de infiltração máxima	
	Sistema húmido	Zonas adjacentes às linhas de água	
		Linhas de água	
		Bacias de receção	
	Diretiva Habitats 92/43/CEE	Vegetação natural ou seminatural com elevado grau de valorização	
<i>Habitat</i> de elevado valor ecológico			

Quadro 1 – Estrutura Ecológica Fundamental – Subestruturas e componentes que a integram.

(Fonte: Adaptado de CEAP-PCC, 2005, p. 13)

## **Estrutura Ecológica Rural**

“A Estrutura Ecológica Rural (EER) é de natureza antrópica e assegura o funcionamento ecológico na paisagem rural.” (CEAP-PCC, 2005, p. 247).

O mosaico rural constitui o resultado da interpretação, pelo homem, da paisagem primordial, com vista à produção de alimentos, à aquisição de materiais, ao abrigo e demais necessidades de quem nela trabalha. Conclui-se que constitui um ótimo revelador sobre as circunstâncias ecológicas e culturais de determinado lugar (CEAP-PCC, 2005).

Esta estrutura é composta por diferentes tipologias de espaço e/ou elementos da paisagem: paisagem compartimentada (mata, matos e sebes), a paisagem de árvore dispersa mediterrânica (montado, sebes ou elementos da mata mediterrânica, bosquetes de vegetação natural e seminatural) e galerias ripícolas (quadro 2) (Magalhães, 2007).

	<b>Subestruturas</b>	<b>Componentes</b>	<b>Medidas de gestão</b>
Estrutura Ecológica Rural	Tipologias de ocupação de espaço rural	Paisagem de árvore dispersa mediterrânica	Conservação da agricultura, silvicultura e ecoturismo
		Paisagem compartimentada	
		Galeria ripícola	

Quadro 2 – Estrutura Ecológica Rural – Subestruturas e componentes que a integram.

(Fonte: Adaptado de CEAP-PCC, 2005, p. 13)

## **Estrutura Ecológica Urbana**

A Estrutura Ecológica Urbana (EEU) assenta numa natureza fortemente antrópica e predominantemente edificada, que permite o salvaguardar da riqueza biológica e dos sistemas fundamentais para o equilíbrio ecológico da paisagem (Magalhães, 2007).

A composição da EEU inclui duas componentes:

- ❖ Uma componente ecológica fundamental, onde se salvaguardam as áreas de suporte dos sistemas ecológicos fundamentais, cuja proteção é imprescindível à sustentabilidade do território;
- ❖ Uma componente cultural, que integra as áreas de espaços abertos não edificados e artificiais como o jardim, o parque urbano, a praça, o largo, a alameda arborizada e entre outras tipologias de espaço aberto presentes na área urbana.

A componente ecológica desta estrutura restringe-se aos constituintes da EEF, onde a edificação é interdita, contudo assume funções e formas urbanas, compatível com as condicionantes (quadro 3). Em relação à estrutura cultural, a delimitação é feita a partir de espaços patrimoniais, espaços provenientes de vazios de edificação, espaços de integração de infraestruturas e corredores onde se deve proceder a ações de recuperação, no sentido de reintegrá-los nesta continuidade cultural (quadro 3).

A articulação da estrutura ecológica com a cultural proporciona a valorização global dos espaços abertos da cidade. O espaço público, em particular, possibilita distintas oportunidades de recreio, circulação, convívio e identidade cultural e cumpre funções ecológicas e de reestruturação urbanística (CEAP-PCC, 2005, p.247).

A continuidade é assim assegurada através das ruas arborizadas, das faixas de proteção às vias, dos percursos que articulam fisicamente os espaços abertos, dos corredores ripícolas ao longo dos cursos de água e também, da presença de pequenos logradouros permeáveis e/ou com vegetação.

	Subestruturas	Componentes	Medidas de gestão
Estrutura Ecológica Urbana	Ecológica	REN	Utilização interdita à edificação; Serve de suporte à atividade agrícola, silvícola e espaço de lazer e recreio
		RAN	
		DPH <sup>11</sup>	
	Cultural	Áreas complementares	Recuperação
		Património natural e cultural	
		Terrenos vagos	
		Corredores verdes	

Quadro 3 – Estrutura Ecológica Urbana – Subestruturas e componentes que a integram.

(Fonte: Adaptado de CEAP-PCC, 2005, p. 14 e Magalhães, 1996, p.289)

### 3.2. Proposta de estrutura ecológica para a cidade de Montemor-o-Novo e envolvente rural mais próxima

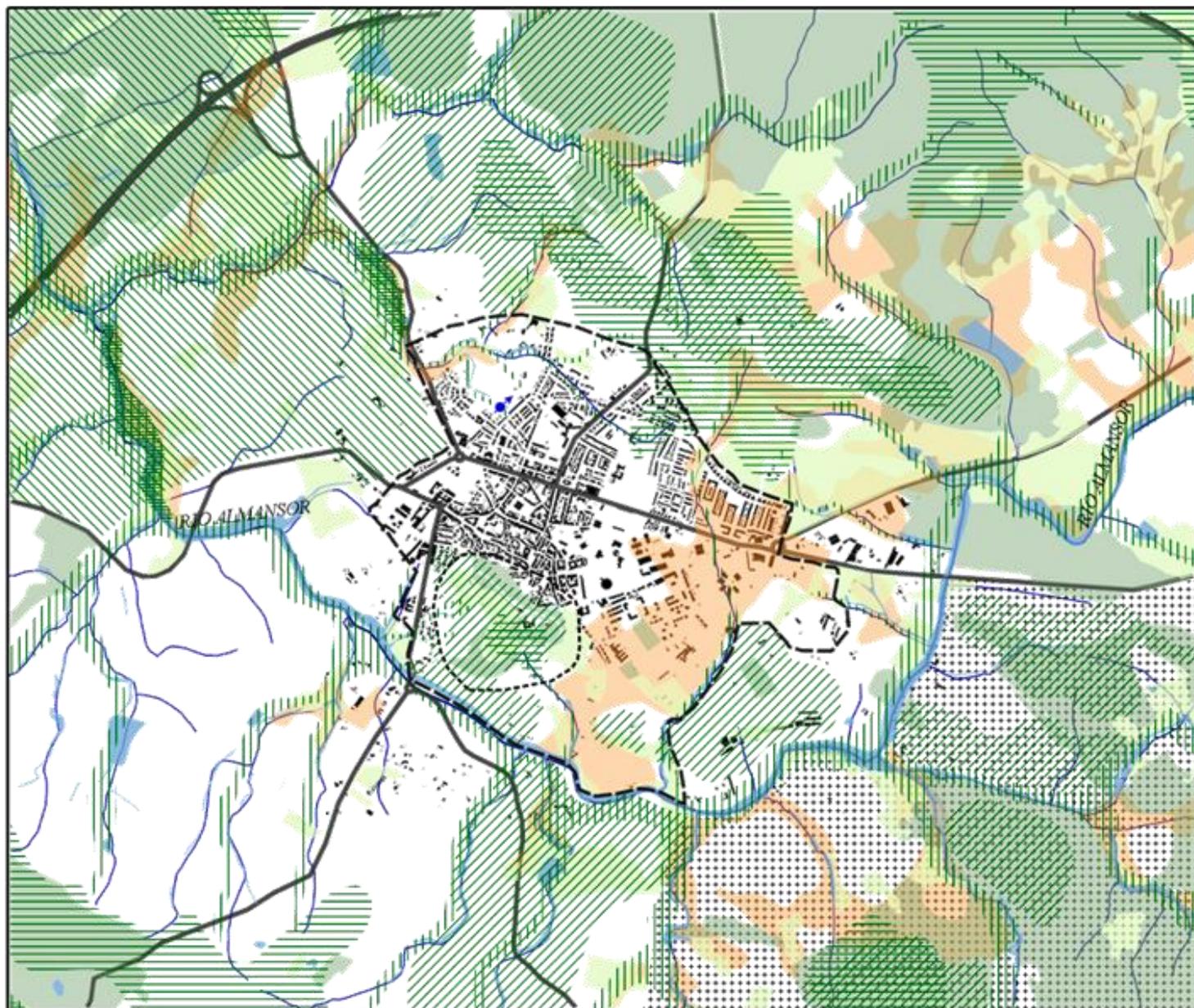
#### 3.2.1. Estrutura Ecológica Fundamental

A estrutura ecológica fundamental da paisagem de Montemor-o-Novo e sua envolvente distingue-se pela presença de espaços que integram o sistema húmido e seco. Entre os espaços do sistema húmido, compreende as zonas adjacentes às linhas de água e uma zona de máxima infiltração (localizado no morro do Convento de Nossa Senhora da Conceição). Relativamente aos espaços que incorporam o sistema seco, assinala-se como mais significativas, as áreas de proteção às cabeceiras e algumas áreas de elevado risco de erosão (com declives superiores a 25%), ambas no morro do Castelo do Montemor-o-Novo. A norte do aglomerado urbano surge ainda uma área de proteção a uma cabeceira. (Figura 19).

Na estrutura ecológica fundamental integram-se ainda as áreas mais expressivas com vegetação natural e seminatural e os melhores solos

<sup>11</sup> Domínio Público Hídrico

agrícolas do ponto de vista ecológico. Deste modo inclui-se o Montado de Sobro e Azinho associado à Serra do Monfurado e ao morro do Castelo do Montemor-o-Novo. Os solos considerados de muito elevado e elevado valor ecológico (coluvissolos) que surgem de modo significativo a este da cidade, devido à existência excessiva de água no solo e à subsistência de linha de água. De forma mais reduzida, surgem outros solos de enorme valor ecológico (aluvissolos), a noroeste da cidade, associados à presença de linhas de água na paisagem. Constatam-se que muitos desses solos foram entretanto destruídos pelas mais recentes expansões urbanas – edificação e construção – a sudeste e este da cidade de Montemor-o-Novo (Figura 19).



#### SISTEMA SECO

- Solos de muito elevado e elevado valor ecológico
- Áreas de proteção às cabeceiras
- Áreas com risco de erosão

#### SISTEMA HÚMIDO

- Áreas de máxima infiltração
- Áreas com risco de cheia
- Zonas adjacentes às linhas de água
- Linhas de água

#### VEGETAÇÃO NATURAL E SEMI-NATURAL

- Prados naturais e seminaturais
- Montado de sobre e azinho
- Galeria ripícola
- SIC - Sítio do Monfurado
- ZEP - Morro do Castelo de Montemor-o-Novo

Nascente

Edifícios

Auto-estrada

Estrada Nacional

Limite do perímetro urbano

0 500 1.000 Meters

Figura 19 - Carta de Estrutura Ecológica Fundamental (EEF)

(Fonte dos dados: CMMN)

### 3.2.2. Estrutura Ecológica Rural

Como vimos no primeiro capítulo, a paisagem envolvente à cidade de Montemor-o-Novo possui características marcadamente agrícola-florestais, de onde se destaca um mosaico cultural de malha diversa, característico da **paisagem compartimentada**. Esta teve a sua génese, quando o homem abre a mata primordial formada por uma densa cobertura arbustiva dominada por *Quercus coccifera*. Com o tempo esta cobertura arbustiva deu lugar à produção de alimentos, como a produção permanente de olival e vinha e à “produção temporária de cereais para grãos. Além destas produções, surgem outras em pequena escala, designadamente a produção de hortícolas (como hortas familiares) a que se associa a produção de outras árvores de fruto que não a oliveira (Costa, 2013) (figura 20). A progressiva desmatação do mencionado coberto arbustivo, resultou ainda na formação de uma estrutura linear, denominada por sebe, que compartimenta o espaço com fim à produção agrícola e pastagem. Esta pode consistir num alinhamento de oliveiras, canas, silvado, entre outras.

Assim observam-se que as vertentes mais íngremes e os cabeços são ocupados por mata ou mato, mas também por olival disperso ou montado de sobro e azinho, enquanto as áreas mais planas, ou as vertentes mais suaves, são deixadas para a agricultura ou a pastagem (figura 20).

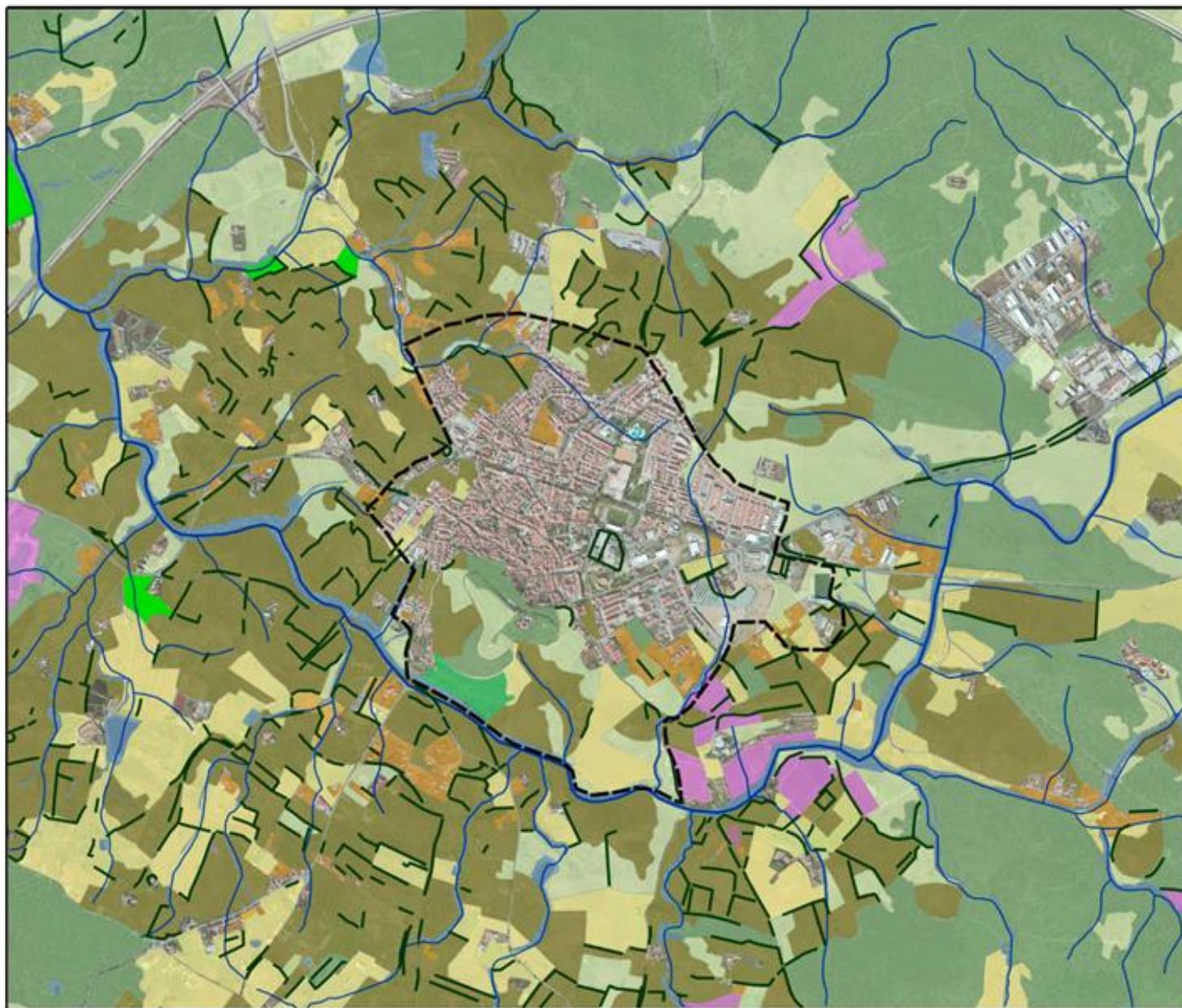
Os talvegues são protegidos pela galeria ripícola e, na área adjacente à linha de água, ocorre a agricultura de regadio, onde se beneficia da mata ribeirinha e de abundante água no solo. A mata ribeirinha que aparece é composta essencialmente por freixial (*Ficario-Fraxinetum angustifoliae*) acima da zona de cheia, salgueiral (*Salicetum atrocinerio-australis*) na zona de cheia e, casualmente, o amial (*Scrophulario-Alnetum glutinosae*) no interior da linha de água (Costa *et al*, 1998; Fialho, 2005).

O mosaico, que acabámos de caracterizar, exprime um património ambiental, paisagístico, histórico, arquitetónico, cultural, popular e erudito, constituindo um território coeso e com forte identidade cultural (Fialho, 2013). Este reconhecimento do valor da paisagem rural, não se centraliza na função de

produção, ele integra a função social (de lazer e de residência), de proteção natural e cultural e a função estética (fundamentalmente ao homem e particularmente atraente ao turismo).

A **paisagem da árvore dispersa mediterrânica** em Montemor-o-Novo é composta por montados de sobro e azinho, onde a abertura da mata deu lugar ao alargamento do compasso de árvore a árvore, visando o aumento da radiação e a consociação com a pastagem. E esta intervenção resultou num sistema agro-silvo-pastoril autossustentável (Magalhães *et al.*, 2005), (figura 20). Nesta paisagem são referenciados a presença arbórea de Sobreiral (*Quercus suber*) e/ou azinhal (*Quercus rotundifolia*) e o olival (*Olea europaea* var. *europaea*). Quanto aos matos ocorre o carrascal (*Quercus coccifera*), espargos (*Asparagus* sp.), estevas ou sargaços (*Cistus* sp.), giestal (*Genista hirsuta* subsp. *Hirsuta*), lavandulas (*Lavandula* sp.), alecrim (*Romarinus* sp.), entre outras espécies (Fialho, 2013 e Costa *et al.*, 1998).

Da leitura da carta podemos concluir que tais sistemas, usos e funções se descobrem no interior do perímetro urbano da cidade de Montemor-o-Novo, em particular no anel que lhe é mais exterior e, de modo mais pontual, penetram no interior desse perímetro. Uma situação que advém da progressiva expansão da cidade para o contexto rural envolvente e das políticas urbanas que, nas últimas décadas, têm exagerado no dimensionamento dos perímetros urbanos.



**OCUPAÇÃO DO SOLO**

- Prados naturais e seminaturais
- Montado de sobre e azinho
- Olival
- Policultura
- Culturas arvenses e pratenses de sequeiro
- Vinha
- Culturas arvenses e pratenses de regadio
- Matos

**VALORES NATURAIS**

- Galeria ripícola e charcas lagunares
- Sebe de compartimentação
- Linhas de água
- Limite do perímetro urbano



Figura 20 - Carta de Estrutura Ecológica Rural (EER)  
(Fonte dos dados: CMMN)

### 3.2.3. Estrutura Ecológica Urbana

A **componente ecológica** da Estrutura Ecológica Urbana de Montemor-o-Novo é expressa como vimos antes, em componentes da EEF, nomeadamente nos solos de muito elevado a elevado valor ecológico, coberturas arbóreas e pratenses seminaturais, zonas adjacentes às linhas de água, zonas de cabeceiras e áreas com risco de erosão (Figura 19).

O morro do castelo, classificado como zona especial de proteção, justifica-se no valor histórico-cultural, mas também na sensibilidade ecológica que possui (riscos de erosão elevados e cabeceira). Em redor do castelo, na encosta mais íngreme, ocorre o montado de sobro e azinho, enquanto nas situações de menor declive a cobertura do solo é olival e prados seminaturais. Nas proximidades da linha de água, sucede a galeria ripícola, onde o estrato dominante é essencialmente arbustivo.

As áreas classificadas como solos de muito elevado a elevado valor ecológico (RAN) constituem unidades pedológicas associadas à presença de linhas de água e por solos com excesso de água, que se localizam no sector este e noroeste da cidade, a que correspondem usos de solos de prados seminaturais, olivais e áreas de produção hortícolas e agroflorestais (Quinta de recreio da Horta da Janelinha e Centro de Formação Profissional Montemaior e a Associação Protetora de Abrigo dos Velhos Trabalhadores).

Por outro lado, verifica-se algumas áreas de pratenses seminaturais, nas situações de relevo mais ondulado, confirmando-se assim funções produtivas no interior do perímetro (Figura 19). Estas áreas seminaturais distribuem-se no interior da cidade de forma dispersa, nos sectores a norte, este e sul.

Relativamente à **Componente Cultural** da Estrutura Ecológica de Montemor-o-Novo, esta foi elaborada a partir da leitura das tipologias de espaço edificado e aberto e da rede viária existentes, sobrepondo-se as classes de ordenamento presentes no plano de urbanização (Figura 24).

A estrutura viária existente é constituída por: estradas nacionais, que apresentam uma maior intensidade de tráfego e que constituem um canal de distribuição; redes viárias secundárias, de carácter mais local e de ligação entre as vias principais; redes viárias terciárias, que consistem em ruas de acesso aos quarteirões. Assinala-se ainda o sistema de mobilidade suave que se concretiza por uma ecopista e um troço da pista livre de obstáculos destinada a peões (com fins desportivos e acesso aos estabelecimentos) (figura 21).



Figura 21 – Sistema de mobilidade suave existente: Ecopista (esquerda) e Pista livre de obstáculos (direita).

Entre os equipamentos coletivos existentes salienta-se: no que se refere à saúde, dois centros de saúde e o Hospital São João de Deus; a enquadrarem-se no apoio social, encontram-se três centros de apoio à 3ª idade, uma associação aos velhos trabalhadores, a Santa Casa da Misericórdia e três locais de apoio à deficiência; no que diz respeito à educação, cinco creches, oito jardins-de-infância, sete escolas básicas, uma escola secundária e um centro de formação profissional; quanto aos equipamentos de âmbito cultural, um teatro, uma biblioteca, três museus, uma galeria, um anfiteatro, um centro coreográfico, um posto de turismo, uma praça de touros, um centro interpretativo, um centro juvenil, uma oficina da criança e um arquivo; e quanto aos equipamentos desportivos, dois estádios, quatro campos de jogos, dois

ginásios, duas piscinas, três parques infantis, um polidesportivo, um centro hípico, um clube de ténis e um pavilhão gimnodesportivo; acrescem ainda outros equipamentos, de base social e/ou comercial, como um mercado, três hipermercados, cinco postos de abastecimento, dois cemitérios, hortas urbanas e aproximadamente dezassete parques de estacionamento. Alguns destes equipamentos constituem espaços abertos importantes à vivência da cidade, que ilustram uma oferta variada e a riqueza cultural significativa na cidade de Montemor-o-Novo (figura 24).

No PU encontra-se previsto no que concerne à saúde, duas áreas de reserva; à educação, quatro creches e escolas pré-primárias e três escolas primárias; os culturais, um centro de produção artesanal e uma área de expansão ao parque de exposições, de feira e de mercado; e ainda outras quatro áreas de reserva de equipamentos (figura 24).

Quanto à indústria, como referido anteriormente, concentra-se essencialmente na zona industrial da Adua, uma zona remota do perímetro urbano, enquanto dentro da cidade de Montemor-o-Novo esta constitui uma unidade industrial de armazenagem e de comércio de média dimensão (como referido no PU) (figura 24).

As áreas agrícolas que ocorrem na cidade de Montemor-o-Novo são essencialmente constituídas por pomares de olival. Acresce a área de hortas urbanas, adjacente ao hospital São João de Deus, com uma área de 1,41ha (figura 24).

Os espaços abertos públicos existentes distribuem-se um pouco por toda a cidade e incluem espaços de várias tipologias onde se asseguram funções ecológicas, estéticas e sociais. De que são exemplificativas os espaços de recreio e encontro onde a presença da natureza e a permeabilidade do solo mais se fazem sentir (como o jardim público, o jardim do largo Machado dos Santos, o parque urbano e o jardim público do largo Dr. Bento Jesus Caraça, o jardim do rossio, entre outros); duas praças (praça Dr. Miguel Bombarda, praça Cândido dos Reis); oito largos (largo Alexandre Herculano, largo General Humberto Delgado, largo da Liberdade, largo Machado dos Santos, largo

Paços do Concelho, largo Dr. Bento Jesus Caraça, largo Calouste Gulbekian e largo São Sebastião); duas praças (praça 25 de Abril e a praça Heróis do Ultramar). Além destes espaços abertos públicos, ocorrem pontualmente pequenas áreas e/ou canteiros de enquadramento a edifícios e/ou de remate do espaço de circulação e arruamentos arborizados significativos (ao longo das vias urbanas principais - a Avenida Gago Coutinho, Carreira de São Francisco e a Rua de São Francisco) (figura 22 e 24).

No interior da cidade persiste uma quinta (Horta da janelinha), que se situa a sudeste da área urbana, a qual mantém as características originais de uma quinta de recreio (figura 24).

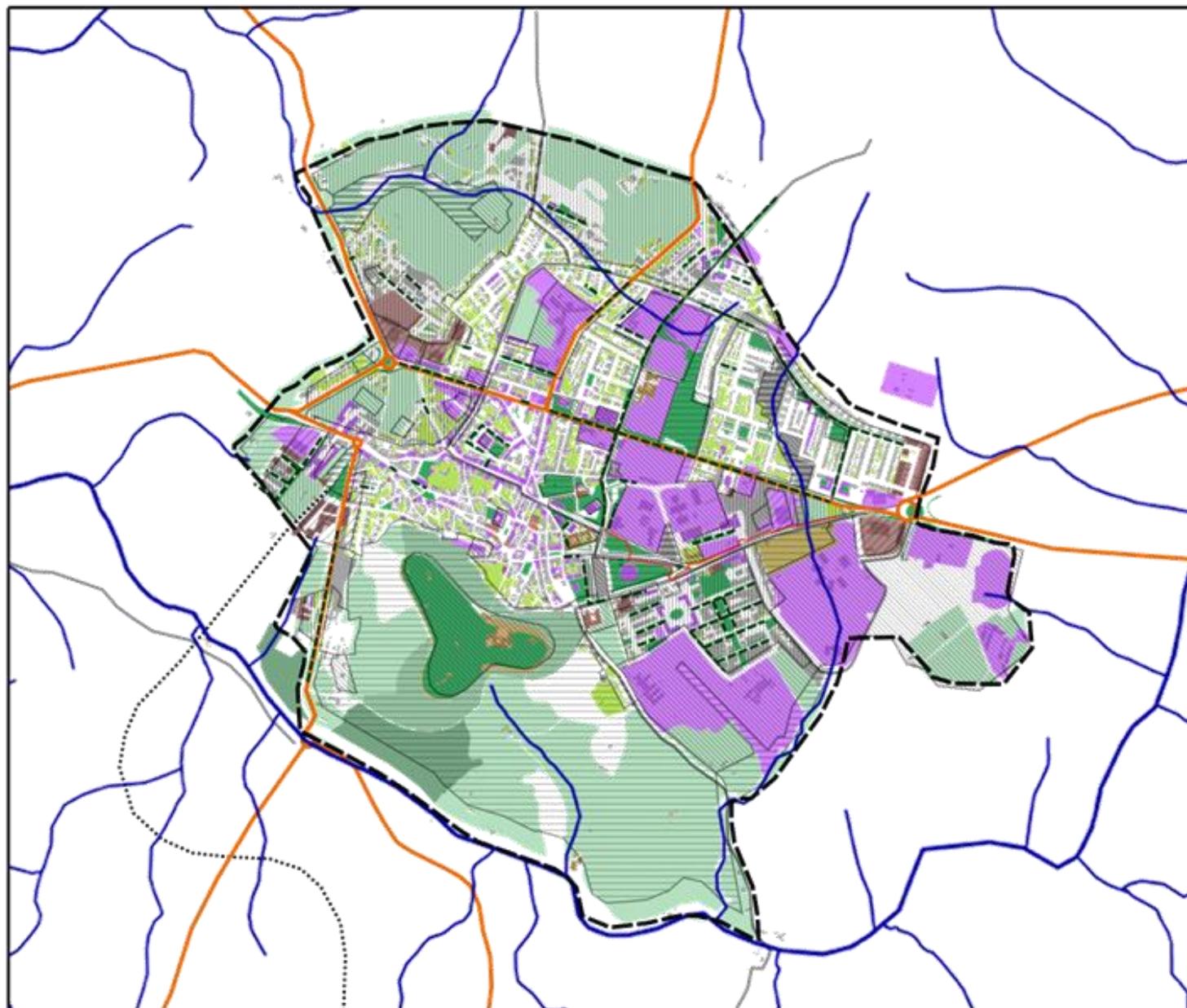
De acordo com o PU, no que concerne aos espaços abertos públicos a consolidar (integrados na estrutura verde), surgem os espaços do troço da ribeira, entre o bairro CHE e Courela da Pedreira, a área a sudeste e adjacente à escola secundária de Montemor-o-Novo, o espaço em redor do troço da linha de água a noroeste da cidade e a área adjacente à Antiga Estação Ferroviária (figura 23 e 24).



Figura 22 – Exemplos de espaços abertos existentes: 1 – Largo General Humberto Delgado; 2 – Jardim Público; 3 – Avenida Gago Coutinho; 4 – Praça Dr. Miguel Bombarda; 5 – Área de enquadramento com canteiro, nas laterais de uma escada.



Figura 23 – Exemplos de espaços abertos previstos: 1 - Área a sudeste e adjacente à escola secundária de Montemor-o-Novo; 2 – Área adjacente à Antiga Estação Ferroviária; 3 - Troço da ribeira entre o bairro CHE e Courela da Pedreira.



**CLASSES DE ORDENAMENTO DO PU**

- Estrutura verde existente
- Estrutura verde a consolidar
- Espaço urbano
- Espaço urbanizável
- Áreas industrial
- Áreas de equipamentos e serviços

**TIPOLOGIAS DE ESPAÇO**

- Equipamentos e serviços
- Património
- Indústria
- Áreas agrícolas
- Espaços abertos privados
- Espaços abertos públicos
- Quintas
- Vazios urbanos
- Montado de sobro e azinho
- Matos
- Arruamentos arborizados

- Linha de água
- Estrada nacional
- Rede viária secundária
- Ecopista
- Pista livre de obstáculos

- Edifícios
- Limite do perímetro urbano



Figura 24 - Carta de tipologias de espaços existentes e classes de ordenamento do PU.  
(Fonte dos dados: CMMN)

### 3.2.4. Proposta de categorias de espaço a integrar a EEU

Com base na análise anteriormente realizada, nas visitas ao local e na junção das componentes ecológica e cultural urbana (figura 25), resultou na identificação de **problemas e potencialidades** existentes, associados aos espaços e elementos fundamentais para a constituição da EEU.

No que se refere à rede viária urbana, constata-se, genericamente, que existe um predomínio da rede automóvel sobre a pedonal, a que se associam passeios estreitos e poucos arruamentos arborizados. Uma situação que há que procurar contrariar através de soluções que valorizem o conforto e segurança de tais eixos pedonais, através do reperfilamento de alguns passeios e/ou eixos viários e a arborização das ruas e avenidas que permitam. Devido à característica distribuidora da avenida Gago Coutinho, e também porque é um corredor comercial e de serviços importantes, associa-se a necessidade de constituição de um percurso pedonal de qualidade, adequadamente dimensionado e com conforto, para peões e ainda com integração de uma ciclovia (figura 25).

De entre os espaços abertos de equipamentos, assinala-se a reduzida presença de áreas vocacionadas ao recreio infantil, concretamente parques infantis. Merece-nos atenção esta observação mesmo considerando que alguns espaços abertos possam responder, de forma mais ou menos direta, a esta necessidade, desde que adequadamente pensados neste sentido.

No que respeita à sensibilidade associada às linhas de água e seus respetivos leitos de cheia, estes constituem corredores ecológicos, que operam como importantes eixos de continuidade (da água, da fauna e da vegetação). Acresce que às funções de proteção antes mencionadas, juntam-se outras, como as recreativas e de produção. Pela sua maior diversidade e ambientes mais frescos que proporcionam, estes sistemas lineares têm a potencialidade de constituírem importantes áreas de recreio, não só através da criação de percursos pedonais e/ou cicláveis que lhe podem estar associados, como pela oportunidade de se associarem áreas com carácter recreativo e produtivo, como as hortas urbanas. No seu conjunto tais propostas podem contribuir para a estruturação e melhoria da qualidade de vida na cidade, de que são

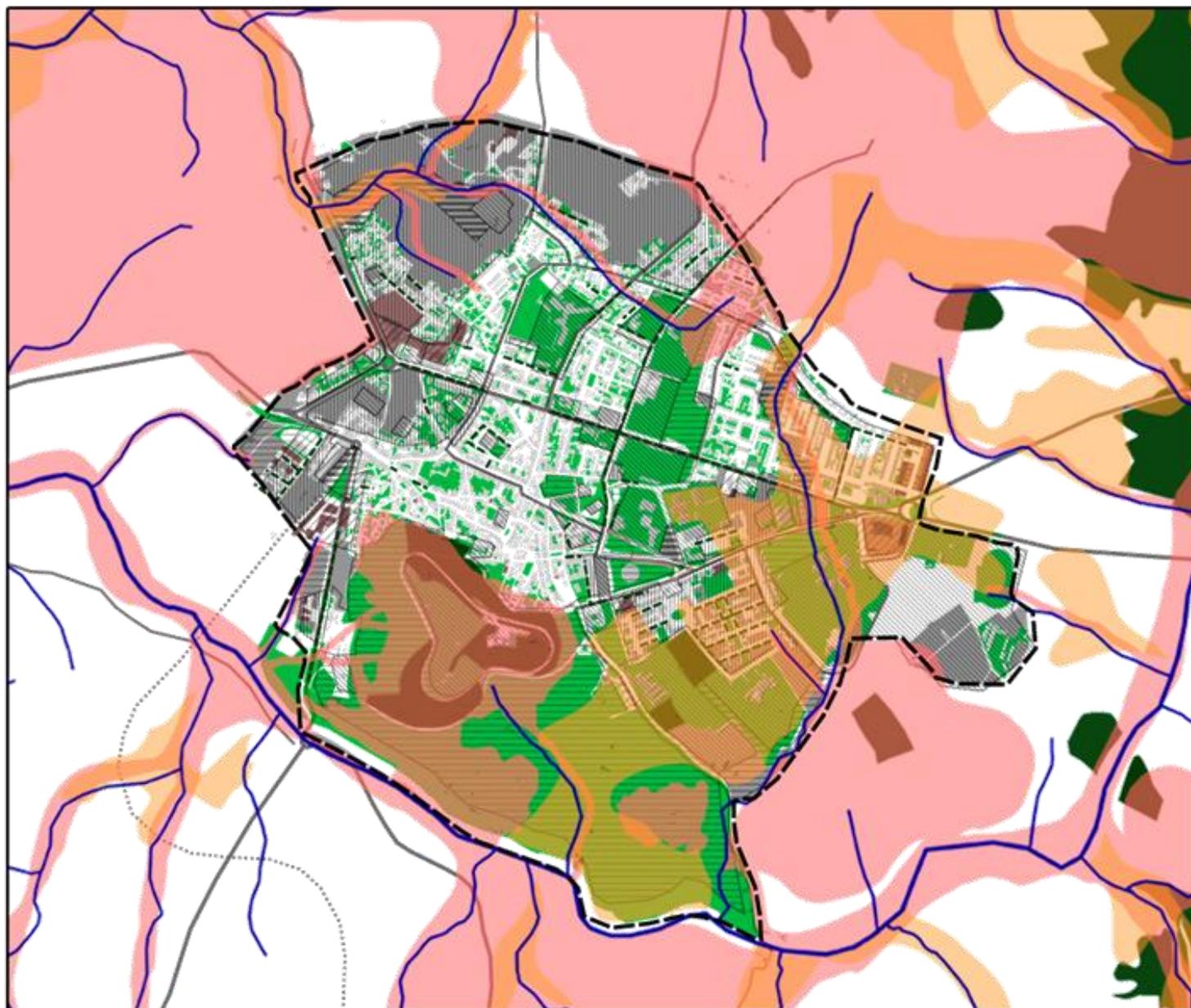
exemplificativos o troço entre o bairro CHE e a Courela da pedreira a este da cidade e o troço no sector a noroeste da cidade.

Alguns espaços inseridos na categoria de vazios urbanos da cidade possuem potencialidades diversas, variáveis em função do contexto em que se inscrevem e das características naturais e/ou culturais que lhe estão associadas. Entre estas assinala-se a possibilidade de se tornarem espaços de recreio, de encontro, de produção agrícola, de circulação pedonal e/ou ciclável (devido ao relevo suavemente ondulado), de apreciação estética sobre a paisagem (sobre a envolvente da cidade e também sobre a cidade), entre outras (figura 4, anexo 7).

A este olhar sobre os espaços livres existentes é naturalmente oportuno olharmos para o que se encontra previsto no PU dentro da classe de espaços identificados por estrutura urbanizável. Os aspetos que mais nos interessam e que gostaríamos de chamar à atenção relacionam-se com o facto da definição de tal delimitação não ter levado em conta a sensibilidade do sistema natural subjacente e, nalguns casos, a falta de aptidão ecológica à edificação (Anexo 8). Assinala-se assim, que ao dar continuidade a essas intenções, se irão impermeabilizar alguns sistemas ecológicos fundamentais na paisagem, nomeadamente zonas adjacentes às linhas de água, áreas de elevado a muito elevado valor ecológico (RAN), áreas sujeita a graves riscos de erosão do solo e nascentes, uma situação que a futura revisão do PU deve levar em consideração<sup>12</sup>. Nestas circunstâncias encontram-se, a título de exemplo, os loteamentos previstos para Horta da Nora a que correspondem solos de muito elevado a elevado valor ecológico, o equipamento e serviço adjacente à linha de água entre o Bairro de CHE e a Courela da Pedreira, entre outros exemplos (Figura 25).

---

<sup>12</sup> Salienta-se o facto de que a legislação mudou recentemente (devido à nova lei 31/2014 de 30 de maio) e que as categorias de espaço a definir no interior dos perímetros urbanos conduzem-nos a uma nova forma de ordenar e planear a cidade.



**CLASSES DE ORDENAMENTO DO PU**

-  Estrutura verde existente
-  Estrutura verde a consolidar
-  Espaço urbano
-  Espaço urbanizável
-  Áreas industriais
-  Áreas de equipamentos

**ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA**

**COMPONENTE CULTURAL**

-  Espaços abertos existentes
-  Vazios urbanos
-  Zonas industriais
-  Arruamentos arborizados

**COMPONENTE ECOLÓGICA**

-  RAN
-  REN
-  Montado de sobre e azinho

**ESTRUTURA VIÁRIA**

-  Estrada nacional (EN)
-  Rede viária secundária
-  Ecopista
-  Pista livre de obstáculos

-  Edifícios

-  Linha de água

-  Limite do perímetro urbano

0 500 Meters  

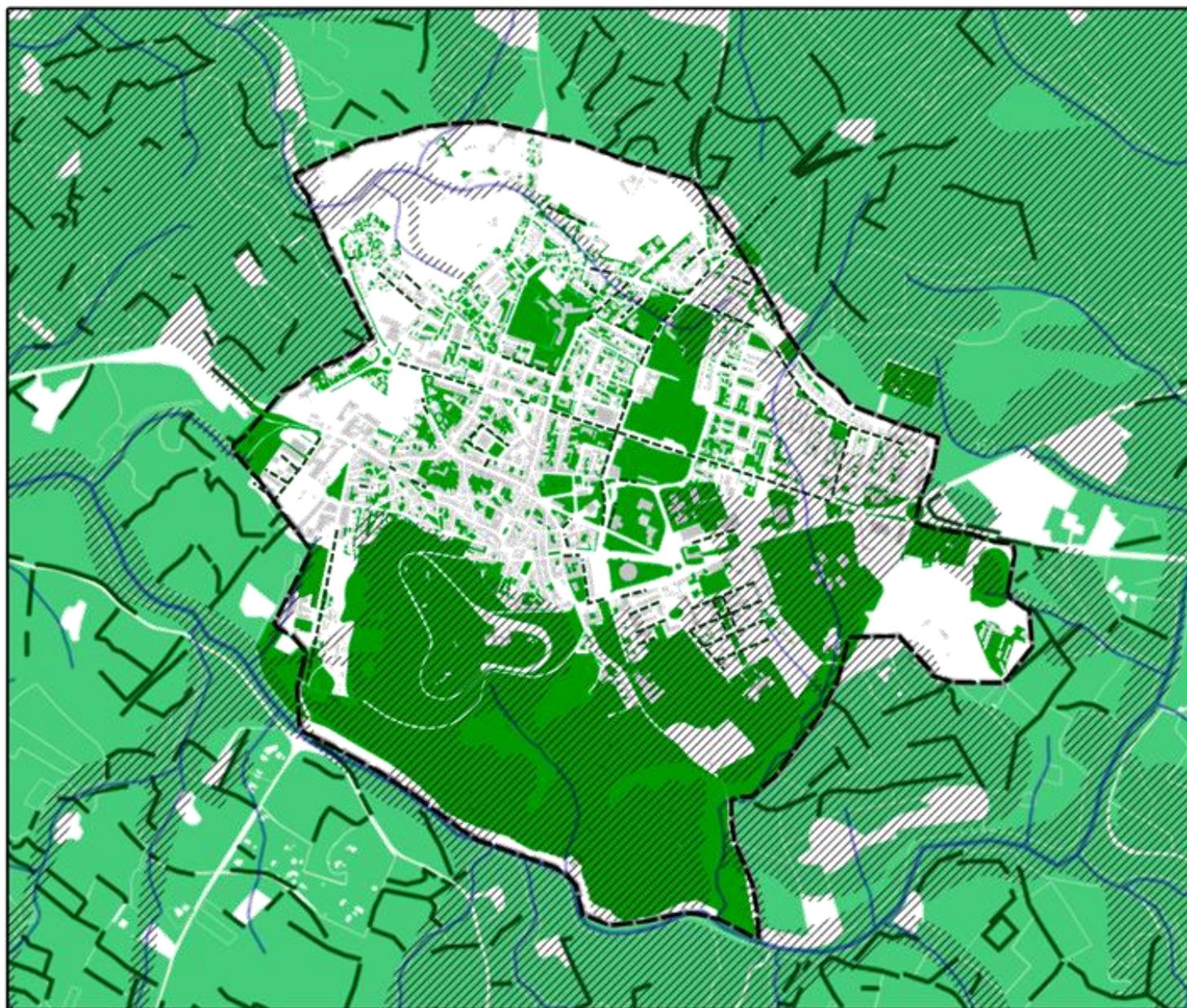

Figura 25 - Carta de Estrutura Ecológica Urbana - Componente cultural e ecológica.

Um outro aspeto que nos interessa ainda concentrar relaciona-se com a necessidade de estabelecer continuidades no todo que é a paisagem, independentemente do contexto ser mais urbano ou rural. Assim considerámos fundamental a leitura que inclui a EEU e a EER, que se acaba de traduzir na formalização de uma estrutura com carácter contínuo, semi-contínuo e descontínuo (figura 26).

Deste modo os espaços abertos contínuos “inserem-se num tecido edificado descontínuo, muito disperso, articulando-se entre si sempre que possível, de forma contínua” (Telles, 1997, p. 26). Inscrevem-se nesta classificação os espaços que integram a unidade ‘*Periurbana*’ de Montemor-o-Novo (que inclui o morro do castelo) e a ‘*Área de equipamentos e serviços coletivos*’ (figura 16 e 26).

Os espaços abertos semi-contínuos inscrevem-se também numa malha edificada descontínua, mas relacionando-se entre si de forma semi-contínua (Telles, 1997). Em Montemor-o-Novo são exemplificativas as situações que ocorrem nas unidades urbanas denominadas de ‘*Área urbana I*’ (a norte da avenida Gago Coutinho) e ‘*Área urbana II*’ (localizado a sudeste e no sector mais a norte da cidade de Montemor-o-Novo) (figura 16 e 26).

No que concerne aos espaços abertos descontínuos, ‘inserem num tecido edificado contínuo, articulando-se entre si de forma descontínua’ (Telles, 1997, p. 27). Esta situação verifica-se nas unidades urbanas denominadas de ‘*Área urbana I*’ (situado a sudoeste da cidade), ‘*Área urbana II*’ (no sector nordeste da cidade) e naturalmente, na parte antiga da cidade, designada por ‘*Centro histórico*’ de Montemor-o-Novo (figura 16 e 26).



-  EEF
-  Espaços abertos existentes
-  EER
-  Sebes de compartimentação
-  Arruamentos arborizados existentes
-  Edifícios
-  Linha de água
-  Limite do perímetro urbano

0 500 Meters



Figura 26 - Articulação entre a EEU e a EER.

Face às potencialidades e problemas apresentados anteriormente, os objetivos fundamentais da proposta assentaram, respectivamente, na valorização e/ou colmatação dos mesmos. Deste modo os **objetivos** da proposta de EEU resumem-se em:

- ❖ Controlar o processo de urbanização, qualificando o espaço urbano e assegurando a preservação dos espaços abertos existentes;
- ❖ Ir ao encontro da proteção e do melhor funcionamento dos sistemas naturais, respeitando os diferentes graus de sensibilidade do espaço conforme a sua condição ecológica<sup>13</sup>;
- ❖ Criação de uma rede pedonal e/ou ciclável, tentando suscitar uma mudança de atitude, reduzindo o uso do automóvel e favorecendo a articulação entre as áreas da cidade, uma rede que deverá ser segura, confortável e preferencialmente arborizada;
- ❖ Valorização das linhas de água, propondo um correto revestimento da galeria ripícola e uma adequada manutenção e desobstrução do canal e, sempre que possível, articular com a possibilidade de percursos pedonais e/ou cicláveis.

A **proposta de EEU** contribuirá assim para a estruturação da cidade, exercendo uma função orientadora no crescimento urbano e fornecendo uma melhor qualidade de vida. Conforme os valores ambientais, ecológicos, estruturais, socioculturais e económicos existentes, são diferenciados espaços com distintas funções, contribuindo para o estabelecimento de contínuos - o *continuum naturale* e o cultural.

Assim os espaços com funções predominantemente de proteção que se inscrevem nas tipologias de linhas de água e áreas adjacentes, nas áreas com vegetação natural (o montado e os matos), e as áreas com claro carácter produtivo (hortas urbanas, a quinta de recreio, áreas de olival e de policultura) e mesmo os logradouros (espaços abertos permeáveis, importantíssimos à infiltração da

---

<sup>13</sup> Nomeadamente em situações de relevo acentuado sem revestimento e áreas a montantes dos cursos de água é proposto uma cobertura com vegetação, por exemplo uma mata ou matagal. Em condições planas propõe-se a constituição de áreas de recreio, com o duplo cargo, de proteção aos sistemas ecológicos e de equipamentos recreativos para a população.

água), propõe-se que prossigam com as funções ecológicas (proteção) e adicionalmente de produção e recreio que lhes estão associadas.

Para os vazios urbanos sem aptidão ecológica à edificação, onde a produção agrícola foi entretanto abandonada, a proposta de EEU assenta na reativação de tais funções e assim na capacidade de absorverem hortas, pomares ou pastagens, bem como na possibilidade de resposta à função de estadia, recreio e de encontro (sempre que o declive o permita).

Nas áreas mais declivosas ou de cabeceira são propostas áreas agrofloretais. Aqui incluem-se o olival, ou o mato, ou outra formação autóctone, a que se devem juntar soluções de recreio, sempre que o declive o permita.

Quanto aos espaços identificados como afetos à RAN ou REN, a proposta de intervenção incide, de modo geral, em salvaguardar a sensibilidade e/ou valores que lhe estão associados, mantendo a permeabilidade e fomentando o revestimento do solo. Lá são preconizadas as tipologias de hortas urbanas, pomares, ou áreas de recreio e estadia com a possibilidade de resposta complementar a área de recreio infantil.

Os espaços que se enquadram na tipologia de enquadramento ao sistema viário, já antes propostos no PU, mantêm-se com a mesma tipologia.

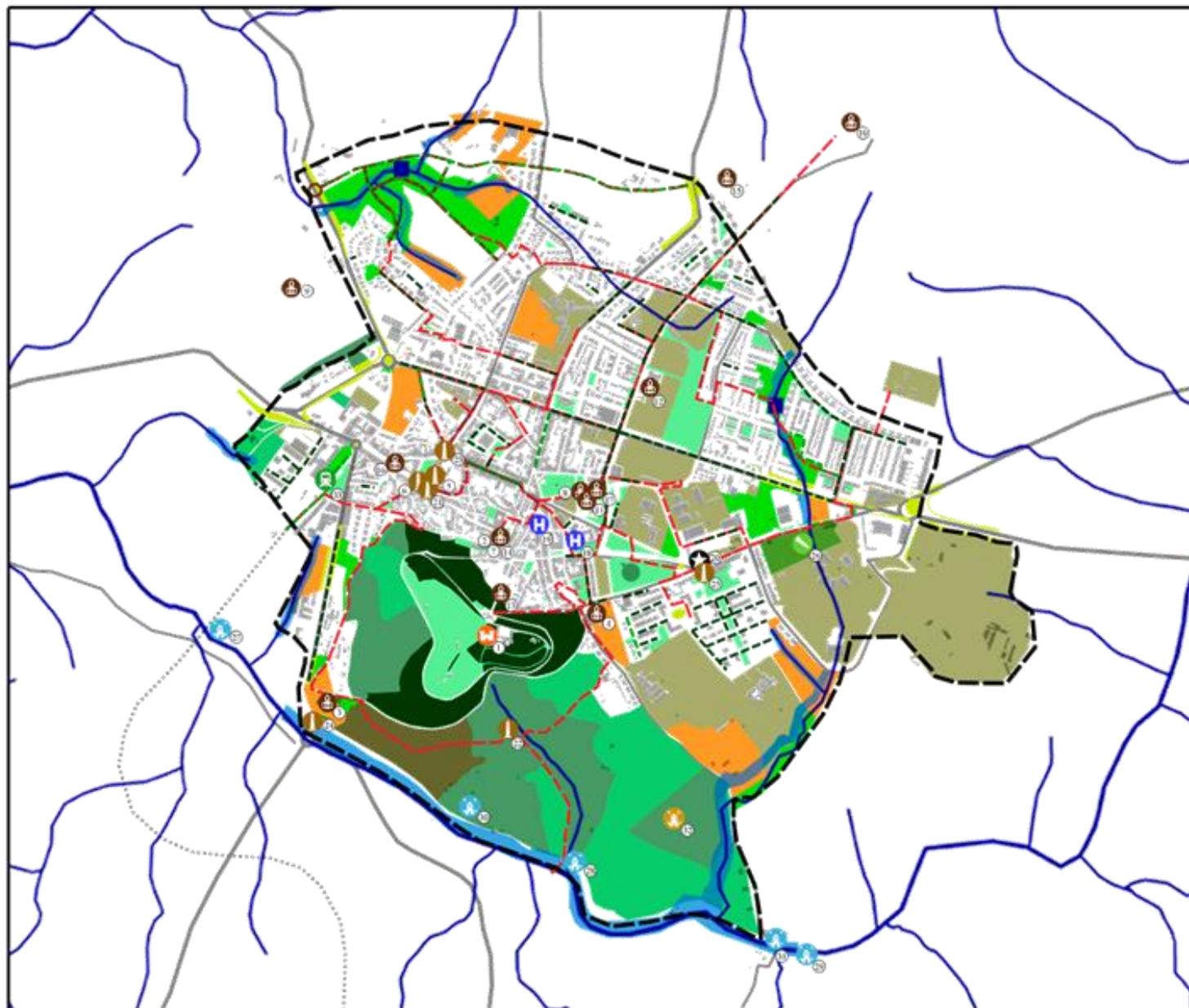
Propõe-se a integração de algumas outras áreas na EEU devido à situação excecional de vistas que possuem sobre a envolvente da cidade. Tais áreas podem ser valorizadas só como miradouros e/ou naturalmente responderão a outras funções além do recreio, de que são exemplificativas as situações em que tal circunstância de excecionalidade visual se conjuga com a situação de constituírem áreas de proteção importantes da componente natural ou cultural da estrutura ecológica.

Preconiza-se o restabelecimento da galeria ripícola em todas as linhas de água em que esta não apresenta um bom estado de conservação ou a instalação da galeria nas situações em que esta está ausente. Propõe-se ainda de forma a promover a infiltração das águas pluviais e diminuir os caudais que alimentam os canais de drenagem, a criação de bacias de retenção, como por exemplo a linha de água situada no sector a noroeste da cidade. Todo este sistema deve

ser desejavelmente articulado com a rede de percursos pedonais e/ou cicláveis.

Também é proposta a arborização de alguns eixos urbanos e enquadramento paisagístico das faixas de proteção às estradas nacionais, quando possível. Quanto aos eixos urbanos futuros, já antes propostos no PU, propõe-se a sua arborização e integração de percursos pedonais e/ou cicláveis. Nos arruamentos arborizados existentes, a proposta incide na substituição de algumas árvores (mortas, muito deformadas, ou com problemas fitossanitário significativos) e a colmatação de falhas existentes de modo a promover a continuidade ambiental.

Propõe-se que, em articulação com a pista livre de obstáculos (Anexo 9), a interligação de mais alguns espaços abertos, através de um percursos pedonal e/ou ciclável seguro e confortável, sempre que o perfil da rua o permita. De modo geral podemos afirmar que a totalidade da rede pedonal e/ou ciclável proposta se encontra associada a vias arborizadas, linhas de água, eixos pedonais importantes e locais com grande amplitude visual (figura 27).



**ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA**

- Olival existentes
  - Montado de sobro e azinho existente
  - Matos existentes
  - Quinta de recreio existente
  - Equipamentos com espaços abertos
  - Áreas agrícolas propostas
  - Espaços abertos públicos existentes
  - Espaços abertos públicos propostos
  - Faixa de protecção à EN
  - Áreas adjacentes às linhas de água
  - Área agroflorestal propostos
  - Proposta de arruamentos arborizados
  - Arruamentos arborizados existentes
  - Estrada nacional (EN) existente
  - Rede viária secundária existente
  - Rede viária secundária proposta
  - Ecopista
  - Percurso pedonal e/ou ciclável
- 
-

#### **4. Estrutura Verde existente vs Estrutura Ecológica Urbana proposta**

Uma vez que o objetivo do trabalho de estágio consiste igualmente na valorização da estrutura verde, cabe esclarecer a dissemelhança entre estrutura ecológica urbana proposta e a estrutura verde existente.

Como anteriormente vimos, a estrutura verde integra uma estrutura verde principal, a que equivalem as áreas mais sensíveis e representativas dos ecossistemas presentes, que se traduzem em espaços destinados a equipamentos coletivos, enquadramento, proteção e espaços verdes de média a grande dimensão. Além desta estrutura verde principal, integra ainda a estrutura verde secundária, que corresponde aos espaços verdes integrados nas áreas tipológicas edificadas, como por exemplo as infraestruturas viárias, faixas para infraestruturas urbanas, espaços abertos de enquadramento e proteção de pequena dimensão.

A estrutura ecológica urbana é equivalente à estrutura verde, sendo que a componente ecológica corresponde à estrutura verde principal e a componente cultural simetriza-se à estrutura verde secundária (Magalhães, 1996). A opção por trabalhar a EEU, em vez da Estrutura Verde decorre do conceito de EEU ser mais atual e possuir maior sustentação face ao estado do conhecimento atual.

Confrontando a estrutura verde existente com a estrutura ecológica urbana proposta, verifica-se algumas diferenças, nos objetivos e conseqüentemente na sua expressão na cidade.

Os espaços afetos a REN e RAN não foram ponderados dentro do PU (cingem-se às áreas fora do perímetro urbano devido ao sistema jurídico de ordenamento do território). Por essa razão foi indispensável compreender como se distribui a REN e RAN, no interior do perímetro urbano, de modo a proporcionar um contínuo *naturale* e cultural, entre o rural e urbano, e manter os sistemas ecológicos fundamentais<sup>14</sup>. De acordo com o atual PU no interior

---

<sup>14</sup> A delimitação da REN e RAN, dentro do perímetro urbano, teve por base a legislação em vigor (respectivamente, Decreto-lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto e Decreto-lei n.º 73/2009 de 31 de Março).

do perímetro as únicas condicionantes à construção abrangem o Domínio Público Hídrico, a proteção aos recintos escolares e as faixas de proteção à rede rodoviária.

A presença de linhas de água no interior do perímetro levou ao assinalar da condicionante do Domínio Público Hídrico (e assim, de forma indireta à classe de espaço linhas de água e faixa adjacente que integra a REN) e conduziu à concretização da proposta de Estrutura Verde nessas circunstâncias, a que se associa um conjunto de espaços abertos de recreio (figura 28, 29 e 30). Na proposta de EEU, estes corredores ecológicos de alguma forma mantêm a tipologia que lhes foi atribuída, contudo observam-se agora o reformular da proposta que envolvia a integração de alguns equipamentos, antes previstos no PU, para as áreas adjacentes às linhas de água. Tais espaços passam agora a integrar esta estrutura ecológica, mas são obrigatoriamente espaços abertos permeáveis, o que decorre da sensibilidade do sistema que integram (figura 28, 29 e 30).

O espaço aberto localizado a noroeste da cidade foi alargado com a consequente redução da área a urbanizar, devido ao facto de existirem algumas linhas de água secundárias (afluentes do Rio Almansor), uma nascente e nenhuma aptidão ecológica à edificação (devido à orientação de encostas a Norte, a que corresponde uma radiação solar insuficiente e a presença de ventos dominantes) (figura 19, 28, 29 e 30; anexo 8).

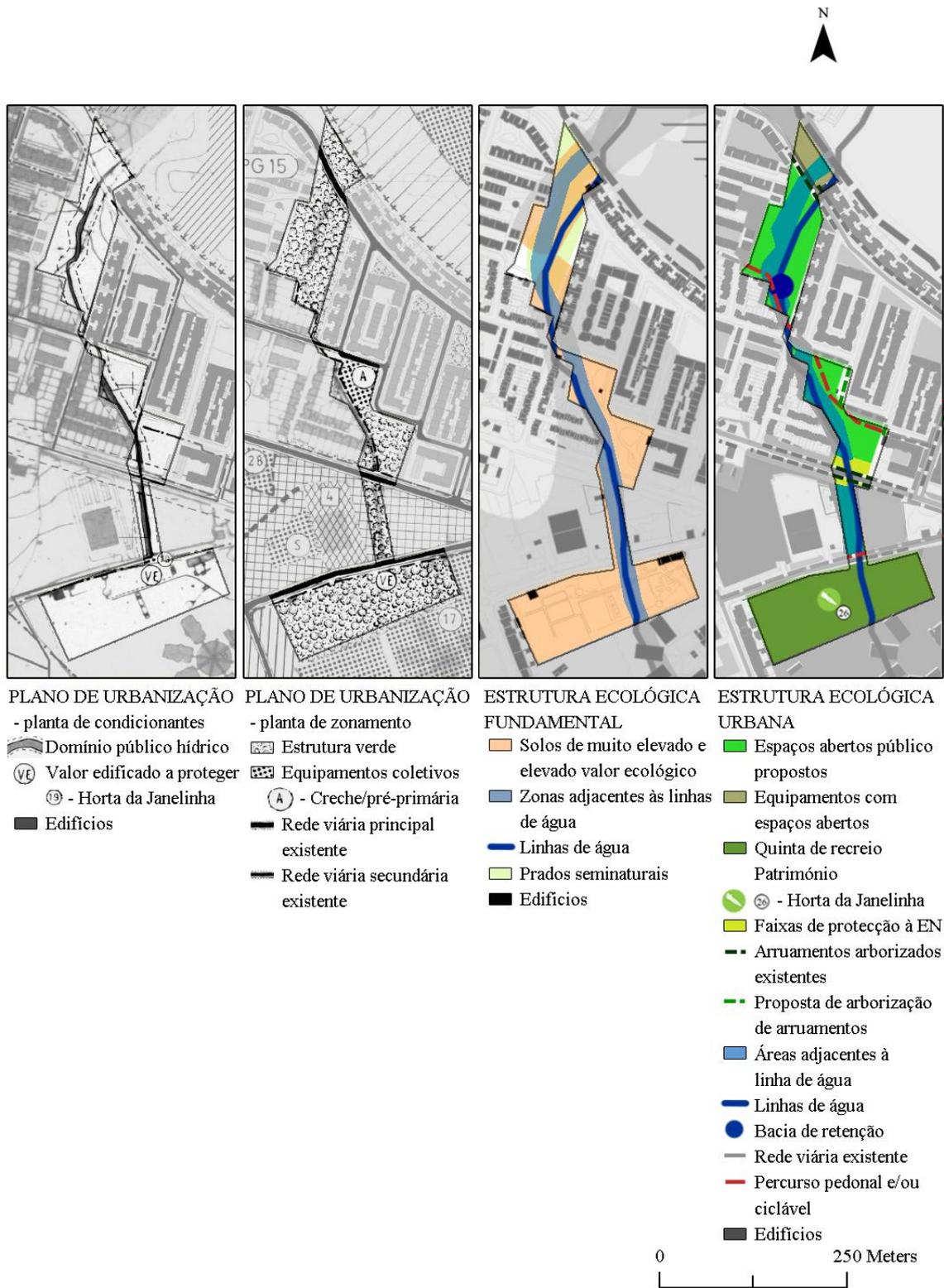


Figura 28 – Troço da ribeira localizado a este da cidade – parte mais a montante.  
(Fonte dos dados: Adaptado do PU da CMMN)

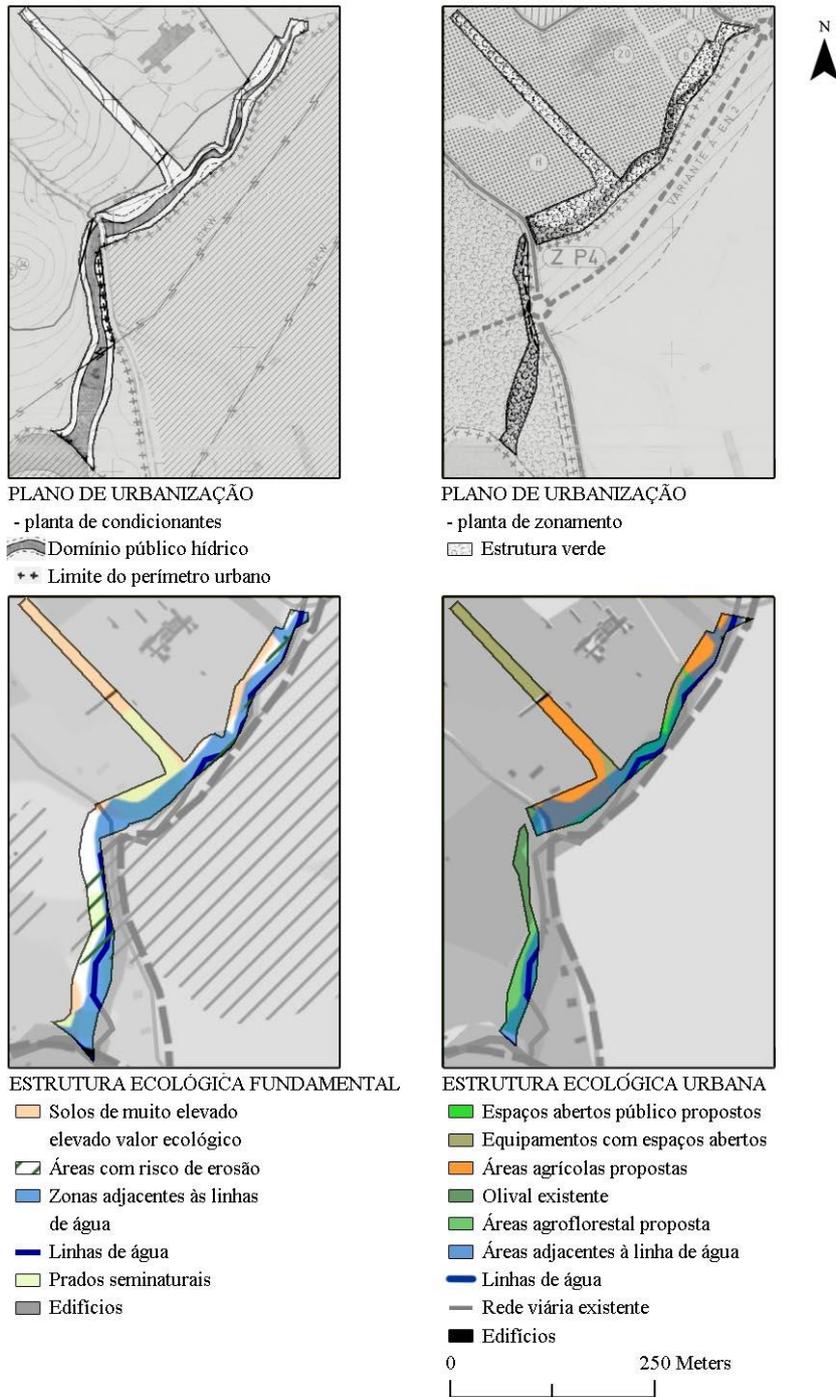


Figura 29 – Troço da ribeira localizado a este da cidade – parte mais a jusante do Rio Almansor.

(Fonte dos dados: Adaptado do PU da CMMN)

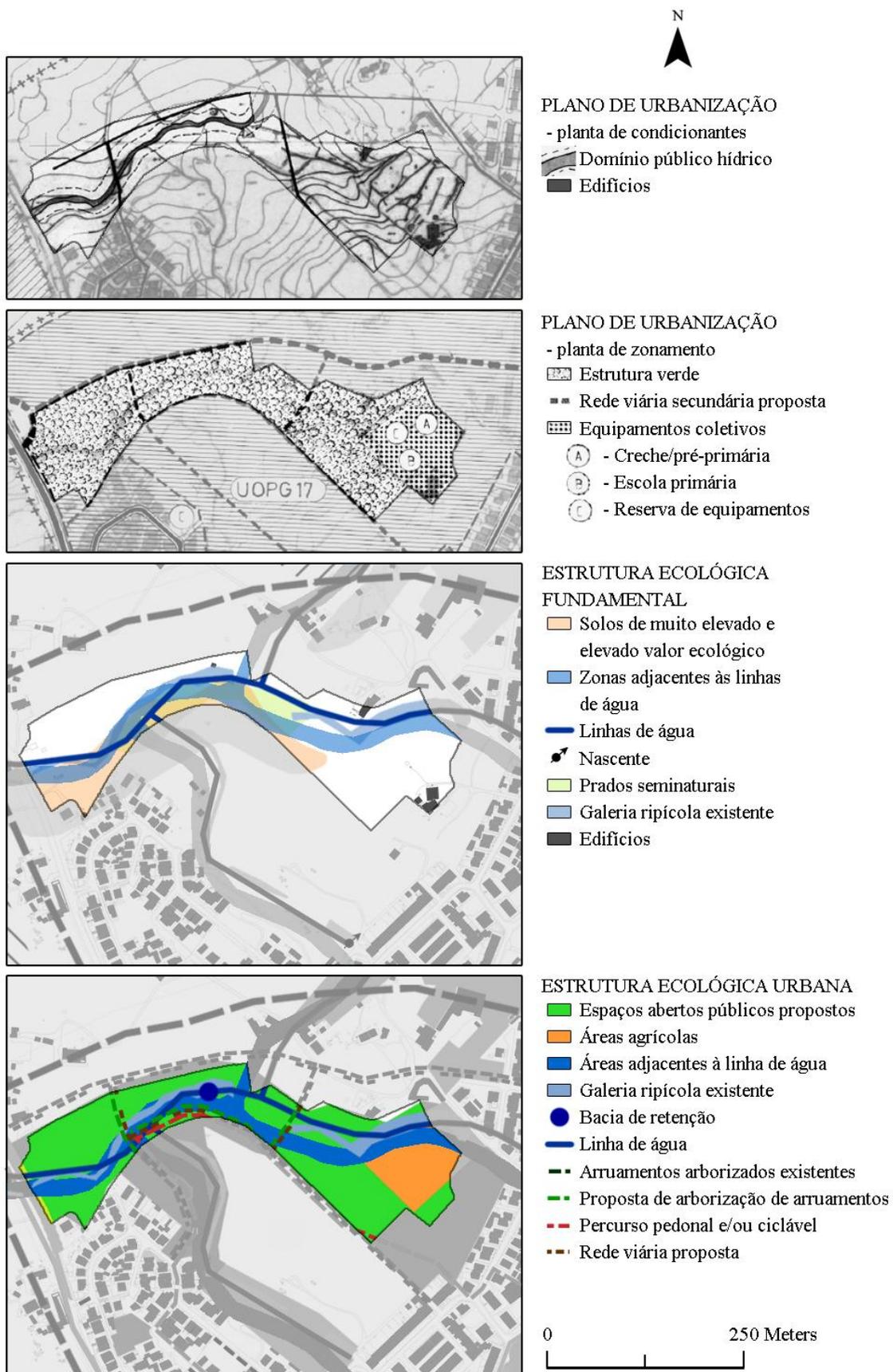


Figura 30 – Troço da ribeira localizado a noroeste da cidade.

(Fonte dos dados: adaptado do PU da CMMN)

As áreas afetadas à REN, incluem-se quase que na globalidade na estrutura verde principal (figura 31 e 32), acrescentando a essa estrutura um vazio urbano, que se inscreve na categoria de espaço de cabeceira da EEF (figura 33). Nessas áreas afetadas à REN propõe-se categorias de espaço consentâneas com a sensibilidade e/ou valor dos espaços que as integram. Assim na envolvente do castelo, propõe-se um enquadramento paisagístico que inclui a manutenção do uso agroflorestal (olival) e de mata e matos (onde o declive é mais íngreme), valorizando-se assim a silhueta do castelo e morro em que se inscreve, reduzindo-se o risco de erosão. Quanto ao outro espaço, a proposta incide na criação de uma área permeável, que deverá incluir as funções de recreio ou estadia (figura 31, 32, 33 e 34).

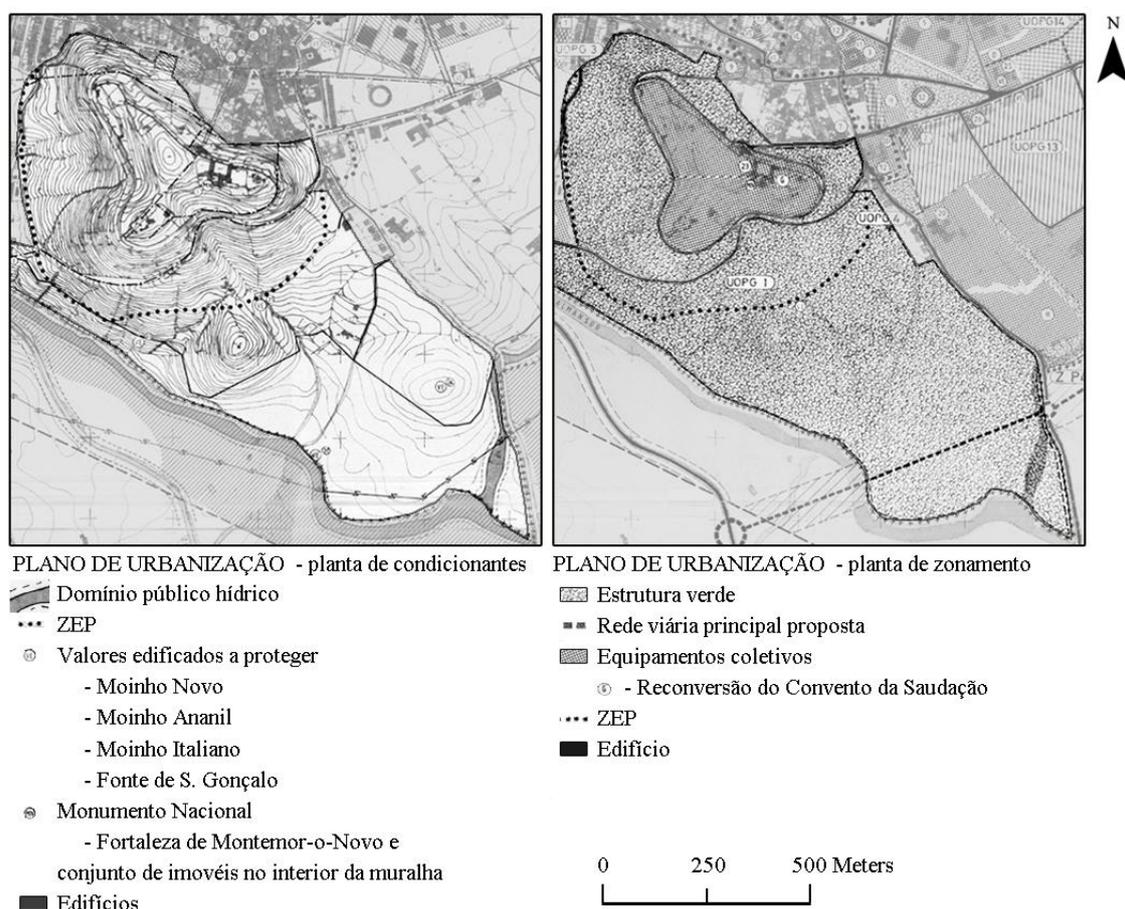


Figura 31 – Estrutura verde no Castelo de Montemor-o-Novo.  
(Fonte dos dados: adaptado do PU da CMMN)

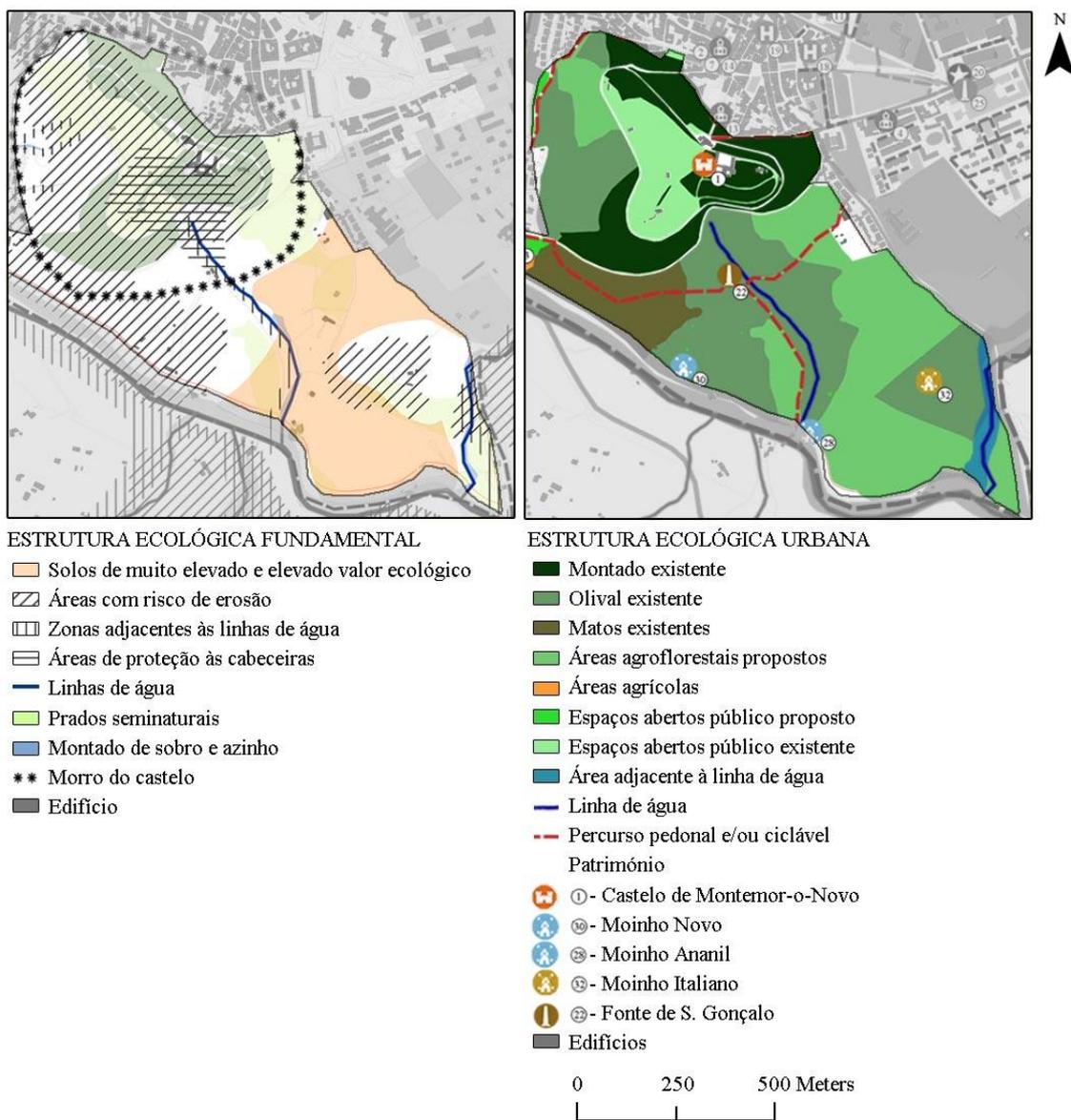


Figura 32 – Estrutura ecológica no Castelo de Montemor-o-Novo.  
 (Fonte dos dados: adaptado do PU da CMMN)

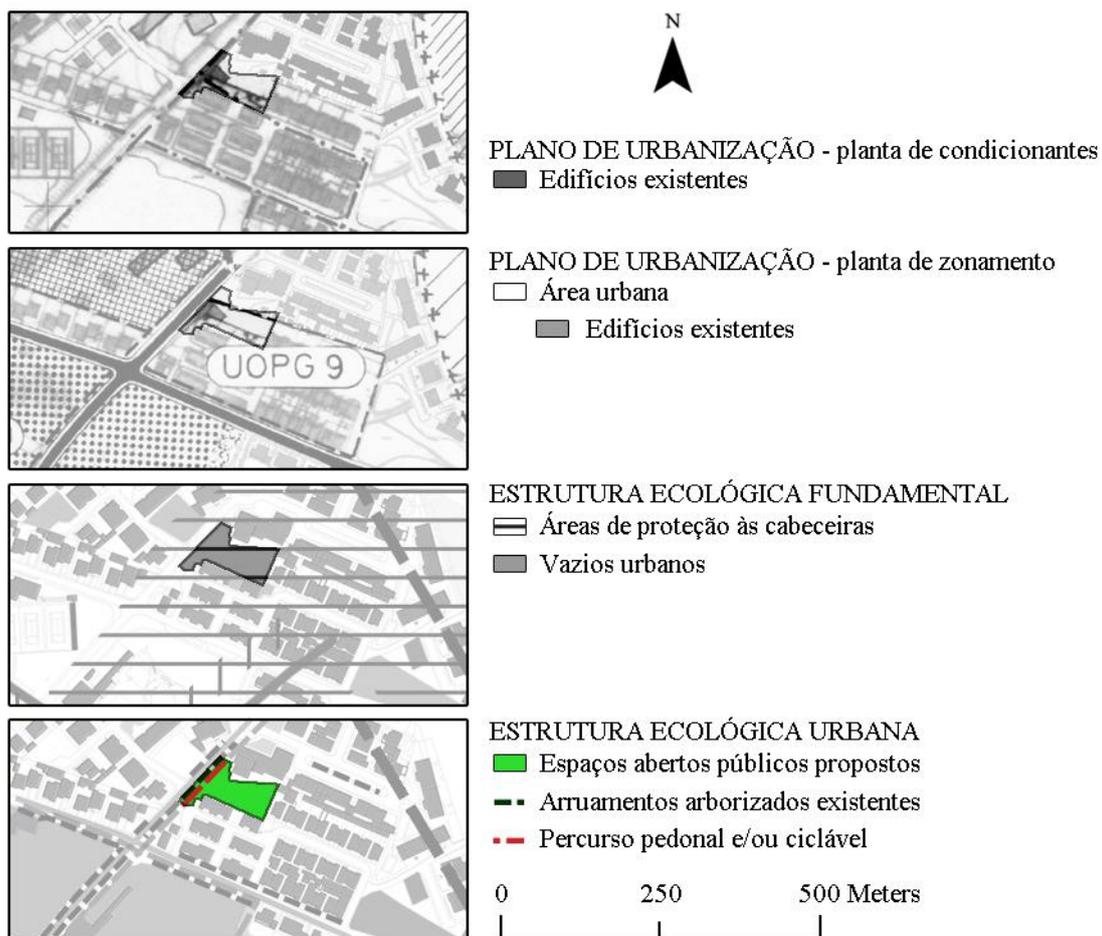


Figura 33 – Vazio urbano situado a norte da cidade, inscrito na categoria de espaço de cabeceira da REN

(Fonte dos dados: adaptado do PU da CMMN)



Figura 34 – Vazio urbano afeto a REN.

Quanto às áreas afetas a RAN, a proposta de estrutura ecológica que realizámos estabelece que nestas áreas se venham a incluir tipologias agrícolas (como pomares, hortas urbanas) ou manter a função agrícola atual. Neste contexto gostaríamos de sublinhar que a nossa proposta é inovadora

uma vez que, o PU nem integra tipologias agrícolas no interior da cidade, uma situação que defendemos, à semelhança das áreas agrofloretais.

Nalgumas áreas de dimensão reduzida, as áreas afetas a RAN, destinam-se à edificação de acordo com o PU (figura 35 e 36). Embora o PU não mostre as áreas afetas a RAN dentro do perímetro urbano, não podemos deixar de constatar que algumas áreas de estrutura verde foram localizadas nos melhores solos agrícolas, como é o caso das áreas de recreio, no troço de linha de água a este e ainda o troço a noroeste da cidade (figura 28, 29 e 30).

A nossa proposta valoriza os melhores solos agrícolas (RAN), por exemplo na área a oeste do hipermercado (Intermarché). Aqui o PU preconiza a estrutura verde (que não cartografa), a construção de um espaço de recreio e estadia conjuntamente com edifícios de habitação coletiva. Por se tratar de uma área de grande dimensão com bons solos agrícolas (RAN), a nossa proposta de EEU vai ao encontro desse valor e defende a manutenção de tais funções de estadia e recreio (já consideradas), mas recusa a edificabilidade (exclui a categoria de espaço urbanizável).

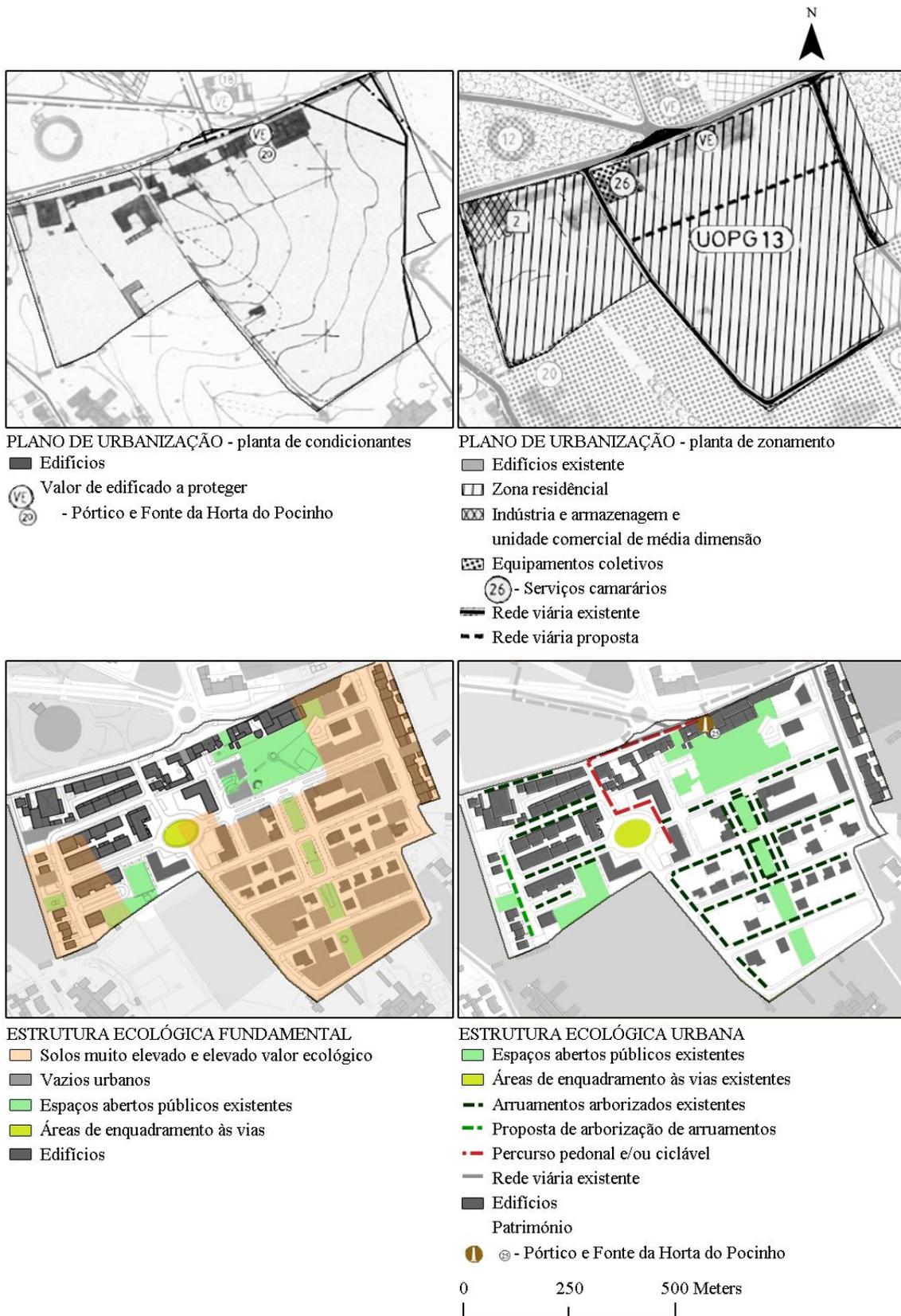


Figura 35 – Bairro de S. Domingos e loteamento da Horta da Nora



Figura 36 – Loteamento da Horta da Nora.

A estrutura ecológica leva em consideração a aptidão ecológica dos espaços o que nos conduz a distintas propostas quanto a algumas opções previstas no PU, no que respeita à edificação. A partir desta análise, propomos algumas áreas de recreio e estadia e mata e matos de proteção, em áreas antes previstas à edificação, como é o caso do espaço a oeste, adjacente ao castelo e um outro vazio urbano, (figura 37).



Figura 37 – Vazio urbano, considerado inapto ecologicamente à edificação.

Além das diferenças apontadas entre a estrutura verde e a estrutura ecológica, distinguimos o facto da estrutura ecológica ter valorizado situações de domínio visual (que o PU não teve em conta). São exemplo o espaço localizado no Bairro Vale Flores (figura 38), que apresenta um relevo muito acentuado, numa das suas vertentes, e também com uma abrangência visual sobre a envolvente da cidade de Montemor-o-Novo. Outro exemplo consiste na área situada a oeste da avenida Gago Coutinho mesmo ao seu início (figura 39), donde se

obtêm uma vista muito interessante sobre o morro do castelo e o desenvolvimento da cidade.



Figura 38 – Vazio urbano, situado no Bairro Vale Flores.



Figura 39 – Espaço aberto, situada a oeste da Avenida Gago Coutinho.

Não se assinalam quaisquer diferenças quanto à inclusão das faixas de proteção às EN, quando comparamos o proposto no PU e a EEU.

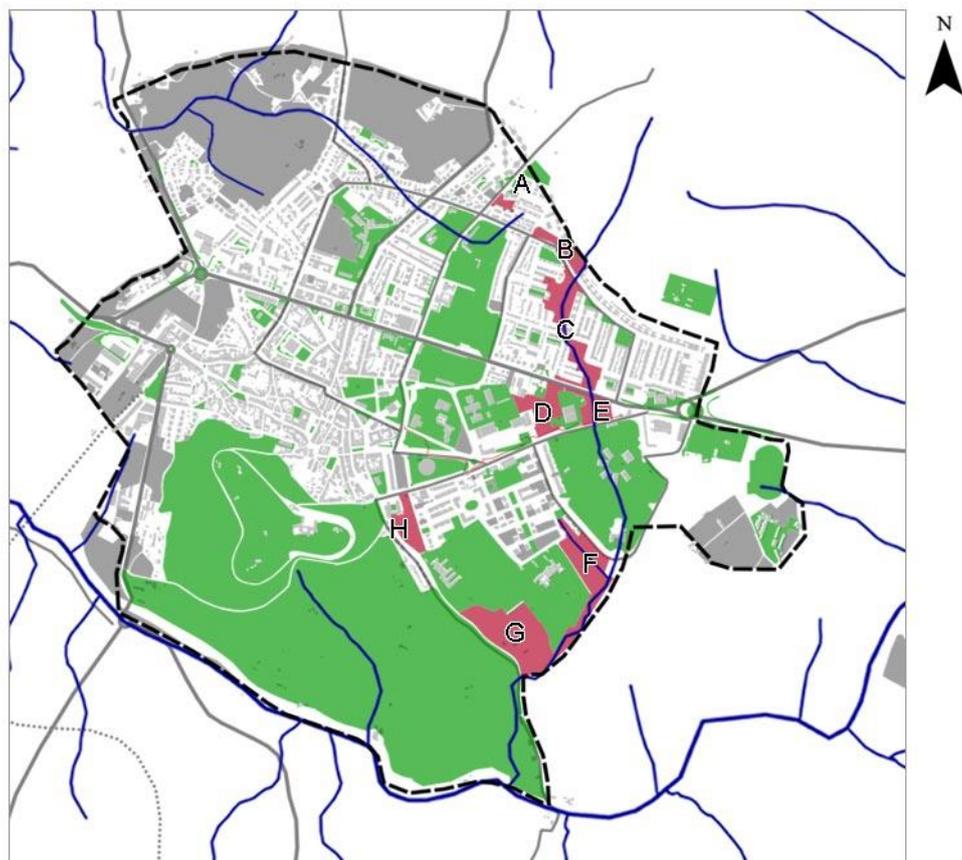
De modo a promover a continuidade vivencial e a ambiência, a EEU propõe novos arruamentos arborizados e a continuação do percurso pedonal ciclável previsto, que PU nem refere.

## **5. Áreas prioritárias de intervenção**

Identificam-se como áreas prioritárias de intervenção urbana, as situações de emergência, numa perspectiva de valorização da qualidade de vida urbana e do funcionamento dos sistemas naturais e culturais existentes na paisagem. Deste modo, as áreas prioritárias abrangem:

- ❖ Áreas RAN e/ou REN cuja situação atual permitem uma intervenção;
- ❖ Requalificação de algumas áreas presentemente degradadas.

Assim, quanto às áreas afetadas a REN e/ou RAN seleciona-se aquelas que consistem, atualmente em vazios urbanos e que correspondem a áreas que o PU previa como áreas a consolidar. Compreendem estas circunstâncias as áreas presentes nas unidades de '*Área Urbana II*' (conforme identificados na figura 40 e 41 no intervalo de situações A-C), e na unidade de '*Equipamentos e serviços coletivos*' (conforme identificados na figura 40 e 41 no intervalo de situações D-H).



**ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA**

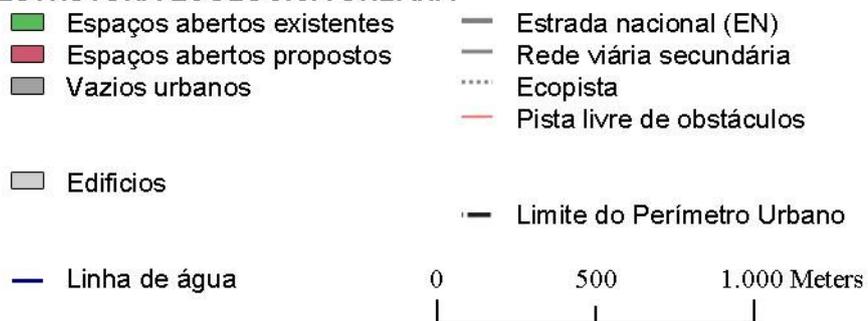


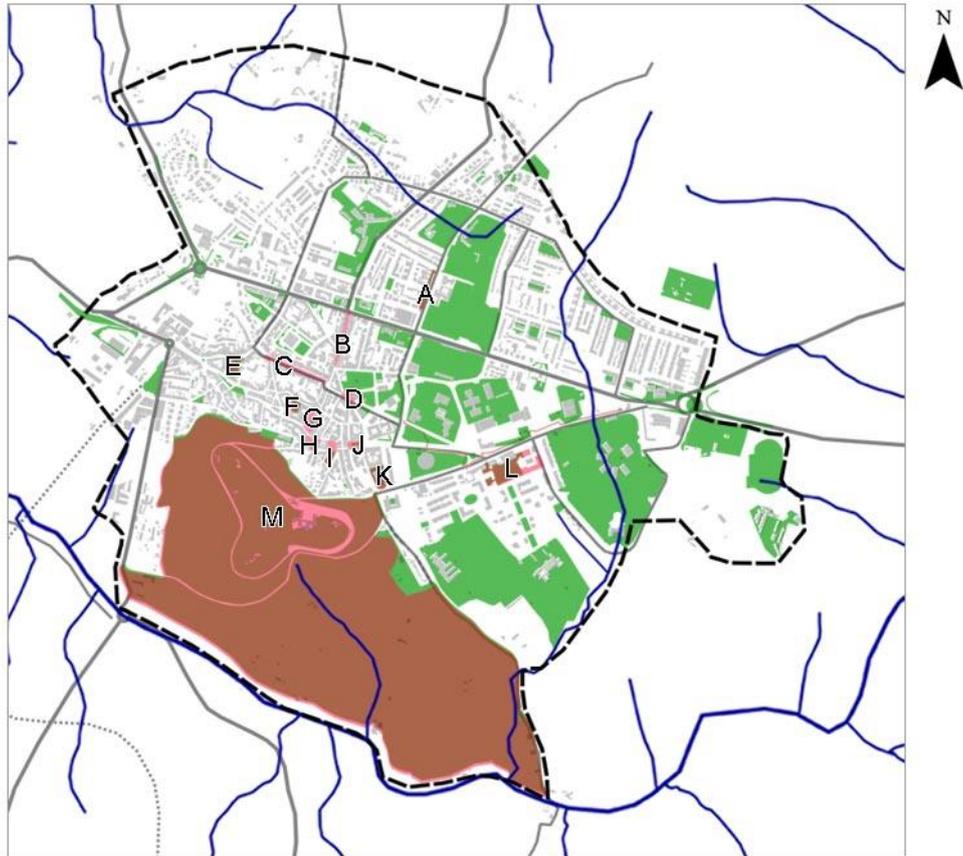
Figura 40 – Carta de espaços abertos públicos afetos a REN e/ou RAN que requerem intervenção prioritária.



Figura 41 – Exemplos de espaços abertos públicos afetos à REN e/ou RAN, identificados na figura anterior: A – Espaço a este da Rua N. S. da Visitação; B – Espaço a norte da Rua Fernando Namora; C – Espaço entre o Bairro CHE e Courela da Pedreira; D – Espaço a oeste do Intermarché; E – Espaço a este do Intermarché; F – Espaço a sudoeste do Parque de exposições e feiras.

Entre os espaços abertos públicos existentes, propõe-se que alguns sejam requalificados, devido ao grau de degradação que apresentam. Entre as circunstâncias que se assinalam mais importantes encontram-se: as situações de falta de arborização; espaços que possuem elementos sem qualquer

utilidade e degradados; o predomínio do automóvel torna-se desconfortante a circulação pedonal nas ruas centrais e largos do centro histórico. Entre essas áreas encontra-se o largo Alexandre Herculano, o morro do castelo e sua envolvente, a área adjacente à rua D. Sancho I, a área longitudinal à rua de São Francisco, a praça Dr. Miguel Bombarda, o jardim adjacente à avenida Capitão Salgueiro Maia, a avenida 5 de outubro e a rua de Avis, entre outros (figura 42 e 43). Tais espaços localizam-se essencialmente na unidade urbana do '*Centro histórico*' (conforme identificados no figura 43 e 44 no intervalo de situações B-k) e particularmente alguns encontram-se na '*zona periurbana*' (envolvente do castelo de Montemor-o-Novo), '*Área urbana I*' (espaço aberto a norte da Avenida Gago Coutinho) e '*Área urbana II*' (espaço aberto na Horta da Nora) (figura 42 e 43).



**ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA**

- Espaços abertos existentes
- Espaços abertos a requalificar
- Edifícios
- Linha de água
- Estrada nacional (EN)
- Rede viária secundária
- Ecopista
- Pista livre de obstáculos
- Limite do Perímetro Urbano



Figura 42 – Carta de espaços abertos públicos existentes a requalificar.

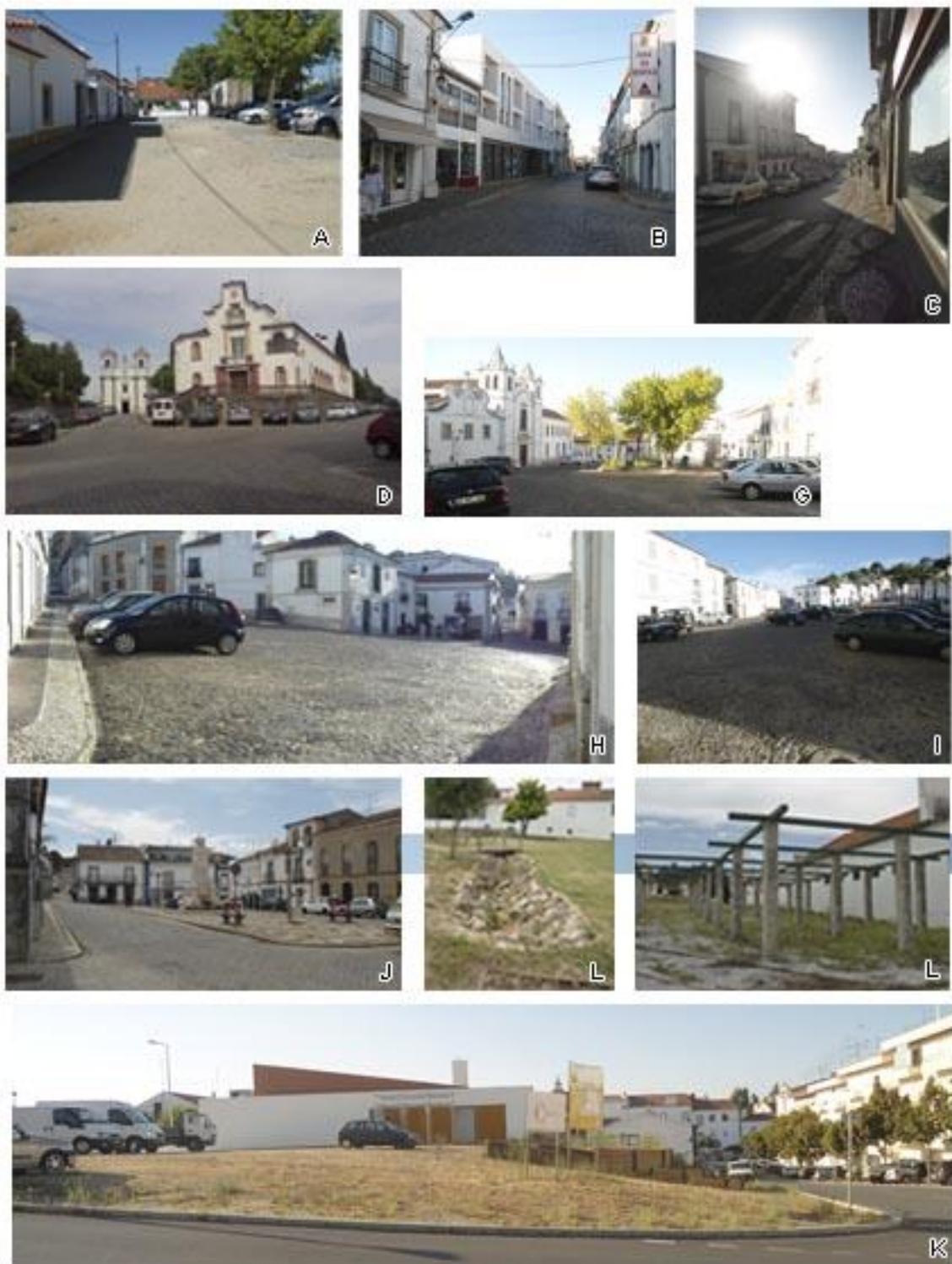


Figura 43 – Exemplos de espaços abertos públicos existentes a requalificar, identificados na figura anterior: A – Espaço a oeste da Rua de São Francisco; B – Rua de Aviz; C – Rua 5 de Outubro; D – Praça da República; E – Terreiro de S. João de Deus; F – Praça Cândido dos Reis; G – Praça Dr. Miguel Bombarda; H – Largo General Humberto Delgado; I – Jardim na Horta da Nora; J – Largo Banha de Andrade.

## CONCLUSÃO

Em suma o objetivo do trabalho ao incidir sobre a contribuição para a definição de uma Estrutura Ecológica Urbana, valorizando a Estrutura Verde existente (definida no PU de 2003), levou a iniciar o estudo pela compreensão global da paisagem de Montemor-o-Novo e sua envolvente mais imediata e depois, avançou para a perceção da distribuição, tipologias e características dos espaços abertos existentes na cidade.

Do necessário estudo dos Planos de Ordenamento da cidade observa-se as classes de espaço existente e previsto no PU. Desta leitura concluiu-se que as únicas condicionantes ecológicas aparentemente ponderadas no PU se cingiam, no interior do perímetro urbano ao Domínio Público Hídrico e faixas de proteção às EN.

Procedeu-se ainda a uma pesquisa mais afastada no tempo e descobriu-se que em planos anteriores se cartografaram áreas RAN dentro do perímetro urbano. Estas áreas foram depois desafetadas desta reserva pelo facto de se inscreverem dentro da área, então considerada urbana (portanto interiores ao perímetro urbano). Recuperou-se então esta cartografia e classificação, e procedeu-se à elaboração da RAN, com a intenção de averiguar a existência de mais áreas não cartografadas. Deste modo utilizou-se no nosso estudo estas duas classificações. As áreas REN no interior no perímetro urbano, não se encontravam cartografadas em nenhum plano antecedente, isso levou à elaboração desta condicionante com base na legislação em vigor.

Do estudo da estrutura verde e das restantes propostas de ocupação do território no PU, compreendeu-se que a sua realização não teve em conta várias componentes de ordem natural e cultural que defendeu-se ao longo do trabalho como muito importantes, e constatou-se mesmo que nalguns se encontravam propostas de urbanizações. Entre tais componentes de ordem natural que mais se evidenciaram, salientam-se a morfologia do relevo, a qualidade de solos existentes, a sensibilidade de determinadas áreas (de que são exemplificativos os risco de erosão e a exposição à radiação solar entre outros aspetos).

A proposta de EEU incidiu sobre o reforçar da estrutura biofísica tornando-a contínua, interligando vários espaços que, pelo valor e sensibilidade ecológica, e suscetibilidade perante riscos naturais, estão sujeitos a um regime de proteção especial. De modo complementar, esta estrutura abrangeu ainda um conjunto de aspetos culturais, recreativos e paisagísticos, conciliáveis com a capacidade do território e a identidade da paisagem.

Assim em Montemor-o-Novo a estrutura biofísica abrange um conjunto de espaços classificados como áreas de cabeceira, com risco de erosão, manchas de vegetação (montado de sobro e azinho), solos de elevado valor ecológico e áreas adjacentes às linhas de água. Para as áreas com risco de erosão, montado de sobro e azinho e áreas adjacentes às linhas de água, preconizou-se a preservação destas através de categorias de espaço que se inscrevem em áreas agroflorestais e de matos. No que concerne às áreas de cabeceira e solos de elevado valor ecológico defenderam-se as tipologias espaços mais vocacionadas ao de recreio e estadia, bem como de áreas agrícolas.

A necessária continuidade física e formal da mencionada estrutura foi reforçada com a proposta de alguns arruamentos arborizados e um percurso pedonal e/ou ciclável que estabelece a ligação entre vários espaços abertos históricos e comerciais. Devido ao facto dos passeios existentes serem regra geral, muito estreitos, tornou-se difícil propor, sempre que desejável a arborização das ruas bem como a integração de percursos pedonais mais confortáveis e seguros e/ou cicláveis; fez-se sempre que percebeu-se que eram opções mais facilmente concretizáveis.

A confrontação da Estrutura Verde principal com a Estrutura Ecológica Urbana permitiu sustentar a necessária proteção de áreas mais sensíveis, como é o caso dos troços de linha de água na cidade e do morro do castelo de Montemor-o-Novo. E por outro lado, identificou-se outras áreas mais sensíveis ou com maior valor, do ponto de vista ecológica, como são exemplificativas as áreas de cabeceira de linhas de água e os solos de elevado valor ecológico, onde o PU propõe urbanizações.

Com base na proposta de EEU, avançou-se então para uma proposta de áreas que sustentaram áreas prioritárias de intervenção, as quais incluem as

situações de proteção dos sistemas ecológicos fundamentais da paisagem e as áreas presentemente degradadas. Daqui resultou a listagem fundamentada de um conjunto de espaços que podem orientar futuras intervenções sob o ponto de vista de melhoria da qualidade de vida urbana e ambiental da cidade.

A dificuldade encontrada no decorrer deste estágio incidiu sobre a definição de algumas componentes da REN, mais precisamente as áreas de máxima infiltração. Esta dificuldade assentava no facto de inexistência de informação acerca da capacidade de permeabilidade das unidades geológicas presentes na cidade. O contorno deste obstáculo passou pela perceção de poços cartografados na carta geológica, da qual permitem uma maior infiltração de água no solo.

Deste modo o estágio tornou-se num excelente momento de formação e de desenvolvimento de competências. A oportunidade de trabalho realizado permitiu-me acrescentar um conjunto de conhecimentos teórico-prático mais aprofundado, no que respeita aos conceitos de Estrutura Verde e Estrutura Ecológica Urbana, designadamente quanto aos espaços que a constituem, objetivos e aplicação à realidade da cidade de Montemor-o-Novo.

## BIBLIOGRAFIA

- Andersen, T. (Ed.) (2004). *Estrutura Ecológica de Área Metropolitana do Porto*. Porto: Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-alimentares. Retirado de [http://www.campoaberto.pt/files\\_drupal/50espacos/documentos/Estrutura%20ecologica%20da%20AMP.pdf](http://www.campoaberto.pt/files_drupal/50espacos/documentos/Estrutura%20ecologica%20da%20AMP.pdf) a 30 de Julho de 2014
- CABECEIRA, S. (2011). *Desenvolvimento de uma metodologia de análise espacial para definição da estrutura ecológica municipal de Nisa* (Dissertação de Mestrado). Instituto politécnico de Castelo Branco: Escola superior agrária, Castelo Branco. Retirado de [http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1192/1/tese EEM Nisa 2011.pdf](http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1192/1/tese_EEM_Nisa_2011.pdf) a 2 de Janeiro de 2015
- CABRAL, F. C. *et als.* (1978). *Ordenamento da Paisagem Rural Ensaio de Sistematização*. Lisboa: D.G.P.U.
- CABRAL, F. C. (1980). O “*Continuum Naturale*” e a Conservação da Natureza, Comunicação no seminário “Conservação da Natureza”, Lisboa: Serviços de Estudos do Ambiente, pp. 35-54. Retirado de [http://www.isa.utl.pt/ceap/index\\_files/Page1386.htm](http://www.isa.utl.pt/ceap/index_files/Page1386.htm) a 2 de Janeiro de 2015
- Câmara Municipal de Loures. (2006). *Revisão do Plano Diretor Municipal de Loures – Programa Base 2º fase*. Retirado de <http://docslide.com.br/documents/programabasepdmlouresmarco2006.html> a 2 de Junho de 2014
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2014). Montemor-o-Novo - Evolução urbana. Em Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (Ed.), *Monografia de Monte mor pedra a pedra*, (pp.7-15). Montemor-o-Novo: By the book, edições especiais lda.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (s.d.). *Plano de Pormenor de Salvaguarda e reabilitação do Centro Histórico* (Volume II) – Evolução da

Estrutura Urbana. pp.249-251. Montemor-o-novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

COSTA, D. (2013). *Novos paradigmas na gestão das explorações agrícolas: exemplos de Montemor-o-Novo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de agronomia e Universidade de Évora, Évora. Retirado de [http://www.ensino.uevora.pt/mgcrn/Documentos\\_varios/Tese\\_Daniela\\_Costa.pdf](http://www.ensino.uevora.pt/mgcrn/Documentos_varios/Tese_Daniela_Costa.pdf) a 7 de Agosto de 2014

COSTA, J.,AGUIAR, C., CAPELO, J.,LOUSÃ, M.,& NETO, C. (1998). *Biogeografia de Portugal Continental*. Retirado de [https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/714/1/Biogeografia\\_de\\_Portugal.pdf](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/714/1/Biogeografia_de_Portugal.pdf) a 2 de Abril de 2015

FIALHO, S. (2005). *Sítio Monfurado: Guia de Habitat Naturais e de Espécies da Flora* (coleção estudos sobre Alentejo 3). Évora: CCDR Alentejo

FIALHO, P. (2013). *A Paisagem em mosaico policultural no Alentejo: novos paradigmas de gestão* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora. Évora. Retirado de <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/10908> a 13 de Agosto de 2014

FONSECA, J. (2000). “*Toponímia e urbanismo de Montemor-o-Novo (século XV-XIX)*”, in Almansor – Revista de Cultura nº14, 1º série, pp. 17-76

ICNB. (2011). *Integração das orientações de gestão do plano sectorial da rede natura 2000 nos planos municipais de ordenamento do território – Guia metodológico*. Retirado de <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/rn-plan-set/guia-psrn2000-pmot> a 6 de Janeiro de 2015

Instituto Nacional de Estatística. *Censos de 2011*. Disponível em: ([www.ine.pt/script/flex\\_definitivos/Main.html](http://www.ine.pt/script/flex_definitivos/Main.html)) a 27 de Junho de 2014.

- MAGALHÃES, M. R. (1996). *Morfologia da Paisagem* (Dissertação de Doutoramento). Universidade Técnica de Lisboa: Instituto de Superior de Agronomia, Lisboa.
- MAGALHÃES, M. R., SILVA, P. G., CUNHA, N. S., CAMPO, S. L. (2002). *Delimitação da Estrutura Ecológica Municipal de Loures, Métodos de Análise Espacial para Interpretação da Paisagem*. Retirado de [http://www.isa.utl.pt/ceap/pvcloures/publicacoes/esig\\_outubro\\_02.pdf](http://www.isa.utl.pt/ceap/pvcloures/publicacoes/esig_outubro_02.pdf) a 29 de Janeiro de 2014
- Magalhães, M. R., SILVA, P. G., CUNHA, N. S., CAMPO, S. L. (2005). *Plano verde do Concelho de Sintra – 1.ª Fase*. Retirado de <http://www.cm-sintra.pt/planos-municipais> a 10 de Março de 2014
- Magalhães, M. R. SILVA, P. G., CUNHA, N. S., CAMPO, S. L. (2005). *Plano verde do Concelho de Sintra – 2.ª Fase*. Retirado de <http://www.cm-sintra.pt/planos-municipais> a 10 de Março de 2014
- Magalhães. M. R., ABREU, M. M., LOUSÃ, M., CORTEZ, N., (2007). *Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e Delimitação - Escalas Regional e Municipal*, Lisboa: Isapress.
- MENEZES, E. (2004). *Reflexão sobre Princípios e diretrizes de novos diplomas relativos à “Reserva Ecológica Nacional- REN”, à “Reserva Agrícola Nacional – RAN” e à “Disciplina de Construção fora dos Perímetros Urbanos”*. Retirado de <http://www.cnads.pt> a 22 de Janeiro de 2014
- Morinvest. Audio guia: *Castelo De Montemor-o-Novo*. Disponível em: (<http://morinvest.cm-montemornovo.pt/infraestrutura-desportiva-lazer.php?id=16>) a 7 de Julho de 2014.
- TELLES, G. (1994). Paisagem global. Um conceito para o futuro. Em SERRÃO, A. V. (2011). *Filosofia da Paisagem, Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp. 475 – 485.
- TELES, V., LARANJEIRA, M. M. (s.d.). *Alterações da dinâmica biofísica decorrentes da recente expansão urbana no concelho de Braga*. Retirado de

[http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_V\\_Congresso\\_APG/web\\_pdf/B5\\_14  
Out\\_Virginia%20e%20Manuela.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web_pdf/B5_14_Out_Virginia%20e%20Manuela.pdf) a 23 de Outubro de 2014.

TELLES, G. (1997). *Plano verde de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri.

## **LEGISLAÇÃO**

AVISO nº 10943/2008. D.R. II Série. 69 (08-03-08) 15708-15709.

DECRETO-LEI nº 166/2008. D.R. I Série. 162 (22-08-2008) 5865-5884

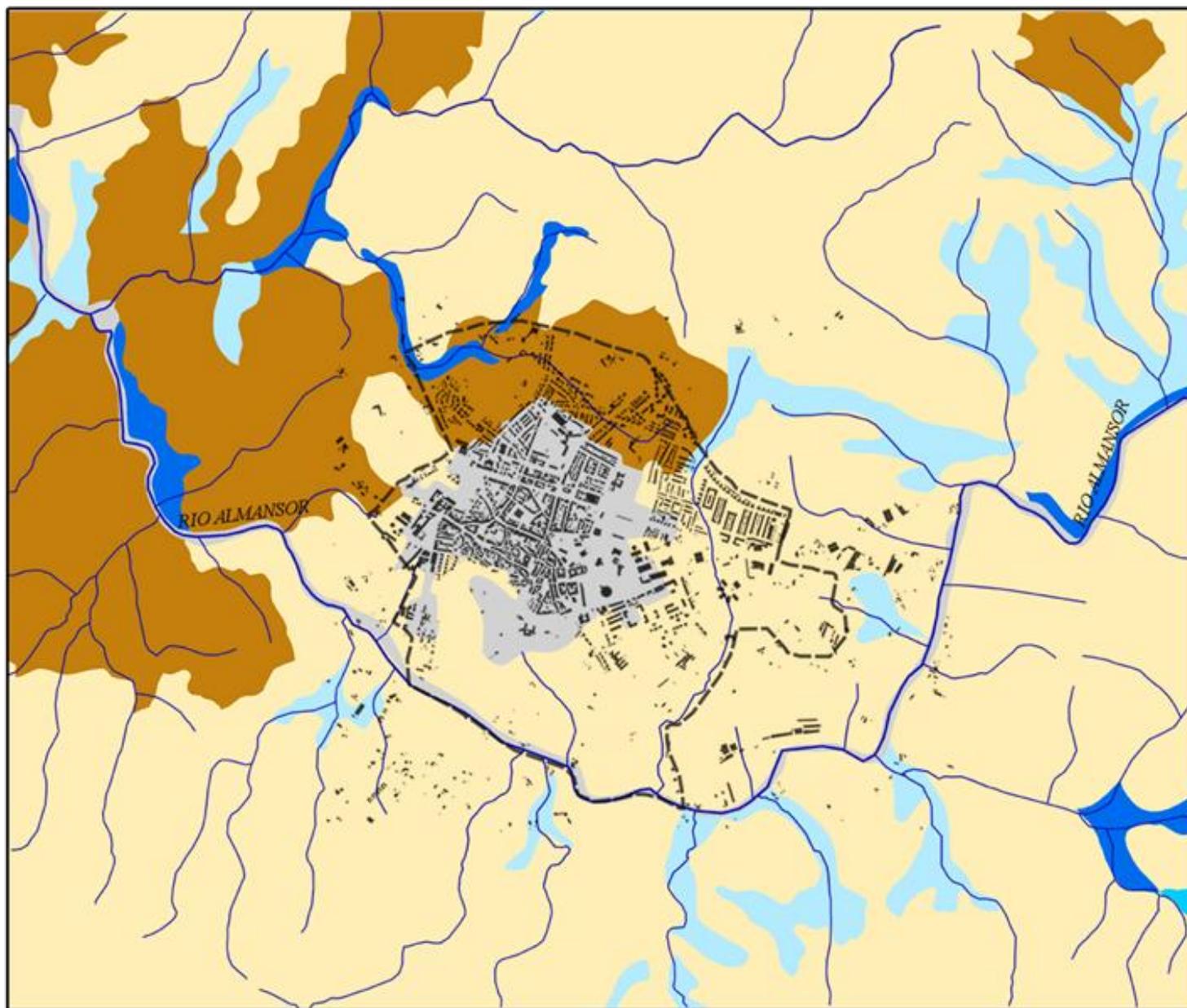
DECRETO-LEI nº 73/2009. D.R. I Série. 63 (31-03-2009) 1988-2000

LEI nº 11/87. D.R. I Série. 81 (07-04-87) 1386.

LEI nº 31/2014. D.R. I Série. 104 (30-05-2014) 2988-3003.

REGULAMENTO nº 54/2005. D.R. I Série B. 46 (07-03-05) 1958-1966

## **ANEXOS**



**SOLOS**

- Mediterrânea
- Litólicos
- Área urbana
- Coluviosolos
- Aluviosolos

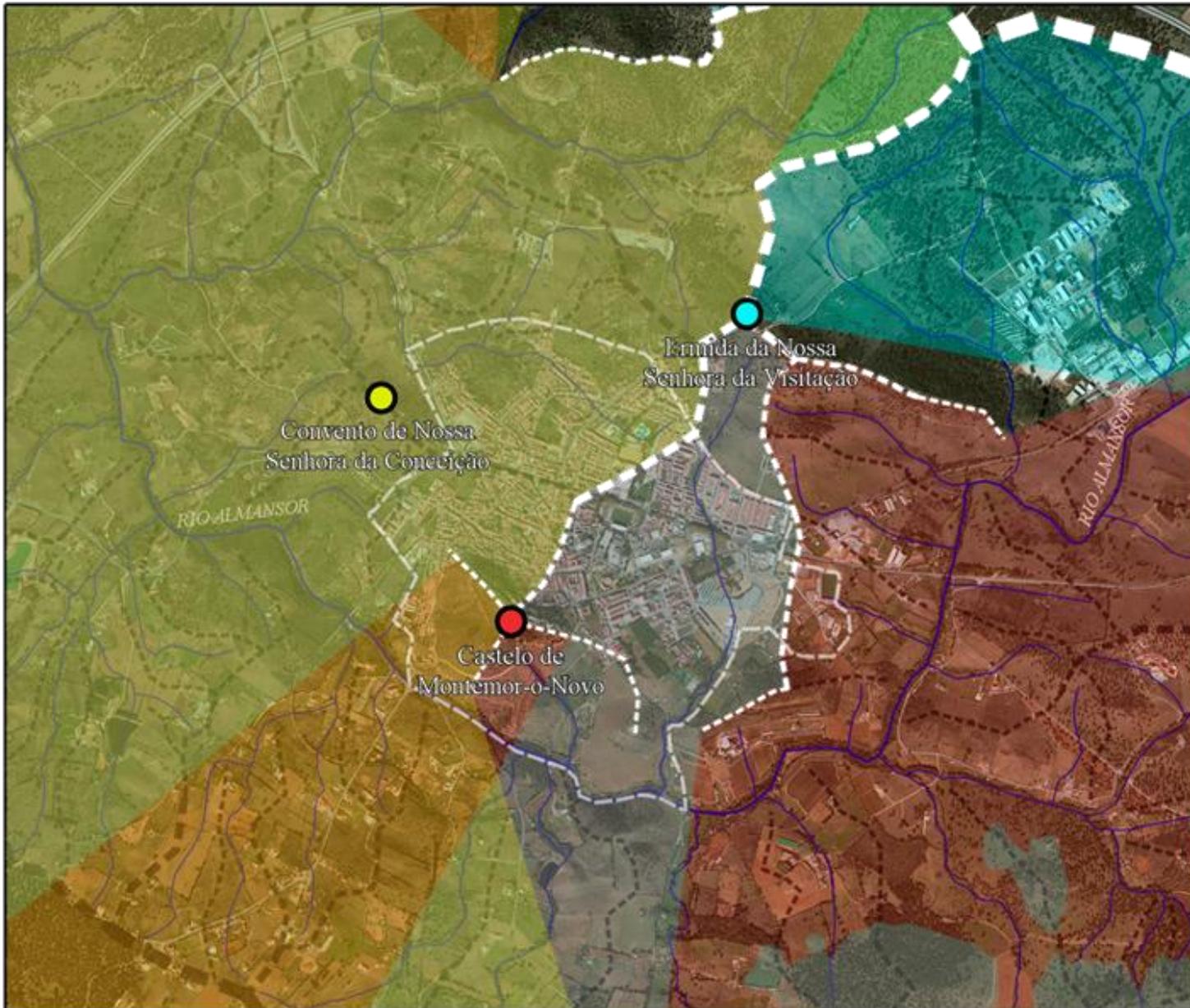
-- Limite do perímetro urbano

— Linha de água



Anexo 1 - Carta de solos.  
(Fonte dos dados: CMMN)

<b>Anexo 2 - Valores Culturais</b>		
<b>Património edificado e arqueológico de proteção</b>		
	MN	1 – Castelo de Montemor-o-Novo abrangendo as muralhas e imóveis no interior
	IIP	2 – Igreja e cripta de São João de Deus
	VE	3 – Retábulo da Igreja de São Pedro
	IIP	4 – Antigo Convento de São Domingos
	MN	5 – Lápide do chafariz da vila de Montemor-o-Novo, Largo dos Paços do Concelho
	MN	6 – Lápide na parede fronteira à casa da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
<b>Espaços Culturais</b>		
	VE	7 – Igreja da Misericórdia
	VE	8 – Ermida de São Sebastião
	VE	9 – Convento Nossa Senhora da Conceição
	VE	10 – Ermida de Nossa Senhora da Visitação
	IIP	11 – Igreja do Senhor Jesus do Calvário
	VE	12 – Convento de São Francisco
	VE	13 – Igreja de São Vicente
	VE	14 – Ermida da Paz
	VE	15 – Paço da Quinta de São Francisco
	VE	16 – Ermida de Lázaro
	VE	17 – Ermida Senhor Jesus das Necessidades
	VE	18 – Hospital da Misericórdia
	VE	19 – Hospital Espírito Santo
	VE	20 – Edifício da Horta de D. Afonso e chafariz
	VE	21 – Fonte Nova de D. Maria II
	VE	22 – Fonte de São Gonçalo
	VE	23 – Fonte Rua Nova
	VE	24 – Ponte de Alcácer
	VE	25 – Pórtico e chafariz da Quinta do Pocinho
	VE	26 – Muro e horta da Janelinha
	VE	27 – Moinho da Abóboda
	VE	28 – Moinho do Ananil
	VE	29 – Moinho da Azenha
	VE	30 – Moinho Novo
	VE	31 – Moinho do Porto das Lãs
	VE	32 – Moinho Italiano
	VE	33 – Antiga Estação Ferroviária



**FISIOGRAFIA**

- Linha de água
- - Fecho
- ▬ Barreira física

**PONTOS DE VISUALIZAÇÃO DOMINANTES**

- Ermida da N. S. da Visitação
- Convento da N. S. da Conceição
- Castelo de Montemor-o-Novo

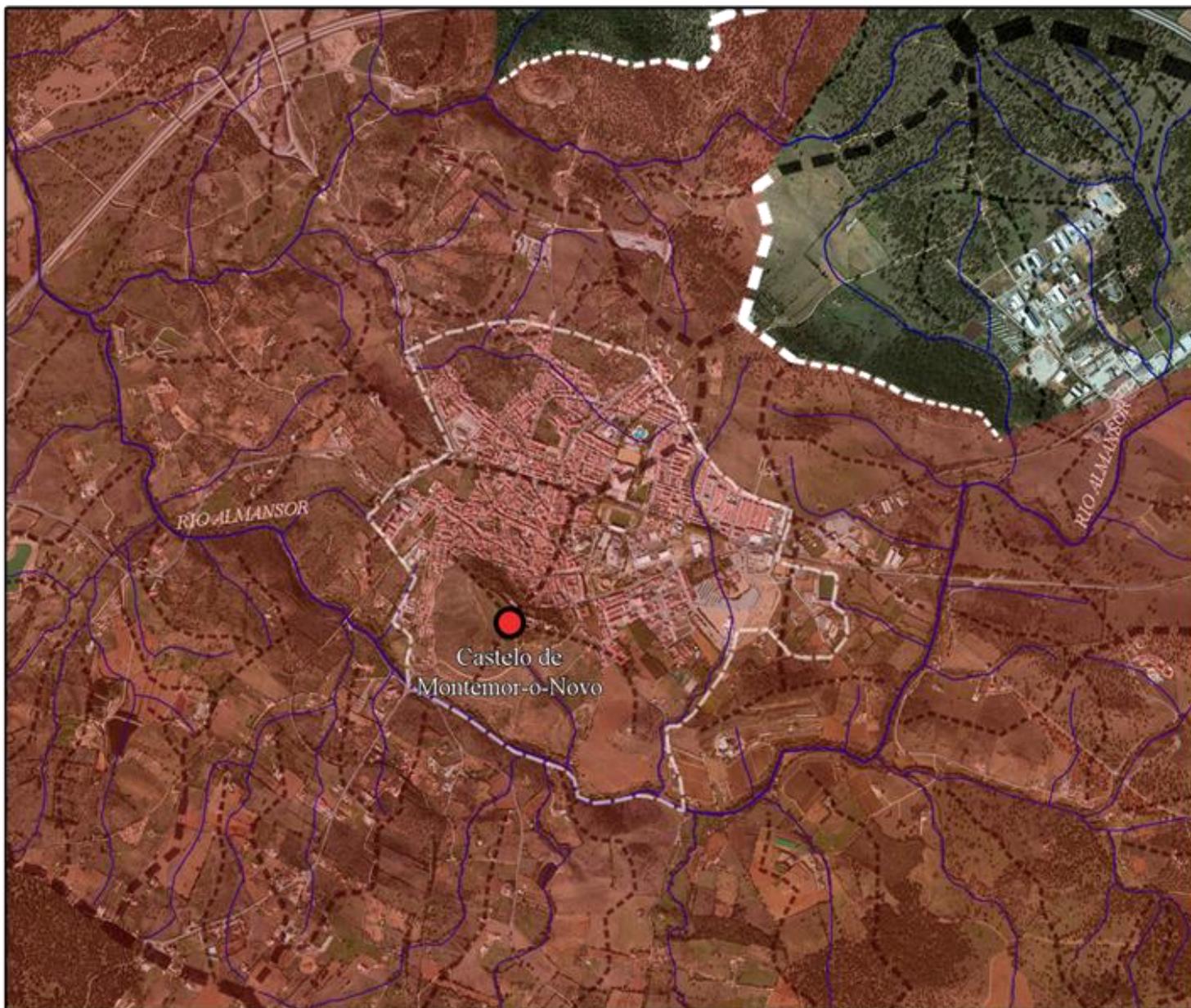
- ▭ Abrangência visual da Ermida N. S. da Visitação
- ▭ Abrangência visual do Convento N. S. da Conceição
- ▭ Abrangência visual do Castelo de Montemor-o-Novo

- ▭ + ▭ = ▭
- ▭ + ▭ = ▭
- ▭ + ▭ = ▭

- ▬ Limite do perímetro urbano



Anexo 3 - Carta de Sistemas de Vistas.  
(Fonte dos dados: CMMN)



**FISIOGRAFIA**

- Linha de água
- - Feste
- ▬ Barreira física

**PONTOS DE VISUALIZAÇÃO DOMINANTES**

- Castelo de Montemor-o-Novo
- ▭ Abrangência visual do Castelo de Montemor-o-Novo
- ▬ Limite do perímetro urbano



Anexo 4 - Carta de abrangência visual a partir do Castelo de Montemor-o-Novo  
(Fonte dos dados: CMMN)



#### FISIOGRAFIA

- Linha de água
- - Fecho
- ▬ Barreira física

#### PONTOS DE VISUALIZAÇÃO DOMINANTES

- Ermida da N. S. da Visitação
- ▭ Abrangência visual da Ermida N. S. da Visitação
- ▬ Limite do perímetro urbano

0 500 1.000 Meters

Anexo 5 - Carta de abrangência visual a partir da Ermida de N. S. da Visitação.  
(Fonte dos dados: CMMN)



**FISIOGRAFIA**

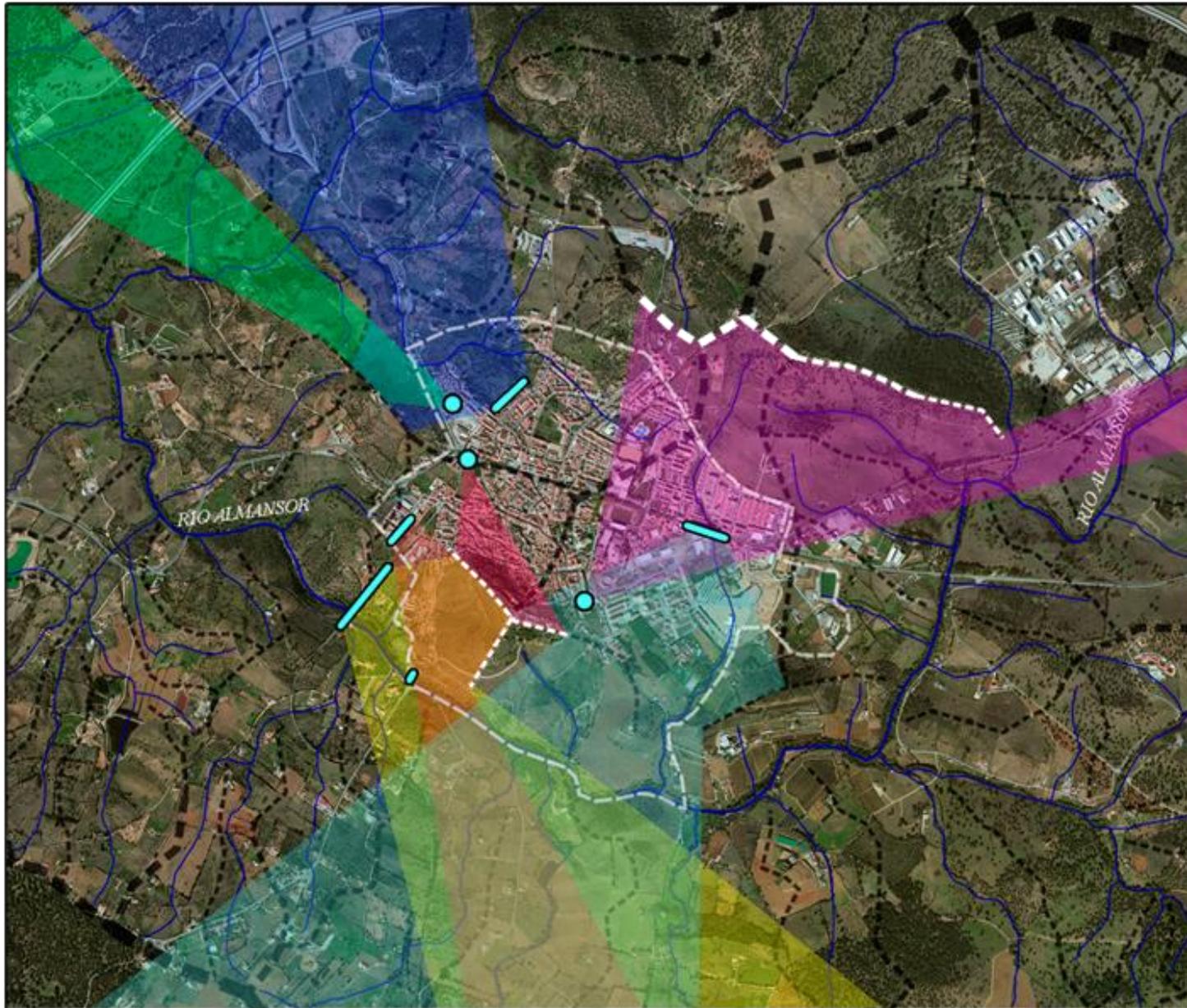
- Linha de água
- - Fecho
- ▬ Barreira física

**PONTOS DE VISUALIZAÇÃO  
DOMINANTES**

- Convento da N. S. da Conceição
- Abrangência visual do Convento N. S. da Conceição
- ▬ Limite do perímetro urbano



Anexo 6 - Carta de abrangência visual a partir do Convento de N. S. da Conceição  
(Fonte dos dados: CMMN)



**FISIOGRAFIA**

- Linha de água
- - Feste
- ▣ Barreira física

**PONTOS DE VISUALIZAÇÃO DOMINANTES**

- Pontos de abrangência visual
- ▬ Corredores cênicos
- ▣ Limite do perímetro urbano



Anexo 7 - Carta de abrangência visual a partir de alguns locais no interior da cidade.  
(Fonte dos dados: CMMN)

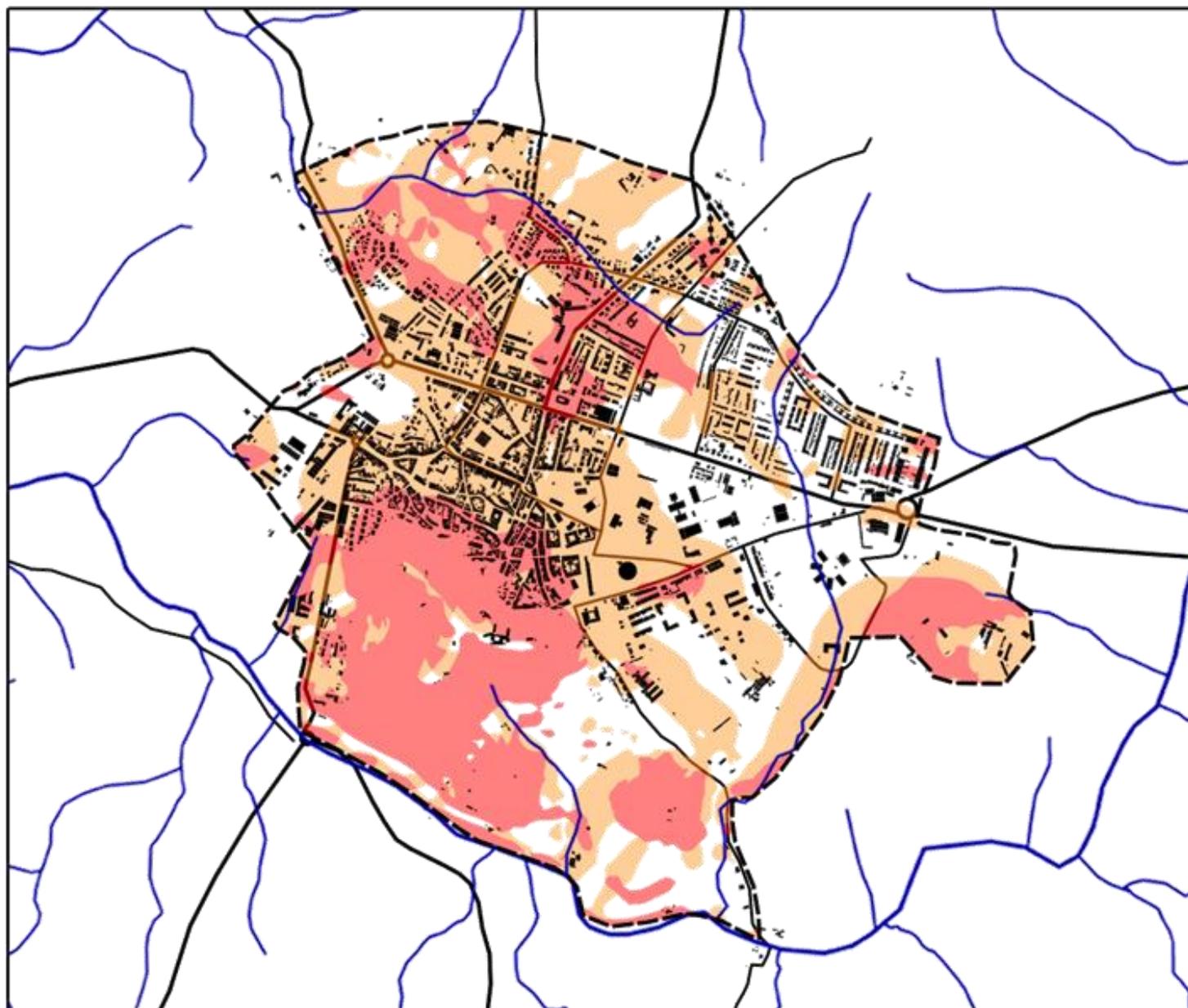
## Anexo 8 - Aptidão ecológica à edificação

A Carta de aptidão ecológica à edificação teve subjacentes os seguintes critérios definidos no Quadro 4.

	Cabeço	Encosta		Zonas adjacentes	Carta de exposições			
		declive <16%	declive >=16%		Norte	Sul	Este	Oeste
<i>non aedificandi</i>			X	X	X			
mediamente edificável	X	X					X	X
Edificável		X				X		

Quadro 4 – Aptidão ecológica à edificação.

(Fonte dos dados: Adaptado de Teles e Laranjeira (s.d.))

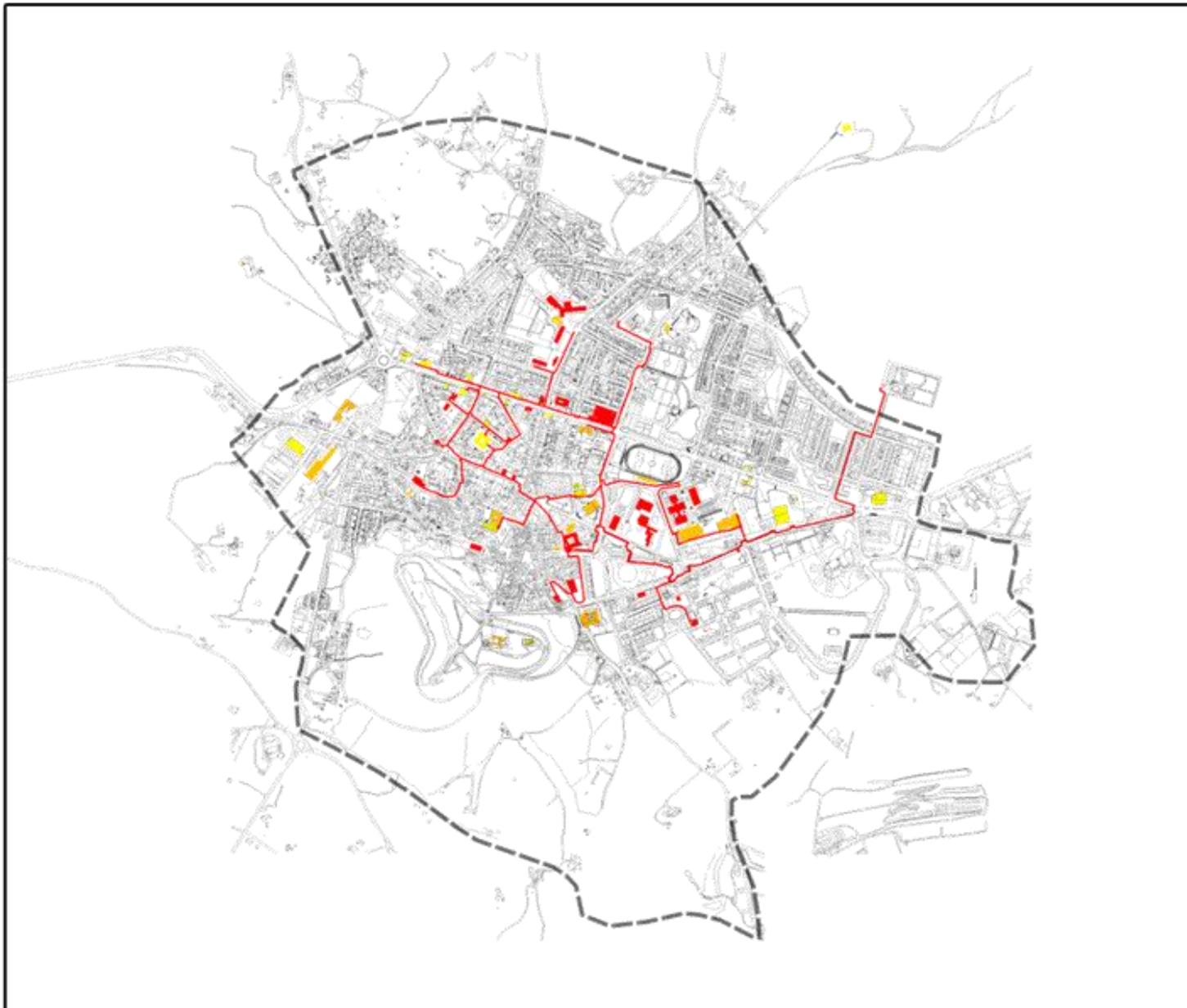


**APTIDÃO À EDIFICAÇÃO**  
■ Zona não apta à edificação  
■ Zona meio apta à edificação

**ESTRUTURA VIARIA**  
— Estrada Nacional  
— Rede viária secundária  
— Linhas de água  
- - Limite do perímetro urbano

0 500 Meters  
└──────────┘

Anexo 8.1. - Carta de aptidão ecológica à edificação.



**ACESSIBILIDADES**

— Pista livre de obstáculos (PLO)

■ Equipamentos administrativos

■ Equipamentos culturais

■ Estabelecimentos comerciais

-- Limite do perímetro urbano

0 500 Meters

Anexo 9 - Proposta de Pista livre de obstáculos (PLO) da CMMN.  
(Fonte dos dados: CMMN)